

**Função Pública, Transportes  
Químicos, Pescadores**

# Trabalhadores dão a resposta



Trabalhadores da Função Pública de todo o País manifestaram-se em Lisboa na quinta-feira

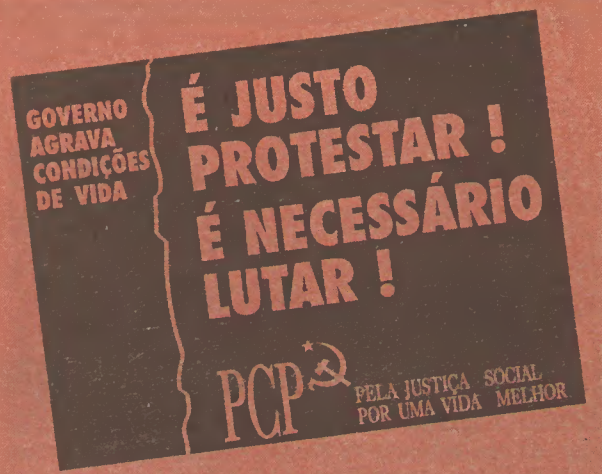
Manifestações, greves, concentrações anunciam adesão maciça à jornada de luta convocada pela CGTP para 12 de Fevereiro

Editorial • Págs. 4, 5, 30 e 31

# REUNIÕES DE QUADROS

Em Lisboa, na Voz do Operário, com a participação de Álvaro Cunhal, e em Setúbal, com a participação de Carlos Carvalhas, realizaram-se no fim-de-semana reuniões de centenas de quadros comunistas

Págs. 3, 16 e 17



**JORNADA  
DE  
DIVULGAÇÃO  
E  
ESCLARECIMENTO  
DO PCP**

**6, 7, 8 e 9 de Fevereiro**

Págs. 22 e 23

**Educação:  
um balanço  
decepcionante**

— artigo de  
*Lourdes Hespanhol*

Pág. 20

**A «harmonia»  
governamental  
e os aumentos  
de impostos**

— entrevista com  
*Octávio Teixeira*

Pág. 11

**Sistema  
eleitoral  
dos Açores**

Pág. 21

# O assalto fiscal

## A resposta dos trabalhadores



Imagem da concentração da Função Pública junto do Centro Cultural de Belém, na quinta-feira

### RESUMO

#### 22 Quarta-Feira

A CGTP-IN convoca para 12 de Fevereiro uma série de acções de luta contra a política do Governo relativamente a salários, horários de trabalho, impostos e instabilidade de emprego. ■ A par do bloqueamento do porto de Portimão e de outras formas de luta dos pescadores, cinco associações de armadores pronunciam-se pela defesa da «legislação existente». ■ É anunciada a nomeação do Juiz Augusto Vítor Coelho para presidente do conselho de gerência da RTP. ■ O secretário-geral do PS critica o «ataque aos contribuintes» feito pelo Governo na proposta de Orçamento. ■ A Comissão das Comunidades adopta uma resolução que liberaliza os mercados da electricidade e do gás. ■ Termina em Washington a primeira conferência coordenadora da assistência à ex-URSS. ■ Morre Luís Albuquerque.

#### 23 Quinta-feira

Milhares de trabalhadores da Administração Pública concentram-se junto do Centro Cultural de Belém, aprovando a realização de um dia de greve em Fevereiro contra a contenção salarial pretendida pelo Governo. ■ A ASP/PSP apresenta ao Governo um «caderno de aspirações para 1992», defendendo aumentos de 17% e não atribuição de missões que impliquem risco de vida. ■ Mais de uma centena de barcos de pesca artesanal bloqueiam o porto de Olhão, enquanto os pescadores de amêijoas de Matosinhos fazem greve. ■ Na AR o Governo responde a uma interpelação do PS sobre educação. ■ O Conselho de Ministros define as normas para a privatização da Mundial Confiança e extingue a Direcção-Geral da Comunicação Social. ■ A CP e o Governo afirmam que a linha do Tua tem o futuro garantido apenas até Mirandela. ■ Parte rumo a Timor-Leste o «Lusitânia». ■ O parlamento russo decide reexaminar a carta de atribuição da Crimeia à Ucrânia. ■ Aborta a tentativa de golpes de Estado no Zaire. ■ OMNE sul-africano efectua uma visita de sete horas a Luanda.

#### 24 Sexta-feira

O PCP apresenta na AR um projecto de lei para reorganização administrativa do concelho de Loures, propondo a criação dos municípios de Odivelas e Sacavém. ■ A CGTP realiza em Lisboa um seminário sobre a união económica e monetária na CEE. ■ Numa cerimónia com a presença de Cavaco Silva e dois ministros, a PJ queima 430 quilos de cocaína. ■ O MNE português apresenta ao secretário-geral da ONU uma nova proposta para a resolução do problema timorense. ■ A RP da China e Israel estabelecem relações diplomáticas. ■ O Conselho de Segurança da ONU aprova por unanimidade o embargo e fornecimento de armas à Somália. ■ O ministro da Defesa ucraniano pede aos militares da armada do mar Negro que não ju-

rem fidelidade à CEI. ■ Na Mauritânia tem lugar a primeira volta das eleições presidenciais.

#### 25 Sábado

Realizam-se os encontros de quadros das organizações regionais de Lisboa e de Setúbal do PCP, em que participam Álvaro Cunhal e Carlos Carvalhas. ■ Mário Soares inicia uma visita oficial à Índia, a primeira efectuada por um chefe de Estado português após a integração de Goa, Damão e Diu na república indiana. ■ O Conselho Nacional do PRD recusa a extinção do partido, elegendo Vargas Loureiro para presidente. ■ Os ministros das Finanças e governadores dos bancos centrais dos sete países mais industrializados reúnem em Nova Iorque. ■ Em Milão duzentas mil pessoas manifestam-se contra o racismo. ■ O parlamento russo aprova um orçamento de austeridade, elaborado segundo recomendações do FMI.

#### 26 Domingo

A Comissão Política da UDP faz um balanço da política do Governo. ■ O PSR sugere que a CGTP-IN e a UGT firmem um pacto de luta contra a contenção salarial. ■ Li Peng parte de Pequim para um périplo de duas semanas que o levará, em visita oficiais, a Itália, Suíça, Portugal, Chipre e Malta.

#### 27 Segunda-feira

Acompanhado de manifestações de agricultores, o conselho de ministros da Agricultura dos doze inicia a discussão da reforma da Política Agrícola Comum. ■ Em vários países da CEE decorre uma jornada de alerta para o perigo de despedimento de 85 mil trabalhadores em despachantes alfandegários. ■ Metalúrgicos alemães pronunciam-se, em referendo, pela realização de uma greve por melhores salários.

#### 28 Terça-feira

Os trabalhadores dos navios que fazem o transporte de mercadorias e passageiros entre os portos portugueses paralisam em protesto contra a liberalização da cabotagem prevista para 1993. ■ O presidente da Confederação Europeia dos Sindicatos reafirma, em Lisboa, que o acordo de Maastricht é histórico no âmbito da política social. ■ O bispo D. Ximenes Belo pede que o barco Lusitânia desista de aportar em Timor-Leste. ■ Começa no Departamento de Estado, em Washington, a quarta ronda de negociações relativas ao acordo de utilização pelos Estados Unidos da Base Aérea das Lajes, nos Açores. ■ A Associação dos Países do Sudeste Asiático encerra a sua quarta cimeira com a decisão de criar uma zona de comércio livre, em 15 anos.

A convocação pelo Conselho Nacional da CGTP de uma jornada de acções diversificadas de protesto e de luta, para o próximo dia 12 de Fevereiro, constitui um facto marcante da presente situação político-social.

Esta iniciativa sindical insere-se num processo de significativo recrudescimento da luta dos trabalhadores que tem estado em desenvolvimento desde os primeiros dias do ano e vai seguramente conferir-lhe um novo impulso.

Ao contrário de outros órgãos de comunicação social do país que ignoram, silenciam ou minimizam este novo ascenso da luta popular, o «Avante!», como sempre, abre-lhe as suas páginas, testemunha-o, encoraja-o e valoriza-o.

Revestem indiscutível importância como indicadores de uma crescente conflitualidade laboral as movimentações, incluindo as movimentações grevistas, que se registam em algumas das maiores empresas do sector dos transportes e de outros grandes sectores industriais, como a metalurgia, a química e o vestuário. Importante significado deve atribuir-se à bem sucedida concentração dos trabalhadores da administração central e local junto ao Centro Cultural de Belém. Merece igualmente a maior atenção o conjunto de combativas acções que estão a ser desenvolvidas pelos pescadores do Algarve e da Costa Norte contra as ruinosas imposições que lhes estão a ser feitas pelo Governo.

Este breve enunciado chama a atenção para os altos níveis de descontentamento e de mal-estar que se estão acumulando em amplas camadas da população laboriosa. Além da jornada de 12 de Fevereiro, já se anunciam: uma semana de luta entre 3 e 8 de Fevereiro da indústria química, farmacêutica, petróleo e gás e greves a realizar pelos trabalhadores da administração central e local.

Está, assim, em marcha a justa resposta dos trabalhadores à iníqua política social do Governo. Esta política traduz-se, entre outros aspectos especialmente negativos, pela contenção salarial, isto é, a tentativa de impedir o crescimento dos salários reais; pelo bloqueamento da contratação colectiva; pelo adiamento do aumento do salário mínimo nacional; pelo agravamento da precarização do emprego e do desemprego; pela ameaça da passagem ao quadro de excedentes e de despedimentos maciços na função pública.

Toda a precedente política governamental é confirmada pelas propos-

tas de lei das Grandes Opções e do Orçamento do Estado para 1992, comportando esta última um tão brutal aumento dos impostos, especialmente dos impostos indirectos, que tem que ser considerada um verdadeiro assalto fiscal aos bolsos dos contribuintes, especialmente injusto no que se refere aos trabalhadores e outras camadas mais desfavorecidas.

A situação demonstra plenamente que, como proclama o PCP, «é justo protestar e é necessário lutar».

Em face do clamor que o conhecimento da proposta de Orçamento do Estado provocou nos diversos quadros da vida nacional, logo alguns órgãos de informação e comentadores alaranjados se apressaram a arranjar um bode expiatório na pessoa do desajeitado e petulante ministro das Finanças. Mas como o próprio ministro disse, causando escândalo em alguns devotos de Cavaco Silva, o Orçamento e a política que lhe está subjacente são da responsabilidade do Primeiro-Ministro. É claro que talvez outro ministro das Finanças não se prestasse ao ridículo de ir para a televisão dizer que um crescimento do montante dos impostos da ordem dos 700 milhões de contos não é agravamento mas «harmonização». Isso é outra coisa. O que importa salientar aqui é a responsabilidade de Cavaco Silva, de todo o Governo e do PSD nesta política orçamental, e que isso constitui um verdadeiro perjuro em face das promessas que fizeram aos portugueses durante as eleições.

Importa salientar, ainda mais, que este Orçamento entronca logicamente na política de direita que os governos de Cavaco Silva têm seguido e que o PCP tem denunciado, isto é, uma política que tem como objectivo prioritário «a formação e a consolidação de grupos económicos» (leia-se a restauração monopolista associada ao capital estrangeiro), como está expressamente declarado no Programa do Governo.

A política orçamental, fiscal, salarial, bem como a exploração crescente dos trabalhadores visam, a pretexto da «modernização», forçar e acelerar a concentração da riqueza e a centralização de capitais que fazem parte do processo de formação dos grupos monopolistas.

Ao contrário do que observam os comentadores do CDS e até alguns do PS, o brutal agravamento dos impostos não significa «mais Estado», significa sim que, sob a gestão do PSD, o Estado se apropria de uma parte da riqueza da sociedade para a redistribuir sob formas diversas a favor do

grande capital incentivando o seu poder e a sua concentração.

O aprofundamento das desigualdades que se verifica no nosso país não é apenas a que resulta da lógica da exploração capitalista. É agravado por esta intervenção estatal em benefício da concentração da riqueza.

Nas condições presentes, a política salarial e fiscal que o Governo prossegue visa também descarregar sobre os trabalhadores e as classes médias os custos de uma conjuntura menos favorável que decorre do aprofundamento da recessão económica nos Estados Unidos e na Inglaterra e que ameaça generalizar-se a outras potências capitalistas.

«formação e consolidação» dos grupos monopolistas tem a sua área privilegiada nas privatizações.

Em relação a estas, além de na ausência serem atentatórias do interesse nacional, continuam os artificios, os esquemas e o secretismo opaco na forma como se processam. Reveste o carácter de um autêntico escândalo nacional as privatizações em curso de empresas básicas e estratégicas da economia portuguesa.

A privatização do BESCL que já teve uma primeira fase recheada das mais espantosas irregularidades para que a «velha família» Espírito Santo se assenhoreasse da maioria do capital privatizado, volta a ser notícia pela iminência de novas ilegalidades com o mesmo objectivo, na segunda fase da privatização.

Escandaloso, acima de qualquer classificação, é o facto, agora noticiado pela imprensa, de que o único grupo concorrente à privatização da Petrogal é encabeçado por Pires de Miranda, conhecida figura do PSD, ex-ministro do mesmo partido, ex-presidente do Conselho de Administração da Petrogal. Isto é, fica tudo em casa.

Tanto como a falta de vergonha do PSD, espanta o silêncio do PS, não só em relação a este caso, como em relação à marcha do processo das privatizações, tanto mais que são conhecidas as responsabilidades do PS na alteração do texto constitucional que lhe abriu as portas.

«É justo protestar e é justo lutar». É isso que os trabalhadores não deixarão de fazer.

É por isso que o PCP tem exprimido a sua solidariedade e apoio às acções diversificadas do próximo dia 12 de Fevereiro e às outras lutas em curso.

É por isso que o PCP fará uma intensa campanha de informação e esclarecimento nos próximos dias 6, 7, 8 e 9 de Fevereiro.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 — Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 76 97 25/76 97 22. Telex 18390 Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO: Editorial «Avante!», SA — Rua de São Bernardo, 14, 2º, 1200 Lisboa. Capital social: 15 000 000\$00. CRC matricula: 47059. NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO: DISTRIBUIÇÃO ADE's Editorial «Avante!» — R. S. Bernardo, 14 1200 Lisboa — Telef. (01) 395 21 93

Alterações de remessa: Até às 17 horas de cada sexta-feira: Fax: 3968793; Telex: 65791; Telef. (01) 395 21 93

— DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL INTERPRESS — Sociedade Distribuidora de Jornais e Revistas, Lda, Sector de Distribuição

Sede: Rua do Norte, 115, 1º, 1200 Lisboa. Telef. (01) 342 07 84/342 23 49/342 22 04

Delegação Centro: Praceta Dr. Alberto Oliveira, 4, 3000 Coimbra — Telef. (039) 71 35 77

Delegação Norte: R. Monte dos Pípos, 326, Guilhões, 4450 Matosinhos

Telef. (02) 953 15 66/953 17 49/953 17 50

ASSINATURAS: R. de S. Bernardo, 14 1200 Lisboa — Telef. (01) 395 21 93

PUBLICIDADE: Rua de S. Bernardo, 14, 1200 Lisboa — Telef. (01) 395 21 93

Composto e Impresso na Heka Portuguesa R. Elias Garcia, 27 Venda Nova — 2700 Amadora Depósito legal nº 205/85

#### TABELA DE ASSINATURAS

PORTUGAL (CONTINENTE) — 50 números: 4.500\$00; 25 números: 2.325\$00

REGIÕES AUTÓNOMAS — 50 números: 5.707\$50

ESPAÑA — 50 números: 7.090\$00

MACAU — 50 números: 11.140\$00

GUINÉ-BISSAU E S. TOMÉ E PRÍNCIPE — 50 números: 12.190\$00

EUROPA (e ARGÉLIA, MARROCOS, TUNÍSIA E TODO O TERRITÓRIO DA URSS) — 50 números: 13.350\$00

EXTRA-EUROPA — 50 números: 16.450\$00

Nome \_\_\_\_\_

Morada \_\_\_\_\_ Telef. \_\_\_\_\_

Código Postal \_\_\_\_\_

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado do cheque ou vale do correio.

## Encontro Distrital de Quadros de Setúbal

# Abrir novas perspectivas

Com o «objectivo principal» de facultar «um maior conhecimento sobre a situação política e social e a actividade partidária no distrito», segundo as palavras iniciais de Manuel Sobral, cerca de trezentos quadros da Organização Regional de Setúbal do PCP reuniram-se nas instalações da Sociedade Capricho, num encontro que durou todo o dia do passado sábado. Representando as diversas áreas de actividade partidária a vários níveis de responsabilidade, os participantes seguiram atentamente as dezenas de intervenções — algumas de improviso — revelando um conhecimento aprofundado dos problemas tratados. No final, interveio o camarada Carlos Carvalhas, secretário-geral adjunto do PCP.

Manuel Sobral, membro da Comissão Executiva Nacional do Comité Central do PCP responsável da DORS, que se encontrava na mesa com o secretário-geral adjunto, com Francisco Lopes, do Secretariado do CC, com membros da DORS e com a deputada Odete Santos, esclareceu ainda que o Encontro visava «abrir novas perspectivas e trazer um acrescido empenho no desenvolvimento das exigentes tarefas que se colocam».

### Ligar o Partido às massas

Enumerando as tarefas — e começando pela da «dinamização da luta contra os aspectos mais negativos da política de direita» —, Manuel Sobral salientaria que

o conhecimento dos seus aspectos mais gerais não bastam. «É imprescindível termos também o conhecimento de como essa política se traduz, nos seus efeitos práticos, na vida quotidiana e no estado de espírito das pessoas».

«Uma das questões centrais do nosso trabalho é a de sabermos avaliar, com oportunidade, como se está a processar a ligação do Partido às massas», afirmou. «Neste aspecto é inevitável e justifica-se plenamente que neste Encontro se dê uma atenção especial à situação social e à organização do Partido nas empresas do distrito. Por aí passam aspectos tão importantes e decisivos como o da unidade dos trabalhadores, o fortalecimento do movimento sindical, a dinamização da luta de massas e em grande parte o fortaleci-

mento da influência e a renovação do Partido.»

Essas várias vertentes foram analisadas, definindo-se tarefas prioritárias. A intervenção do Sector Sindical, a cargo do camarada Caetano, membro do Executivo da DORS, que trouxe o quadro social bastante grave no distrito, não deixou de sublinhar o resultado positivo de lutas travadas:

«Apesar de o Governo ameaçar com sanções as empresas que aumentarem os salários acima do tecto de 9,5%, e de o patronato ter uma acção mais organizada e coordenada, temos alcançado êxitos significativos em várias empresas, com aumentos salariais entre os 27 e os 14%, e a redução dos horários de trabalho para as 40 horas.»

Apresentando exemplos de lutas vitoriosas, o ca-



Cerca de trezentos quadros participaram em Setúbal num Encontro, no passado sábado

marada Caetano referiu que, ao contrário do que o Governo propagandeia, os problemas económicos continuam; os salários em atraso mantêm-se — num conjunto de 23 empresas com 2580 trabalhadores, são devidos a estes cerca de dois milhões de contos; o desemprego mantêm-se a uma taxa superior a 12% da população activa do distrito — o dobro da nacional; são retiradas regalias aos trabalhadores. Enumerando de-

pois as tarefas necessárias à defesa dos trabalhadores sublinhou a importância de alargar «a influência do Partido e do movimento sindical aos novos sectores de actividade e empresas a laborar no distrito».

### Reforçar a organização intensificar a luta

A atenção do Encontro dada à questão do reforço da organização foi importante, e nela se destaca a intervenção do camarada Jorge Pires, membro do CC e da DORS:

«Na Direcção Regional assumimos de forma responsável a importância do Partido na vida do distrito. Pensamos que é necessário ultrapassar deficiências e insuficiências que se colocam ao nível da estrutura, do trabalho de direcção, da política da quadros e da nossa intervenção. Mas os resultados do nosso trabalho serão tanto mais positivos quanto maior for o nosso empenho revolucionário, quanto mais nos ligarmos aos trabalhadores e ao povo e com eles lutarmos por melhores condições de trabalho e de vida, quanto mais formos solidários com aqueles que lutam pelos mesmos objectivos, estejam onde estiverem. Serão tanto mais positivos quanto mais reafirmarmos os nossos princípios e a nossa identidade e não capitularmos perante as dificuldades.»

Num aprofundado trabalho sobre a realidade autárquica e o desenvolvimento no distrito de Setúbal, o camarada Carlos Humberto, do CC e da DORS, desenvolveria mais tarde o quadro restritivo da política go-

vernamental em que apesar de tudo o poder local democrático — em que os comunistas e seus aliados são largamente majoritários — leva a cabo, dando conta das linhas gerais que a DORS, na sua reunião de Janeiro corrente, traçou para esta frente de trabalho — o reforço da estrutura orgânica e o acompanhamento de todos os eleitos; a ligação com os eleitos não comunistas da CDU; a intensificação do combate político, procurando manter, quando necessário e possível, posições comuns com outras forças; a prioridade ao trabalho de massas, a atenção às obras, as acções socioculturais, as acções com e para a juventude. E, por fim, a necessidade apontada de, a nível distrital e concelhio, se prepararem planos de trabalho valorizando as realizações efectuadas e a unidade política do distrito.

Não caberia numa curta reportagem dar conta de todas as valiosas contribuições prestadas ao Encontro, que certamente dotaram o partido com informações, opiniões, críticas e linhas de trabalho para o futuro próximo, em tão diversas áreas. Não deixaremos, porém, de destacar a última intervenção, antes do discurso de Carlos Carvalhas, e que suscitou o aplauso caloroso dos camaradas. Referimo-nos às palavras da camarada Cláudia, da Juventude, que relatou a vitória da lista unitária na Escola de Santo André, do Barreiro, afastando o PSD que ao longo de cinco anos se manteve, estagnada, a representar os estudantes. Sublinhando estas e outras vitórias, a camarada demonstrou que a juventude também se manifesta disposta a lutar democraticamente pelos seus interesses, recusando o anticomunismo e afirmando-se como esperança de futuro.

## Carlos Carvalhas

# Intensificar a luta

(...)É necessário intensificar a luta, a acção, o desmascaramento e a resistência à política e aos planos do governo de Cavaco Silva.

(...)Pela nossa parte temos tomado um variado e significativo número de iniciativas visando por um lado, a dinamização e o reforço da organização e, por outro, o debate, a reflexão, a apresentação de propostas em amplos campos da vida nacional.

Tomámos iniciativas visando dar resposta a problemas sentidos por largas camadas da população de que destaco a revogação dos aspectos mais negativos do pacote laboral, a redução do horário de trabalho; a elevação significativa do valor das Pensões e Reformas e acesso gratuito aos medicamentos no caso de doenças crónicas; a extinção da PGA e o novo regime de acesso ao ensino superior; iniciativas relativas aos direitos dos cidadãos (acção popular, acesso aos documentos da Administração Pública, indemnização às vítimas de crimes); iniciativas relativas ao ambiente com a apresentação de vários projectos de lei de grande alcance.

Temos tomado uma firme posição de condenação à política salarial, de aumento dos preços e continuado a aprofundar as nossas propostas relativas à economia, ao ensino e à juventude.

(...)Procuram com todo o peso da classe dominante e dos meios de informação ao seu serviço inculcar no movimento popular que a apropriação capitalista e a exploração capitalista se tornou sinónimo de eficácia e que o «mercado» é sinónimo de modernidade, liberdade e democracia

A identidade mercado igual a capitalismo e socialismo igual a estatização é falsa e abusiva e o postulado que procura erigir as normas capitalistas em fórmula última do progresso humano é um dogma como qualquer outro.

O capitalismo, ao longo do séc. XX, mergulhou o mundo em duas guerras mundiais, sustentou até à última o colonialismo, instigou e apoiou ditaduras fas-

cistas e está marcado pela exploração e opressão sociais da maioria da população do planeta. O termo capitalismo ficou de tal modo desacreditado que as suas economias passaram a chamar-se economias de mercado.

É preciso lembrar que o mercado pré-existe ao capitalismo, que o mercado existe e deve existir nos países socialistas. Aliás, se analisarmos as condições históricas do seu desenvolvimento facilmente verificamos como é falsa a identificação «capitalismo=mercado» e «socialismo=estatismo». O mercado insere-se também numa economia socialista e planificada. A diferenciação não está no mercado, mas no sistema de exploração. É certo que o capitalismo contemporâneo é diferente do capitalismo oitocentista e do capitalismo de ontem, mas não deixou de ser capitalismo, nem a exploração deixou de alargar o seu âmbito.

(...)O que faliu nos países socialistas e na URSS não foi o socialismo mas um modelo, uma experiência histórica que se afastou, em aspectos centrais do ideal dos comunistas.

Nós há muito que rejeitamos um modelo de construção do socialismo e claramente rejeitamos o modelo que foi concretizado na URSS e noutros países do Leste da Europa sem deixar de ter em conta e de sublinhar as transformações revolucionárias verificadas, as conquistas económicas e sociais e culturais dos povos e a sua solidariedade activa para com os povos e países em luta.

Mas o PCP analisando as situações, procurando alcançar um conhecimento o mais rigoroso possível dos acontecimentos contemporâneos, das experiências e ensinamentos dos factos considera que as conquistas revolucionárias do nosso século, estreitamente ligadas à acção dos comunistas, mostram ser possível transformar a sociedade, libertando a humanidade da exploração e opressão social, política e cultural.(...)

## TRABALHADORES

## Vária

**Subocupação na Centrel.** Três empresas de telecomunicações do grupo Centrel estão com falta de trabalho. Há subocupação geral dos trabalhadores. Segundo o Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas, (Siesi) é o caso da Automática Eléctrica Portuguesa (AEP) de Cabo Ruivo (no Verão passado foram aí despedidos 375 trabalhadores, alegadamente para permitir a viabilização dos restantes 200 postos de trabalho), da Sistel e da Telequipo, ambas com instalações em Lazarim, localidade próxima da Costa da Caparica. Há remunerações em atraso.

**Ameaça de despedimento colectivo.** Ainda segundo o Siesi, a Cablesa pretende despedir 50 operárias permanentes da fábrica de Carnaxide. O processo foi entregue em 22 do corrente no Ministério do Emprego e Segurança Social. Para o Siesi não há razões objectivas que justifiquem o despedimento.

**Discriminação de mulheres.** Uma delegação do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas (SBSI) entregou em 23 do corrente uma petição na Assembleia da República no sentido de serem tomadas medidas legislativas que acabem com a discriminação de mulheres no emprego. A petição refere-se ao BCP (Banco Comercial Português). O documento deverá ser apreciado em plenário da AR, assim o pretende o SBSI. A situação no que respeita àquele banco tem sido alvo de vários protestos de origens diversas, incluindo comissões sindicais de mulheres.

**Falência em Leça.** O Tribunal Judicial de Matosinhos declarou em 20 do corrente a falência da Fil - Fiação de Leça, SA. A empresa empregava cerca de 600 trabalhadores, agora sem salários nem indemnizações. A falência ocorreu depois de negociações infrutíferas com a Coind - Investimentos e Consultadoria, SA.

**Crise na Matrena.** A direcção do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Celulose, Fabricação e Transformação de Papel, Gráfica e Imprensa do Sul e Ilhas considera «chegada a altura de exigir da administração da Matrena - Sociedade Industrial de Papéis, SA um esclarecimento sobre o que se passa na empresa e que lhe sejam dadas garantias quanto ao futuro» — isto no que respeita aos trabalhadores que, reunidos recentemente em plenário com as suas organizações, concluíram que a Matrena «tem atravessado uma crise de ordem financeira, criando um clima de instabilidade, insegurança e incerteza quanto ao futuro». Desde Abril de 1990 que a empresa não paga aos sindicatos a quotização que cobra aos trabalhadores.

**Ford interessada na Seagate.** Multinacionais espanholas e o consórcio Auto-Europa, responsável pela fábrica da Ford-VW têm mostrado interesse na compra das instalações da Seagate, em Palmela, adiantou à Lusa fonte sindical da USS (União de Sindicatos de Setúbal/CGTP). Desconhece-se no entanto a data em que o edifício será leiloado. A Seagate tem em curso um processo de despedimento colectivo de 850 trabalhadores e tenciona encerrar em Junho de 1992.

**Ucal atrasada.** Em 24 do corrente, os 870 trabalhadores da Ucal só tinham recebido metade do 13.º mês. Os salários de Dezembro estavam a ser pagos aos poucos e, na mesma data, já havia a informação de que só serão liquidados 50 por cento dos salários de Janeiro. Há ainda outras remunerações atrasadas na Ucal. A Federação dos Sindicatos da Química, Farmacêutica, Petróleo e Gás afirma que se trata de «uma situação preocupante e insustentável». A mesma organização refere a intenção da empresa de despedir «mais de 300 trabalhadores». Ao mesmo tempo, «recusa-se a negociar a revisão do ACT» (acordo colectivo de trabalho), frisa ainda a Federação.

**Pescadores e Governo.** Continuavam sexta-feira passada num impasse as negociações entre o secretário de Estado das Pescas, pescadores, armadores e associações. Em causa está a pesca artesanal, sobretudo no Norte e no Algarve. A questão da malhagem e das zonas pesqueiras contam-se entre os assuntos por resolver. Pequenos armadores e pescadores têm desenvolvido em Lisboa, em Faro e noutros pontos do País várias acções de protesto, incluindo concentrações em frente ao Centro Cultural de Belém.

**Mais salários em atraso.** Perto de 300 trabalhadores com salários em atraso aprovaram sábado em Setúbal por unanimidade uma resolução em que exigem a «alteração da lei de falências» e a criação de «um fundo de reparação» para os trabalhadores naquelas condições. O encontro foi promovido pela União dos Sindicatos de Setúbal (USS/CGTP). São 2500 as vítimas dos atrasados, só no distrito sadino.

**Postos de trabalho em causa na EDP.** O Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Eléctricas do Norte (Stien), entre várias considerações, protestos e críticas recentes acerca da situação social no sector ou sectores que representa, afirma que se acelera o processo de «desmembramento e privatização» da EDP, «pondo em causa postos de trabalho, direitos e regalias», já no ano corrente.

## Função Pública

# Não recuaremos!

## — Firmeza nas posições sindicais

Ao marcarem sexta-feira passada, dia da concentração em Lisboa, uma greve nacional na primeira quinzena de Fevereiro, é notória a determinação sindical de não recuar nas reivindicações dos vários sectores da Função Pública, designadamente no que respeita aos aumentos salariais deste ano.

A comissão negociadora sindical (CNS) da Plataforma Reivindicativa dizia à Imprensa no mesmo dia que existem «razões acrescidas» para a greve.

Recorde-se que o Governo mantém a sua proposta de aumento nos 8 por

cento, subindo apenas um ponto em relação à inicial.

Sabia-se entretanto, através da Lusa, que uma sexta parte dos cerca de seis mil trabalhadores da Função Pública que trabalha no Algarve corre o risco de despedimento. Muitos deles têm contratos a prazo.

Os sectores mais ameaçados são a saúde e o ensino.

Quanto aos professores, para além dos problemas específicos — que são muitos — e principalmente no que respeita aos que não têm vínculo efectivo (provisórios) decidiam, por seu turno, participar empenhadamente na próxima greve da Administração Pública.

São cerca de 12 mil os professores sem esse vínculo, mas dotados das habilitações necessárias ao ensino.

Entretanto, a Fesap/UGT recusava também a proposta do Governo de aumentos salariais de 8 por cento para a generalidade da Função Pública.

Para decidir formas de luta reuniam em 25 do corrente os trabalhadores do Instituto do Emprego e Formação Profissional.

Uma proposta sindical aponta no sentido do desenvolvimento de formas de luta em datas coincidentes com iniciativas comunitárias.

Milhares de trabalhadores da Função Pública, reunidos sexta-feira passada, em frente ao Centro Cultural de Belém, reafirmaram as razões da luta.

Além dos principais dirigentes sindicais do sector, esteve presente o coordenador da CGTP, Manuel Carvalho da Silva.

Também para formas de luta se encaminham, no mesmo sector, os guardas-rorais e os chefes de lança que — afirma a Federação (FNSFP) têm sido «totalmente ignorados pelo poder instituído e marginalizados relativamente a outros profissionais».



Forte presença dos trabalhadores das autarquias

# CGTP marca jornada de luta e apela à convergência na acção

O Conselho Nacional da CGTP-IN convocou em 22 do corrente uma «jornada de luta nacional» para 12 de Fevereiro.

A iniciativa, para a qual Manuel Carvalho da Silva apelou à convergência, envolverá a maioria dos sectores laborais.

Haverá manifestações, concentrações ou greves.

Como se sabe, a CGTP reclama o desbloqueamento da negociação colectiva, a melhoria das condições de protecção social e a redução do horário de trabalho.

Continua a ser liminarmente recusada a contenção salarial pretendida pelo Governo.

O coordenador da CGTP, Manuel Carvalho da Silva, falando aos jornalistas em nome da Central, disse:

«Faremos tudo o que for

possível para o Governo não concretizar os seus propósitos de conter os salários, porque isso é um atentado contra o direito da livre negociação».

Para Carvalho da Silva existem condições económicas para o crescimento salarial.

A prova disso são os acordos salariais já firmados acima dos 12 por cento, designadamente na panificação de Lisboa (16,5 por cento), no comércio retalhista de Viseu (14), nos serviços de limpeza (16,1), nas empresas de vigilância (15,3) e nos lacticínios (12).



## Greve na Cel-Cat

A tentativa de imposição de aumentos salariais de 10 por cento levou à greve dos trabalhadores da Cel-Cat.

A empresa produtora de cabos eléctricos de Morelena, em Sintra, parou completamente sexta-feira passada devido à adesão de 97 por cento dos trabalhadores à greve.

Segundo o Siesi (Sindicato das Indústrias Eléctri-

cas do Sul e Ilhas), voltar-se-ia à paralisação em 28 do corrente se a situação não se alterasse.

Ambas as greves foram marcadas por períodos de 24 horas.

Afirma o Siesi que, «à revelia das negociações do acordo de empresa que estão a decorrer», a Cel-Cat mandou processar os salários de Janeiro com aumen-

tos de 10 por cento.

O mesmo Sindicato propõe aumentos de 15,5 por cento e a redução do horário de trabalho de 42 para 40 horas semanais, sem prejuízo de horários de menor duração já existentes.

O Siesi acusa, além disso, a empresa de pretender anular vários direitos constantes do actual acordo de empresa.

## TRABALHADORES

## Metro de Lisboa

# Vinte e quatro horas de greve anunciadas para amanhã

A TAP não cumpre acordo com a SAAL

Outros sectores em luta nos transportes. 400 despedimentos na forja da TAP através da SAAL

De acordo com o plenário geral de 15 do corrente, o mais participado até agora, fora do espaço tradicional — as oficinas —, pois este decorreu na sede da empresa, os trabalhadores do Metropolitano de Lisboa paralisarão amanhã por um período de 24 horas, se o conselho de gerência não alterar a sua posição no conflito motivado pelo «desequilíbrio dos acréscimos salariais do AE-II e do AE-I» no ano passado.

A solução do diferendo tem sido tentada pelos sindicatos junto do conselho de gerência e do Ministério

da tutela. Aprovada no mesmo plenário, foi entregue aos gestores uma moção nesse sentido e contendo a intenção de recorrer novamente à greve.

Entre as decisões daquela moção destaque-se que, «caso se verifique qualquer discriminação entre trabalhadores aderentes ou não aderentes a qualquer greve legalmente decretada», se devem mandar os sindicatos para recorrerem aos tribunais.

Ainda no sector dos transportes, o Sindicato da Mestrança e Marinhagem da Marinha Mercante e Fo-

gueiros de Terra decretou em 22 do corrente uma greve para anteontem em todos os navios de cabotagem que estivessem atracados em portos ou em funcionamento de máquinas.

Na origem desta greve, marcada em simultâneo para a Espanha, França, Itália e Grécia, encontra-se a liberalização da cabotagem que, na opinião dos sindicatos do sector, poderá pôr em causa mais de 90 mil postos de trabalho.

Os serviços mínimos foram assegurados.

Entretanto, a CT da CP e a Federação dos Ferrovários solidarizavam-se com as populações da Linha do Tua e repudiavam o encerramento deste serviço da CP. Os baixos aumentos salariais propostos este ano foram também motivo de protesto das organizações



representativas dos trabalhadores da CP.

Na TAP, em Lisboa, os trabalhadores da Sociedade Abastecedora de Aeronaves, Limitada (SAAL) concentraram-se sexta-feira passada em frente aos Ministérios do Emprego e dos Transportes.

Os trabalhadores pretendiam falar com os minis-

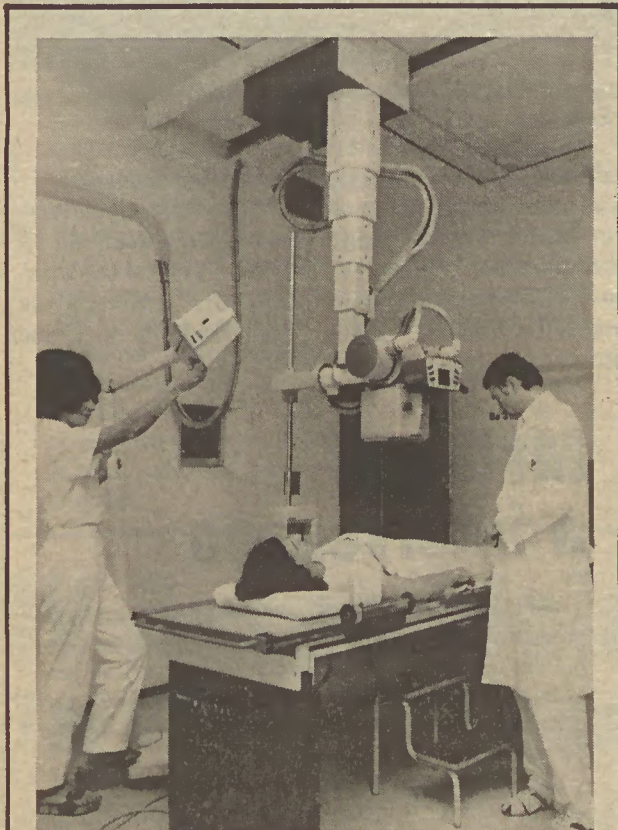
tros, pois 400 deles estão em risco de perder o emprego devido à rescisão de um contrato de emprego decidida unilateralmente pela TAP-Air Portugal.

O contrato tinha validade até Dezembro do ano corrente.

Segundo o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria

de Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Sul, com sede em Lisboa, os trabalhadores continuarão a concentrar-se junto ao Ministério dos Transportes, «exigindo do respectivo ministro as medidas que obriguem a TAP a respeitar os compromissos».

Outras formas de luta estão previstas no sector.



## Não há dinheiro para os enfermeiros

SEP mandatado para definir e desencadear as formas de luta que considerar necessárias

Sem afastarem a possibilidade de uma greve nacional em Março, se entretanto não forem satisfeitas as suas propostas, os enfermeiros portugueses e o seu Sindicato (SEP) concluíram numa reunião de sindicalistas quinta-feira da semana passada que não existe «previsão orçamental para fazer face aos compromissos assumidos», designadamente quanto à proposta de aumentos salariais para 1992, bem como para a admissão dos 10 mil enfermeiros de que necessitam os hospitais. Além disso, entre 800 e 900 recém-formados encontram-se no desemprego. No ano passado, acrescentam os sindicalistas, o Governo não cumpriu os compromissos relativos à carreira de enfermagem e à aplicação do estatuto da carreira docente do Instituto Superior Politécnico aos docentes da Enfermagem. O acréscimo de 6,4 milhões de contos no Serviço Nacional de Saúde (SNS) «não chega para cobrir o acréscimo de vencimentos que decorre da nova grelha» para as cerca de 1000 novas admissões previstas, nem tão-pouco a dos docentes. Para isso seria necessário um total de 10 milhões de contos. O SEP requereu a intervenção imediata do Parlamento no assunto.

## Químicos

# Inaceitáveis posições do patronato

Semana de luta marcada para 3 a 8 de Fevereiro

Os sindicatos dos sectores químico, farmacêutico, petróleo e gás consideram «inaceitáveis as posições que o patronato tem assumido nos processos de negociação colectiva».

Numa reunião nacional da Fequifa (Federação dos sindicatos daqueles sectores) foi marcada uma «semana nacional de luta de 3 a 8 de Fevereiro» próximo.

As posições do patronato na questão negocial com os sindicatos caracteriza-se, segundo o Conselho Nacional da Federação, pelo «seguidismo político relativamente ao Governo».

O CN da Fequifa sublinhava em 17 do corrente que essas posições patronais «contrariam os resultados obtidos nas negociações directas com as administrações das empresas, cujos valores salariais se situam neste momento, em média, acima dos 14 por cento».

Depois de frisar que «é previsível um significativo agravamento do custo de vida», a Fequifa acusa o patronato de insistir na pretensão de fazer vigorar nas «convenções colectivas os aspectos mais gravosos do pacote laboral».

A chamada «flexibiliza-

ção» do horário de trabalho seria um desses aspectos, recusando-se o Governo a «implementar os compromissos anteriormente assumidos relativamente à redução da duração semanal do trabalho».

A Fequifa, que procedeu em 17 do corrente à análise da situação social no sector, tomou uma série de decisões mencionadas a seguir:

- Repudiar toda e qualquer tentativa do Governo e do patronato no sentido de bloquear a negociação colectiva e impor a contenção salarial;

- Exigir a implementação urgente da redução da duração semanal do trabalho, quer ao nível da legislação, quer ao nível da negociação colectiva;

- Repudiar a ofensiva patronal contra os direitos

dos trabalhadores, designadamente quanto à inclusão do conteúdo do pacote laboral nas convenções colectivas;

- Apoiar as reivindicações da CGTP-IN, designadamente a fixação do salário mínimo nacional em 50 mil escudos;

- Para concretizar os objectivos atrás referidos, o CN (Conselho Nacional) decidiu também convocar uma semana nacional de luta, com características diversificadas, incluindo paralizações nas empresas, a realizar entre 3 e 8 de Fevereiro;

- O CN decidiu ainda apoiar os projectos de lei n.º 4/VI, para revogar os aspectos mais gravosos do pacote laboral, e o n.º 8/VI para a redução do horário de trabalho.

## Greve dos aduaneiros

Com a supressão dos controlos fiscais fronteiriços na CEE são 8500 trabalhadores que perderão os seus empregos nos despachantes oficiais em Portugal. Em toda a Europa serão 85 mil os postos de trabalho que desaparecerão. Daí as greves de segunda-feira, não só no nosso país como em mais oito da Comunidade.

Os trabalhadores aduaneiros em despachantes oficiais exigem dos governos medidas compensatórias e, em Lisboa, aproveitando a circunstância de Portugal presidir à CEE, concentra-

ram-se junto ao Centro Cultural de Belém.

A supressão daqueles controlos fronteiriços começa em 1 de Janeiro de 1993.

No âmbito da greve comunitária, só em Portugal paralisaram totalmente os 400 escritórios. Só no terminal-TIR de Alverca ficaram parados 330 camiões. No Freixieiro (Porto) foram cerca de 200 que esperaram as operações de alfândega. Trata-se dos dois terminais mais importantes do País.

A paralisação prolongou-se por todo o dia.

## Greve na Autosil

Com 320 trabalhadores, a Autosil (baterias e acumuladores de Paço de Arcos) parou segunda e terça-feira em apoio às reivindicações apresentadas, designadamente por aumentos salariais de 13 a 16 por cento.

As paralizações efectuaram-se por períodos de hora e meia de manhã e de tarde, contra os 8,5 por cento que o patronato pretender conceder.

Fonte ligada aos trabalhadores disse ao «Avante!» que o caderno reivindicativo foi apresentado aos patrões em Dezembro, antes do Natal, tendo havido até agora duas reuniões de negociação.

A produção esteve parada nos dias de greve parcial. A adesão situou-se entre os 80 e os 90 por cento. A paralisação abrangeu toda a empresa.

## LITORAL DE ESPOSENDE NÃO ESCAPA À DESTRUÇÃO

Apesar da criação, em 1987, por decreto-lei, da Área de Paisagem Protegida do Litoral de Esposende, continuam os crimes ecológicos na reserva natural que se estende da Apúlia à Foz do Neiva. Segundo uma nota da Comissão Concelhia do PCP, as agressões ao ambiente são patentes na construção clandestina, destruição das dunas, abate do pinhal, nos montes de entulho, águas residuais, fossas, etc. Mas como se não bastasse, no pinhal de Ofir, junto à Capela da Bonança, está a ser licenciada em lotes para construção uma vasta zona considerada na lei como área a conservar. Os comunistas imputam a responsabilidade do licenciamento à Câmara Municipal, que «não pode lavar as mãos como Pilatos», já que o autorizou no decorrer de 1991. O PCP afirma que tudo fará para preservar aquela Área de Paisagem Protegida, salientando que a bancada comunista já apresentou um novo decreto-lei sobre a matéria na Assembleia da República.

## SAÚDE INFLACIONADA

«Quem quer saúde que a pague, é o que o Governo está determinado a fazer, ao continuar a apresentar baixos orçamentos para o respectivo Ministério», afirma a Direcção da Organização Regional da Guarda do PCP, que se debruçou sobre a matéria numa recente reunião. Neste momento o Estado português apenas assume 53 por cento das despesas totais na saúde, enquanto noutros países da CEE, caso da França, este índice atinge 75 por cento e a Inglaterra chega mesmo aos 81 por cento. Na sequência desta política, vão aumentar as taxas moderadoras, medida que é apresentada hipocritamente «para proteger as camadas sociais mais desfavorecidas». Nas intenções do Governo, está também a diminuição da comparticipação nos medicamentos, que mesmo eventualmente acompanhada de pormenores de isenção a certos grupos sociais, virá certamente agravar o poder de aquisição de largas camadas da população. Por último, a DORG condena a «fúria privatizadora» que visa entregar a gestão de estabelecimentos estatais a entidades privadas, como foi recentemente anunciado em relação ao Hospital da Guarda.

## ENCARGOS E CONTRAPARTIDAS

Contrapartidas financeiras é exactamente o que o Município da Moita pretende do Governo, que obrigou a autarquia a suportar os encargos relativos ao funcionamento das cantinas escolares do 1º ciclo do ensino básico e à atribuição de subsídios de refeição às crianças carenciadas. Feitas as contas, são 25 mil contos que até aqui eram desembolsados pelo Poder Central, no âmbito do programa de Emergência para o distrito de Setúbal, agora extinto por «se considerar que já não problemas de pobreza na região». A Comissão Concelhia do PCP condena este caso da «prática abusiva do Governo de impor às autarquias mais atribuições e encargos sem as respectivas contrapartidas financeiras». Por outro lado, o PCP critica a actualização dos autarcas do PSD «pela sua completa ausência e falta de participação construtiva na recente Assembleia Municipal, que aprovou o Plano e Orçamento para 1992», acu-

sando-os de desprezarem as propostas para o desenvolvimento do concelho e os interesses dos munícipes.

## 3.ª ASSEMBLEIA DE ALCABIDECHE

Está marcada para o próximo sábado, às 14.30, no Salão Montepio, a 3ª Assembleia da Organização do PCP da Freguesia de Alcabideche, que contará com a presença de José Casanova, da Comissão Política. A reunião irá eleger a Comissão de Freguesia e aprovar o documento de orientações, bem como será aproveitada a ocasião para entregar os cartões de 92/93. No texto colocado à apreciação dos militantes, coloca-se como objectivo «reforçar a acção do Partido junto da população e dos trabalhadores, mobilizando-os para a luta em torno dos seus problemas concretos». Entre outros pontos lançados a debate, destaca-se a análise social da freguesia, a maior em área do concelho de Cascais, a acção dos comunistas no trabalho autárquico e nas empresas, bem como o reforço da Organização, que conta neste momento com 261 militantes.

Para o mesmo dia, 2 de Fevereiro, está previsto um encontro de militantes de S. Domingos de Rana, a realizar no Centro de Trabalho de Tires, em que participará Jorge Cordeiro, do CC do PCP. A iniciativa visa discutir um documento sobre o trabalho partidário na freguesia, que abrange áreas como a autarquia, a ligação às massas, as colectividades, empresas, juventude, reformados e outras.

## CC DE ÁGUEDA MARCA INICIATIVAS

Reunida recentemente, a Comissão Concelhia de Águeda definiu um plano de iniciativas para o ano em curso que prevê, já para o próximo mês de Março, a realização de um almoço de confraternização que será antecedido de um debate com a participação de um membro do Comité Central. Em fase de agendamento estão também vários plenários de militantes, debates e outras reuniões tendo em vista a preparação do próximo Congresso do PCP. A Comissão Concelhia debruçou-se ainda sobre aspectos da situação político-social nacional e internacional e sobre a organização e direcção partidárias.

# Asfixia financeira compromete futuro no Algarve

A DORAL do PCP reclama que o Governo cumpra a Lei das Finanças Locais e consagre no Orçamento de Estado uma verba global de 200 milhões de contos para o financiamento do Poder Local.

O Algarve continua a braços com graves problemas que condicionam e comprometem o seu desenvolvimento. Tal situação tende a agravar-se pelo facto do País e da região estarem na iminência de negociar com a CEE um novo plano de desenvolvimento regional.

A CCRA insiste em desenvolver a sua actividade com secretismo, dificultando ou impedindo mesmo o acesso a informação sobre a actual taxa de aplicação efectiva de todos os Fundos Comunitários, bem como o acesso a outros dados que permitam um conhecimento objectivo da realidade económica da região. Nestas circunstâncias, pelas complexidades, ideias feitas, projectos e ambições que predominam nesta estrutura, corre-se o sério risco de se comprometer gravemente o futuro da região.

É preocupante a gravíssima situação financeira em que se encontra a maioria dos municípios da região, prejudicados no ano de 1991 em cerca de 1 milhão e 300 mil contos pelo facto do Governo não ter cuidado das devidas contrapartidas às autarquias pela quebra de receitas. Tal situação tenderá a agravar-se caso se mantenha a proposta de financiamento apresentada pelo Governo no Orçamento de Estado para 1992.

De facto, tal proposta representaria para a maioria dos municípios do Algarve um aumento de verbas não superior a 8,5% (havendo mesmo municípios cujo aumento se cifra somente em 7%). Para além de agravar os já difíceis problemas financeiros das Câmaras compromete não só a execução de obras em curso como impossibilita a candidatura a projectos de financiamento provenientes de fundos comunitários.

A DORAL analisou o recente conflito que está a envolver armadores-pescadores contra o Governo, em torno das malhagens, áreas de pesca e política de financiamento à renovação da frota, considerando que independentemente das formas de luta adoptadas e de interesses contraditórios e até pouco claros que envolvem algumas associações, reflecte sem sombra de dúvida a situação de



A crise financeira que atravessam as autarquias da região tenderá a agravar-se caso se mantenha a proposta de Orçamento de Estado

degradação do sector a que a política deste Governo tem conduzido.

O PCP denuncia o abate de embarcações, sem alternativas, a preservação e defesa de recursos incoerentes e desarticulada de uma política global de pescas o que, para além doutros aspectos, permite que arrastões espanhóis continuem a invadir a nosa costa e a pescar até cerca de 1 milha da praia, depredando recursos e artes de pesca e que a Ria Formosa continue a ser impunemente poluída.

Na área da Saúde, a DORAL condena o encerramento de internamentos em diversos centros de saúde com fortes limitações à sua actividade, a caótica situação em que se encontra o Hospital Distrital de Faro e a recente «guerra» que envolve os laboratórios privados de análises com a Administração Regional de Saúde, do que resultam graves problemas para a população.

A DORAL do PCP solidariza-se com toda a luta que tem envolvido

milhares de trabalhadores da região, luta por melhores condições de vida, contra os salários em atraso e em defesa dos seus postos de trabalho, como são entre outros os exem-

plos dos trabalhadores da Função Pública, da Administração Local, da Hotelaria (Hotel Alcazar e Torralta, entre outros), trabalhadores do Comércio, etc.

## Melhorar a intervenção

A DORAL do PCP aprovou um importante plano de actividades para o ano em curso, que contempla um largo conjunto de iniciativas capazes de permitir a melhoria da intervenção política do PCP nos diversos sectores da vida política, social e associativa do Algarve.

Sublinha-se a realização entre Fevereiro e Maio de um ciclo de 14 debates inseridos no processo de preparação do XIV Congresso do PCP; um conjunto de iniciativas em torno do aniversário do PCP em simultâneo com múltiplas reuniões de quadros para discutir a situação das organizações locais do Partido. Com estas iniciativas, o PCP perspectiva o seu reforço e um melhor enquadramento da intervenção política e social ao seu nível. Este processo inicia-se já no próximo dia 2 de Fevereiro com uma reunião regional de quadros em Olhão, em que participa o camarada Carlos Carvalhas, secretário-geral adjunto do PCP.

A preparação das eleições autárquicas de 1993 também está no centro das preocupações e nesse sentido foi também aprovado um plano de reuniões para alargar e dinamizar as estruturas locais da CDU. Estas acções culminarão com um Plenário Regional de eleitos e activistas, a realizar em Outubro deste ano.

## Petição pelo Alqueva

Numa acção conjunta das direcções regionais de Portalegre, de Beja e de Évora, está a ser lançada uma petição dirigida à Assembleia da República, requerendo um debate em Plenário e a adopção de medidas que garantam a viabilização da construção do empreendimento do Alqueva.

O desenvolvimento regional está deste modo no centro das preocupações do PCP e, segundo anunciou a DOREV, será tema para um encontro, a realizar no próximo dia 28 de Março. Os comunistas do distrito de Évora

consideram esta iniciativa como «mais um contributo para a preparação do novo Plano de Desenvolvimento Regional, para que não se repita o ocorrido em 1989, ano em que a taxa de crescimento do Alentejo foi nula». Neste sentido, o PCP reivindica uma maior participação das autarquias na elaboração do novo PDR.

A DOREV destaca ainda o Encontro de Quadros a nível regional sobre problemas de Organização, que contará com a presença de José Soeiro, da Comissão Política do CC, e que decorrerá no próximo fim-de-semana.

PCP

## Debate promovido pela DOREV

# Um Programa Agrícola para o Alentejo

A proposta de reforma da Política Agrícola Comum não serve o Alentejo nem os produtores alentejanos, foi afirmado por Lino de Carvalho, deputado do PCP e vice-presidente da Grande Comissão Parlamentar de Agricultura e Pescas, num debate sobre «A Reforma do PAC e o Alentejo» promovido pela Direcção da Organização de Évora do PCP. Neste Encontro foi revelado que o PCP apresentará na Assembleia da República um Programa de Orientação e Fomento da Produção Agrícola para o Alentejo.

Contando na mesa com Raimundo Cabral, membro da Comissão Executiva do PCP, Rogério de Brito, deputado ao Parlamento Europeu, Carlos Amaro, membro da Comissão de Agricultura junto do CC, Abílio Fernandes, presidente da Câmara Municipal de Évora, para além de Lino de Carvalho, o debate contou com a presença de representantes da CNA, da Associação de Agricultores de Mourão, da FENCA, de UCPs/Cooperativas e de técnicos ligados ao Sector.

Na intervenção inicial com que abriu o debate, Lino de Carvalho lembrou que «o PCP tem dedicado desde sempre particular atenção e prioridade no seu trabalho à agricultura e a todos quantos dela dependem, particularmente assalariados rurais e pequenos e médios agricultores».

Afirmando que a agricultura continua a ser um sector dominante no Alentejo, a proposta de reforma da Política Agrícola Comum (PAC) e a política agrícola do Governo foram criticadas por agravarem seriamente a situação da agricultura e dos produtores alentejanos.

Avançando vários exemplos concretos dos efeitos da orientação do Governo e da proposta na quebra dos rendimentos dos agricultores destacou o exercício apresentado para os cereais. Aquele deputado do PCP informou que «depois de terminado o subsídio decorrente da segunda etapa e só ficar o subsídio referente à reforma da PAC, os produtores que hoje recebem por um quilo de trigo cerca de 54\$00/ha passarão a receber cerca de 32\$00, isto é, uns 60 por cento, sendo este exemplo válido para todos os cereais».

O representante da Associação de Agricultores de Mourão afirmou que mesmo o sistema de ajuda aos cereais leva meses a ser pago pelo que são os agricultores os penalizados com uma diminuição ainda maior do rendimento.



Afirmando que a actual PAC não serve os interesses da agricultura e que a proposta de reforma também não serve, o representante da CNA lembrou as responsabilidades da política agrícola nacional e do Governo na quebra dos rendimentos dos agricultores, liberalizando desnecessariamente as importações e mantendo os factores de produção com preços muito superiores aos da Comunidade.

Durante o debate foi geral a crítica à falta de uma orientação clara do Governo que Lino de Carvalho criticou afirmando estar-se perante uma navegação «ao sabor das circunstâncias».

A tendência para o abandono da terra e da região é crescente no Alentejo, foi afirmado durante o debate, dizendo o representante da UCP Torre da Coelheira que na sua aldeia de 900 habitantes, 200 são emigrantes em resultado particularmente da destruição da Reforma Agrária.

Aliás, o Engenheiro Carlos Amaro avançou que, face ao tipo de povoamento existente no Alentejo e à importância da economia rural nas localidades com menos de 2000 habitantes que concentram 8 por cento da actividade agrícola, a reforma da PAC, estimulando as culturas extensivas e o abandono das terras, significaria, nas condições concretas do Alentejo, a aceleração do processo de despovoamento e desertificação da Região. Afirmção que levou o deputado europeu Engenheiro Rogério de Brito a lembrar que a proposta de reforma da PAC tende a acentuar os graus de dependência dos

países menos desenvolvidos e os respectivos défices agro-alimentares induzindo ainda mais os índices de monocultura.

No encerramento do debate, Lino de Carvalho informou que o Grupo Parlamentar iria apresentar na Assembleia da República um Programa de Orientação e Fomento da Produção Agrícola para o Alentejo e reclamou do Governo a definição de uma política nacional de aproveitamento da água, onde Alqueva surge como um instrumento inadiável, o fomento do associativismo dos produtores e a intervenção directa destes nos mercados, uma política de formação profissional e de desenvolvimento rural, e medidas que não se limitem a diminuir os preços ao produtor e a liberalizar a importação mas que promova igualmente a aproximação dos preços dos factores de produção e, sobretudo, do preço do custo com a diminuição das taxas de juro, tudo apontado a impedir a contínua quebra de rendimento de agricultores e cooperativas e a garantir-se, para o País, um nível suficiente de abastecimento alimentar e de incremento da competitividade externa.

Raimundo Cabral, da CEN, afirmou no final a necessidade de serem multiplicados os debates sobre tão importantes questões para o futuro do Alentejo, afirmando que o PCP está disponível para com os assalariados rurais, agricultores e cooperativas, em empenhar-se em iniciativas abertas que defendam o futuro da agricultura no Alentejo, os direitos de quem trabalha na terra e o desenvolvimento geral de toda a região.

## IV Assembleia em Montemor-o-Novo

### Ter hoje um terço da população de há quarenta anos

A IV Assembleia da Organização Concelhia do Montemor-o-Novo do PCP decorreu no passado fim-de-semana nas instalações da Escola Secundária local, contando com a presença de Agostinho Lopes, membro da Comissão Política do Partido, e Raimundo Cabral, da Comissão Executiva Nacional.

Presentes na sala, como convidados, estiveram eleitos como independentes em

listas CDU nas autarquias da região e dirigentes de colectividades locais.

Os trabalhos começaram sob a direcção de Vitalina Roque com a aprovação dos documentos elementares para o funcionamento da Assembleia. Rogério Arraiolos, responsável pela Organização de Montemor-o-Novo, fez a primeira intervenção com um balanço da actividade desde a última Assem-

bleia. A intervenção fez referência a aspectos menos positivos da actividade local do Partido e apontou algumas medidas correctoras para a actividade futura.

Seguiram-se diversas intervenções a dar conta de problemas sociais, económicos e políticos do concelho. Os problemas dos idosos foram particularmente focados, (um terço da população de Montemor-o-Novo é constituída por

reformados) assim como os problemas da juventude em intervenções das delegadas Maria Margarida e Vitalina Roque.

O Poder Local e a sua ligação às populações, a preparação do XIV Congresso, o trabalho na área da informação foram igualmente temas para intervenções nesta Assembleia.

Propostas na área da agricultura e desenvolvimento do

concelho foram avançadas ao longo da reunião para se realizarem em 1992, consideradas pelos intervenientes como fundamentais para a resolução de alguns dos inúmeros problemas que afectam a vida da população de Montemor-o-Novo.

Questões de Direcção e Organização foram focadas por um conjunto de intervenções, entre as quais a de Fernando Pires em que se apontavam medidas concretas para a ligação da Comissão Concelhia às organizações de base, a entrega dos cartões 92/93, a imprensa do Partido e ainda sobre as iniciativas decididas pelo Comité Central com vista ao reforço da organização.

O documento base da Assembleia foi aprovado por unanimidade e nele se faz a análise da realidade do Partido no contexto da vida local, da situação política e da organização partidária.

Nesse documento, detalhado e rico em dados numéricos sobre diversas realidades de Montemor, fica-se a saber, por exemplo, que entre 1950 e o ano passado o concelho perdeu mais de um terço da população enquanto se

analisam as consequências negativas que o processo de destruição da Reforma Agrária trouxe para Montemor-o-Novo, o papel e importância do PCP antes e depois do 25 de Abril, a dimensão e trabalho de outras forças políticas e sociais, o exercício do Poder Local democrático.

São avançadas propostas de actuação que contribuam para a melhoria das condições de vida da população e reforcem o papel do PCP na região.

Em termos de organização foi decidido que a Comissão Concelhia deveria considerar sete áreas prioritárias, com a constituição de organismos próprios: autarquias, organização e quadros, sindical, colectividades, juventude, idosos, XIV Congresso e informação.

Votada por unanimidade foi a proposta apresentada para a nova Comissão Concelhia: 18 nomes com uma média de idades de 40 anos. Cinquenta por cento operários, 16 por cento intelectuais e 33 por cento empregados. As mulheres são 16 por cento.

## Desastre ecológico no Maranhão

### leva centenas para o desemprego

Após o esvaziamento da barragem, tornam-se hoje bem patentes, para além da morte de toneladas de peixe, os efeitos negativos para a saúde pública, agricultura, pesca, comércio, indústria e ambiente. É particularmente preocupante a situação criada a centenas de trabalhadores que assim irão ficar sem emprego.

O Executivo da DORPOR do PCP e entidades

diversas alertaram oportunamente para as consequências socioeconómicas e ecológicas provocadas pelo esvaziamento da barragem do Maranhão.

Irresponsavelmente o Governo e as suas extensões regionais ignoraram os inúmeros apelos e sugestões efectuados, e autorizaram a medida proposta pela Associação de Regantes e Beneficiários do Vale do Sorraia.

Neste contexto, o Executivo da DORPOR do PCP congratula-se com a recente decisão da Assembleia da República, no sentido da aprovação do pedido de inquérito apresentado pelo Partido Ecologista «Os Verdes». Este inquérito, «que não deve ser impeditivo da tomada de medidas no imediato, deverá ser rapidamente concluído, com o apuramento das responsa-

bilidades e aprovação de apoios que permitam minorar os efeitos desastrosos causados pelo esvaziamento da barragem».

O PCP irá promover, no próximo dia 7 de Fevereiro, uma reunião com os autarcas dos concelhos da região afectada, a fim de analisar e propor medidas que permitam dar solução a inúmeros problemas criados.

PCP

# Têxteis de Coimbra exigem apoios comunitários

A situação política, económica e social no distrito de Coimbra é a demonstração concreta da colossal demagogia eleitoral com que o PSD enganou muitos portugueses.

Nos últimos meses, sobretudo nos sectores têxtil, metalúrgico, hoteleiro, função pública e cerâmico, entre outros, têm crescido os casos de despedimentos e de redução de postos de trabalho, de salários em atraso, de precariedade de emprego, de processos de crise, pré-falência e mesmo encerramento de empresas, sobretudo nas de pequena e média dimensão. Neste contexto ganha dramático relevo a crise da indústria têxtil no concelho de Coimbra, cujos trabalhadores muito justamente reclamam a extensão às suas empresas dos mecanismos de financiamento comunitário que vão ser aplicados à região do Vale do Ave, proposta que os deputados do PCP no Parlamento Europeu já defenderam em primeira mão neste órgão da CEE, em 8 de Novembro, recorda a DORC do PCP numa nota distribuída à imprensa.

Esta direcção regional

do PCP considera ainda que «a escolha governamental da cidade de Coimbra para a «Capital Nacional do Teatro em 1992» não se baseou em quaisquer audições e envolvimento sérios das estruturas e entidades competentes locais, prenunciando, desde logo, objectivos meramente demagógicos e propagandístico por parte do Governo e satisfazendo ao mesmo tempo objectivos egoísticos de certa clientela. Traduzindo a justa valorização de uma cidade e de uma região tradicionalmente ricas em manifestações e produções teatrais, suscita simultaneamente justas críticas quanto ao carácter fechado, discriminatório e elitista que a organização desta iniciativa está a assumir. A secundarização neste processo de prestigiadas associações e colectividades teatrais de Coimbra, com dezenas de anos de elevada e ininterrupta actividade neste domínio, é incompreensível e

choca-se com a política cultural defendida e consagrada pelo PCP no seu Programa».

## 300 mil contos desviados

Continuam a vir a público notícias de acusações de envolvimento de responsáveis governamentais e de dirigentes locais do PSD em processos de corrupção e fraude com dinheiros públicos. A mais recente, a confirmarem-se revelações produzidas na comunicação social, diz respeito à denúncia de fraudes de cerca de 300 mil contos desviados dos cofres do Estado, sob a forma de subsídios à construção e/ou reparação de barcos que nunca chegaram a ser construídos, sendo, entre outros, investigados neste processo um ex-secretário de Estado das Pescas, o ex-director-geral das Pescas, o administrador da Fozna na Figueira da Foz, e o presidente da Comissão Política Concelhia de Coimbra do PSD.

A DORC do PCP denuncia as consequências negativas para as autarquias e para as populações do distrito de Coimbra da operação de asfixia financeira do Poder Local que o Governo tenciona promover aumentando o Fundo de Equilíbrio Financeiro para as Autarquias Locais em apenas 13% (média nacional) quando prevê um aumento de receitas do IVA de 48% e quando projecta transferir novos encargos — até aqui da responsabilidade do Governo — para aquelas.

## 26 iniciativas no 1.º semestre

Englobando acções de mais diversa natureza que visam desde o reforço orgânico do Partido e o esclarecimento público das suas posições, ao debate ideológico interno e ao aprofundamento de temas e propostas relativos a áreas especializadas (como o trabalho autárquico e o sindical) ou ao desenvolvimento da região, o calendário aprovado já contém, apenas no 1.º semestre deste ano, o projecto da realização de 26 iniciativas de debate dos principais problemas de natureza política, ideológica, económica, social e cultural da actualidade. Estes debates, envolvendo as organizações e militantes do distrito de Coimbra, integram-se na 1.ª fase do trabalho preparatório do XIV Congresso do PCP e têm em vista fornecer contributos para a elaboração pelo Comité Central das teses a discutir ulteriormente em todo o Partido e a submeter ao Congresso.

A abrir este conjunto de debates, destaca-se o Encontro de Quadros Comunistas do Distrito de Coimbra, a realizar em 8 de Fevereiro próximo, com a participação de Carlos Carvalhas, secretário-geral adjunto do Partido, sobre o tema «O PCP no presente e no futuro do País; as tarefas do Partido no distrito em 1992».

## Planos megalómanos endividam CM de Vila Real

O orçamento proposto pelo Executivo da Câmara Municipal de Vila Real é «um orçamento de endividamento, de falência que conduz a Câmara à bancarrota», considerou Manuel Sampaio, eleito da CDU, na Assembleia Municipal, que votou desta forma contra a proposta apresentada.

O ocorrido foi divulgado numa nota da DORVIR do PCP, onde se afirma que aquela câmara, de presidência PSD, «tem hoje uma dívida de mais de 600 mil contos, paga de juros mais de 100 mil e o orçamento proposto aponta para a contracção de novas dívidas e de novos empréstimos. Os comunistas prevêem que se chegue ao final de 1992 com uma dívida superior a um milhão de contos.

Por detrás desta desastrosa situação está uma gestão que inicia obras de grande envergadura, sem prévia garantia de cobertura financeira. Os projectos estão todos subordinados aos fundos comunitários, mas como é necessário uma cobertura de 35 por cento por parte do município recorre-se ao endividamento, e os fundos acabam

por não ser aproveitados integralmente ou mesmo por não ser concedidos.

Os vários «elefantes brancos» em que a Câmara se enterrou são obras megalómanas de aproveitamento e rentabilidade duvidosos, que lhe consomem todos os recursos. É o caso, entre outros, da barragem do Sordo e do complexo desportivo do Monte da Forca.

As críticas do eleito da CDU nesta matéria chamam à atenção para a distância que separa o complexo desportivo da cidade e a sua inacessibilidade para a maior parte da população. Daí que se aponte o reduzido aproveitamento actual do projecto, que constitui uma das maiores fontes de endividamento do município. Só este ano está previsto investir cerca de 660 mil contos na obra, o que representa praticamente um quarto do orçamento destinado à educação. Por outro lado, se para a aquisição de terrenos para habitação social se destinou a verba irrisória de 10 mil contos, para a compra de terrenos para o complexo do Monte da Forca o montante sobe até aos 120 contos.

Num mar de incertezas e

contradições, parece estar igualmente a construção da barragem do Sordo. Sendo teoricamente para servir os concelhos de Vila Real, Santa Marta e Régua, a sua construção está a ser apenas financiada pelos dois primeiros, estranhando-se a não participação de Régua. Com os Serviços Municipalizados perto da rotura financeira, a sua acção centra-se na barragem e esquece todas as restantes áreas.

O financiamento da segunda fase não está ainda assegurado, mas sabe-se desde já que esta exigirá mais 750 mil contos. O PCP questiona-se assim sobre as possibilidades de terminar os trabalhos: «continuará a edilidade de Vila Real a socorrer-se do endividamento, ou irá interromper todas as outras obras em curso para canalizar verbas para a barragem?»

### CAMARADAS FALECIDOS

#### JOAQUIM SILVA

Faleceu no passado dia 21 de Janeiro, com 70 anos de idade, Joaquim Almeida Silva, membro da Organização da Freguesia de Esmoriz, concelho de Ovar.

#### LUÍS VALÉRIO

Faleceu, com 69 anos de idade, Luís da Conceição Valério, natural de Alcácer do Sal. Era reformado da CM de Palmela e estava organizado no CT de Pinhal Novo. O funeral realizou-se no passado dia 21 de Janeiro.

Aos familiares e amigos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

## Falta de verbas alarma presidente

A afirmação pública do presidente da Câmara de Coimbra, face à insuficiente transferência de verbas prevista na proposta do Orçamento de Estado para o ano corrente, de que assistiremos à asfixia financeira da cidade, parece fazer crer que Manuel Machado estava à espera que aparecesse na capoeira municipal uma galinha dos ovos de ouro.

Tendo prometido durante a campanha eleitoral que se candidatava para fazer o que falta, sem esclarecer os eleitores de quais meios contava dispor para tanto fazer, os eleitores, passada metade do tempo do mandato, e perante tão pouco que fez, não podem deixar de considerar tal afirmação de pura demagogia.

Ao fazer aprovar o demagógico orçamento para o ano corrente, pela maioria absoluta do Partido Socialista que o apoia, onde previu um aumento de cerca de 88%

de transferências do Estado por participação em impostos indirectos, e cerca de 12% do Fundo de Equilíbrio Financeiro, Manuel Machado parece ter acreditado que o Governo Cavaco/PSD tem uma estratégia descentralizada ou defensora do Poder Local Democrático, e iria fornecer aos municípios não uma galinha dos ovos de ouro, mas um autêntico aviário.

Em vez de ter optado por uma gestão camarária de rigor e de correcta austeridade, de forma a poder levar a efeito obras prioritárias e não obras que não respondem às principais necessidades das populações, e outras de simples fachada, Manuel Machado acaba também agora por optar por despesas de luxo, ao fazer adquirir pela Câmara um automóvel por oito mil contos para o transportar.

Assim, senhor presidente, para além da asfixia financeira, Coimbra irá entrar na asfixia demagógica.

## Governo retira milhões às autarquias

Quase seis milhões de contos é o montante em que os municípios do distrito do Porto serão defraudados na sequência da aprovação da proposta de Orçamento de Estado, denuncia numa nota à imprensa o gabinete de imprensa da DORP do PCP.

Isto acontece em resultado do Governo ter suspenso a aplicação do nº1 do artº 9º da Lei das Finanças Locais, o

que «retira de uma assentada 55 milhões de contos do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) a que as autarquias têm direito», refere o comunicado.

Desta forma, só a cidade do Porto será afectada em cerca de um milhão de contos, mas os prejuízos atingem, em maior ou menor grau, todos os outros concelhos.

O corte no FEF faz com que

o concelho de Vila Nova de Gaia seja prejudicado em 719 mil contos, Gondomar e Matosinhos, cada um em cerca de 450 mil contos, Santo Tirso em 317 mil contos, a Maia em 311 mil contos e Valongo em 238 mil contos.

Os restantes concelhos do distrito saem também fortemente lesados com a decisão governamental que subtrai

cerca de 280 mil contos às Câmaras de Amarante, Paredes e Penafiel, 254 mil contos ao concelho do Marco e 147 mil contos ao concelho de Baião.

A esta diminuição nas receitas das autarquias acrescentam os cortes ilegítimos praticados nos anos transactos, particularmente em 1991. A DORP do PCP manifesta a

sua discordância com a alteração dos critérios da distribuição do FEF, sem a necessária discussão e participação das autarquias e das suas organizações representativas, considerando que «um maior apoio às zonas mais carenciadas não pode ser desculpa para a degradação dos meios financeiros indispensáveis aos grandes centros urbanos».



# PCP defende nova ponte sobre o rio Douro

O PCP apresentou em conferência de imprensa um conjunto de medidas para aliviar os problemas de trânsito no concelho de Gaia

O inferno do trânsito e as más condições dos transportes públicos são dos problemas que mais afectam o dia-a-dia dos moradores de Vila Nova de Gaia.

Milhares e milhares de pessoas perdem horas nos transportes, levantam-se de madrugada para chegar a horas aos empregos, e regressam a casa à noite, cansadas das esperas nas paragens, dos encontrões e solavancos nos autocarros, da poluição, do barulho, das filas de trânsito intermináveis.

Todos os dias de manhã e à tarde é o mesmo inferno: as enormes filas de trânsito ao longo da Avenida da República e em todos os acessos aos dois tabuleiros da Ponte D. Luís. Até os acessos da Ponte da Arrábida já têm bichas nas horas de ponta; os autocarros dos STCP, que não chegam a todas as zonas urbanas de Vila Nova de Gaia, vão sempre superlotados, com os passageiros aos solavancos e encontrões; nos autocarros das empresas privadas com agente único são as filas de espera à chuva e ao frio, enquanto o motorista faz a cobrança dos bilhetes, e o trânsito fica cada vez pior; os automóveis particulares são cada vez mais, porque os transportes públicos não dão a resposta necessária, e o trânsito fica cada vez pior.

Não pode continuar a indiferença com que as entidades responsáveis têm encarado todos estes problemas.

Em primeiro lugar o Governo, porque há anos que promete e adia a construção da nova ponte rodoviária do Freixo sobre o rio Douro, bem como todos os acessos e ligações viárias, e não investe o necessário na melhoria dos transportes públicos, não procura soluções alternativas, incluindo melhores ligações entre os

transportes públicos ferroviários e rodoviários e outras formas de transporte, incluindo o fluvial, para a travessia do Douro.

Em segundo lugar a Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, porque deu parecer favorável à existência do agente único nos autocarros das empresas transportadoras privadas e mantém-se alheia aos problemas de trânsito, não luta pela melhoria e coordenação eficaz dos transportes públicos, não dá atenção à melhoria dos pavimentos e das vias municipais, não constrói os necessários parques de estacionamento, e nas obras que fez na Avenida da República não teve em conta a segurança dos peões, designadamente crianças, idosos e deficientes, o que já provocou vários acidentes e algumas mortes.

Há soluções e medidas que não podem continuar adiadas. Não basta prometer, em ano de eleições, que a ponte rodoviária do Freixo e os seus acessos vão ser construídos, que vai ser lançado o Metro de superfície. Não se pode continuar a adiar, para um futuro distante, a resolução de problemas tão sérios, que exigem respostas imediatas. É fundamental que o Poder Central invista aqui o necessário para garantir as infra-estruturas básicas, designadamente a construção de novas travessias rodoviárias sobre o Douro.

O PCP de há muito tem vindo a propor as necessárias inscrições de verbas no Orçamento de Estado, que o PSD tem recusado. Não pode ser mais adiada a construção da nova ponte rodoviária do Freixo e de todos os seus acessos. É necessário desde já planear a construção de outra ponte rodoviária sobre o Douro, à cota baixa, e os acessos necessários.

É urgente usar a velha

Ponte D. Maria para uma via de transporte público rápido entre Gaia e o Porto, aproveitando as actuais infra-estruturas ferroviárias, mas estabelecendo uma coordenação eficaz entre este novo transporte rápido urbano e os restantes transportes rodoviários e ferroviários, urbanos e suburbanos.

É necessário que haja uma maior intervenção dos STCP, através do alargamento da rede de transportes a outras zonas e freguesias urbanas, sobretudo aos lugares ainda não servidos por transportes públicos, porque os operadores privados só vão até onde a actividade é lucrativa.

Assim, vastas zonas de Gaia, com muitos milhares de moradores, continuam sem transportes públicos e, noutras zonas, só há transportes públicos algumas vezes por dia, e nunca à noite.

É necessária uma coordenação eficaz entre os diversos tipos de transportes públicos (rodoviários, ferro-



## Houvesse vontade política...

Se é verdade que o Governo é um dos grandes responsáveis pelo estado caótico do trânsito, cabe também à Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia uma intervenção empenhada na resolução destes problemas.

Tal como o PCP tem proposto, impõe-se que a Câmara Municipal proceda à revisão das autorizações dos agentes únicos para os autocarros das empresas transportadoras privadas e restabelecimento dos cobradores, sobretudo nas

horas de ponta, que crie parques de estacionamento nas zonas centrais de Gaia, junto da Avenida da República e próximo dos dois tabuleiros da Ponte de D. Luís.

A melhoria dos pavimentos das ruas municipais e maior segurança para os peões, designadamente na Avenida de República, bem como a criação de transportes escolares nos lugares e freguesias onde não há transportes públicos, são ainda propostas apresentadas pelos comunistas.

viários e fluviais, com interfaces), e criação de passes intermodais abrangendo os vários tipos de transportes públicos.

Impõe-se a melhoria dos transportes fluviais entre a Afurada e o Porto, esta-

belecimento de outras carreiras fluviais para ligações rápidas entre o Porto e Vila Nova de Gaia, e funcionamento normal dos elevadores da Ponte da Arrábida.

É preciso que sejam cria-

das condições de segurança para os moradores de Oliveira do Douro na zona inferior da nova ponte ferroviária do Douro e combate à poluição sonora provocada pela passagem dos comboios.

## Preparar a intervenção das mulheres no 14.º Congresso

Para fazer o ponto da situação sobre a problemática feminina no seio do Partido, preparar a intervenção das comunistas no 14º Congresso e discutir as comemorações do Dia Internacional da Mulher e outras acções dos movimentos femininos, esteve recentemente reunida a Comissão Junto do CC do PCP para os Problemas e a Luta das Mulheres, que contou com a presença de res-

ponsáveis das principais organizações regionais do Partido.

Na reunião constatou-se que «apesar dos atrasos ainda verificados em determinadas regiões, de uma forma geral, todo o Partido está mais sensibilizado para os problemas das mulheres e para a sua participação em condições de igualdade».

Promover uma maior participação e contribuição das

mulheres na elaboração das teses do 14º Congresso, foi aliás uma das orientações decididas «para que o documento reflecta, por um lado, o mais rigorosamente possível a situação actual das mulheres portuguesas, os seus anseios mais prementes e as formas de organização adequadas ao momento político que vivemos e, por outro, a participação das comunistas na vida do Partido, a evolução desde o 13º Congresso e as

medidas a tomar para aumentar essa participação».

A Comissão aprovou a decisão da Organização das Mulheres Comunistas de promover entre o final deste mês e o início de Fevereiro uma conferência de imprensa para divulgar a actividade e as propostas das comunistas, bem como o conjunto das iniciativas legislativas tomadas ou em curso, relativas à problemática feminina.

## Células de empresa reuniram em Alhandra

Quadros de células de empresas do concelho de Vila Franca de Xira estiveram reunidos, no passado dia 16 deste mês, em Alhandra, para debaterem a situação social e política das empresas e traçar medidas com vista ao reforço da organização do Partido.

Os 24 participantes, em representação de 11 empresas do concelho, sublinharam o empenhamento dos comunistas no desenvolvimento e convergência das lutas sociais nas empresas do distrito e manifestaram solidariedade com os trabalhadores da Mague, Sorefame, Tudor, Função Pública, entre outros.

A reunião decidiu aprofundar o debate destas questões e marcou para o próximo dia 6 de Fevereiro um novo encontro de quadros das células de empresa.

## Álvaro Ferreira Alves adere ao PCP

A DORP do PCP recebeu e aceitou, do dr. Álvaro Ferreira Alves, o pedido escrito de adesão ao Partido que a seguir se transcreve:

«Acompanhando com o maior interesse e preocupação a crise do Mundo actual, do meu País e do próprio Partido Comunista Português, vítima de tentativas concretas, divisionistas e perfeitamente organizadas, sinto a necessidade, por dever de consciência, de afirmar o meu total apoio ao PCP. Escolho exactamente este momento, que julgo oportuno, para pedir a minha inscrição no vosso Partido que considero essencial na reconstrução democrática do meu País.

Com a maior solidariedade,

Álvaro Ferreira Alves»

Álvaro Ferreira Alves é médico cirurgião de grande prestígio nacional e internacional, foi assis-

tente das Faculdades de Medicina de Lisboa e Porto e é autor de vários trabalhos ligados à cirurgia geral e à ortopedia.

Foi presidente da Sociedade Portuguesa de Ortopedia e presidiu às primeiras Jornadas Internacionais sobre Escolioses realizadas em Portugal.

Destacada personalidade antifascista, pertenceu ao MUD-Juvenil e participou nas campanhas eleitorais de Norton de Matos, Ruy Luís Gomes, Arlindo Vicente e Humberto Delgado e em todos os Congressos da Oposição Democrática.

Foi deputado municipal em Vila Nova de Gaia, membro do Conselho Nacional do MDP/CDE e membro fundador da Intervenção Democrática (ID), para cujo Conselho Nacional foi eleito.

Porto, 23.1.92

O Gabinete de Imprensa da DORP do PCP

## Ao chumbar projecto do PCP

# PSD nega medicamentos gratuitos para doenças crónicas

Invocando o mesmo tipo de críticas e argumentos anteriormente aduzidos na apreciação de outros diplomas de natureza social, levados a plenário por iniciativa dos parlamentares comunistas, a maioria PSD impediu na passada semana a aprovação de um projecto de lei do PCP destinado a garantir aos cidadãos de menores recursos o acesso gratuito a medicamentos para doenças crónicas e outros benefícios.

Ao tomar esta posição, numa matéria de fundo que tem a ver com a vida concreta de muitos portugueses, cuja carência de recursos impede quantas vezes o acesso a medicamentos e outros cuidados de saúde, a bancada do PSD voltou a revelar a verdadeira natureza das suas opções, evidenciando simultaneamente uma enorme insensibilidade para compreender a realidade onde

avultam de forma crescente as chagas ou exclusões sociais.

A postura não é nova - idêntico procedimento fora já tomado relativamente a outras iniciativas legislativas do PCP (salários em atraso, combate à exploração do trabalho infantil ou aumento intercalar das pensões e reformas) - , como novos não foram os argumentos uma vez mais utilizados pela maioria laranja, cuja fragilidade e inconsistência os deputados Agostinho Lopes e Jerónimo de Sousa, em nome da formação comunista, se encarregaram de demonstrar.

Incapazes de refutar as questões de fundo a que o projecto se propunha dar resposta, os deputados do PSD refugiaram-se assim em aspectos de carácter meramente técnico, sustentando a sua linha de argumentação no alegado alcance «pontual,

limitativo, pouco explícito e dualista» do projecto em apreço.

Fundamentos que caíram pela base, um por um, ao longo do debate, na progressão directa da exposição dos deputados comunistas sobre as principais linhas de força do seu projecto.

Um diploma que privilegia no seu articulado, como sublinhou Agostinho Lopes, soluções urgentes e eficazes orientadas não apenas para «os pensionistas com pensões mais reduzidas», mas para «todos os cidadãos portadores de doença crónica, cujo rendimento familiar não exceda dois salários mínimos nacionais, sendo casados ou unidos de facto, ou um salário mínimo, no caso de serem solteiros, viúvos, divorciados, separados judicialmente ou de facto».

«Para estes cidadãos, que

vivem em situação económica desesperada ou pelo menos difícil - prosseguiu o deputado comunista - propomos a comparticipação pelo Estado a 100 por cento dos medicamentos de uso permanente, a comparticipação a 80 por cento em próteses, ortóteses e dispositivos de compensação quando deles necessitarem e a isenção de pagamento de taxas moderadoras».

Mas se este projecto, inspirado na Constituição da República e na Lei de Bases de Saúde, ao contribuir para «minorar uma carência gritante de muitos concidadãos» encontra desde logo nesse facto uma razão mais que suficiente para a sua elaboração, justificações acrescidas podem ser invocadas se se atender ao anúncio de medidas contido no Programa do Governo, cujo efeito pemi-

cioso decorrente da sua aplicação urge minorar ou neutralizar.

A algumas delas se referiu com detalhe Agostinho Lopes, recordando da tribuna, por exemplo, a revisão das regras sobre comparticipação de medicamentos e da cobrança de novas taxas moderadoras, ou o previsível aumento do preço dos medicamentos, o que conjugado com a manutenção das reformas, pensões e salário mínimo a níveis manifestamente insuficientes não poderá deixar de ter como consequência um aumento do «número de cidadãos com o acesso vedado, pelo menos em parte, a bens de saúde».

Aos argumentos do PSD de que o projecto de lei não se insere num sistema de saúde moderno, justo e de qualidade, virado para os mais desfavorecidos, respondeu também Jerónimo de Sousa

interrogando a propósito se «é moderno, é justo, é de qualidade, é humanizante», quando já são conhecidas as orientações do Governo sobre esta matéria no plano de Orçamento de Estado, «dizer não a este projecto e dizer sim ao aumento dos medicamentos, aplicar uma nova taxa do IVA sobre aparelhos, artefactos e demais material de prótese ou compensação destinados a substituir, no todo ou em parte, qualquer membro ou órgão do corpo humano ou a tratamento de fracturas.»

«Hipocrisia política é, isso sim, agitar permanentemente a percentagem do aumento das pensões e reformas e surripia-las logo de seguida por estes esquemas de aumento dos medicamentos, das próteses e ortóteses que atingem quem menos tem e quem menos pode», concluiu Jerónimo de Sousa.



### Discriminação da mulher

Os deputados Leonor Beza (PSD), Odete Santos (PCP) e Almeida Santos (PS) vão elaborar um relatório sobre os fenómenos de discriminação que atingem a mulher portuguesa.

A elaboração do relatório, proposta há dias pela Comissão Parlamentar de Assuntos Constitucionais, Liberdades e Garantias, visa examinar o grau de concretização das normas constitucionais e comunitárias aplicáveis, bem como a situação dos países com sistemas similares e os mecanismos de correcção adequados.

A Comissão aprovou ainda a constituição de um grupo de trabalho específico para analisar as consequências dos acordos de Shengen.



### Lino de Carvalho debate OE em Évora

No âmbito da preparação do debate do Orçamento de Estado para 1992 efectuaram-se segunda-feira vários encontros entre o deputado comunista Lino de Carvalho, eleito pelo círculo de Évora, e entidades do distrito.

Contactados pelo deputado foram a Associação dos Municípios do Distrito de Évora, a União dos Sindicatos, a Região de Turismo, o Sindicato dos Professores da Zona Sul e o Reitor da Universidade de Évora.

No decorrer dos encontros foi feita a análise do Orçamento de Estado para o distrito, tendo Lino de Carvalho recolhido um conjunto de opiniões e sugestões que considerou de grande utilidade para incluir no debate na especialidade.



### Irregularidades no Hospital de Faro

O ministro da Saúde, Arlindo de Carvalho, admitiu na passada semana, no decorrer de uma reunião com a Comissão Parlamentar Permanente de Saúde, que o processo que corre na Procuradoria-Geral da República sobre a anterior administração do Hospital de Faro «ultrapassa matéria disciplinar».

Arlindo de Carvalho, que não prestou declarações aos jornalistas no final da reunião, terá reconhecido a existência de «situações graves» na anterior gestão, tendo manifestado por outro lado «grande confiança» na nova administração que, disse, «vai recuperar os desvios de gestão verificados no passado».

O ministro garantiu ainda, registou-se, que o aumento dos medicamentos não irá ultrapassar a taxa de inflação prevista para este ano e considerou que cerca de 45 por cento da população ficará isenta de pagamento da taxa moderadora a incidir sobre os medicamentos.

## Sangue contaminado com SIDA

# Apurar responsabilidades e apoiar os hemofílicos

A situação dos hemofílicos contaminados com o vírus da SIDA, largamente tratada pelos órgãos de comunicação social em finais do ano passado, voltou a ser tema em foco no Parlamento. Recusada que foi pelo PSD a inscrição do tema na agenda do plenário, como o PCP havia solicitado há semanas com carácter de urgência, a questão acabou por ser levada à Câmara através de uma intervenção produzida pelo deputado Agostinho Lopes no período antes da ordem do dia.

No essencial, tratou-se de chamar a atenção para aspectos fundamentais que têm caracterizado este longo processo, cujo esclarecimento está ainda por fazer, como sejam o apuramento de res-

ponsabilidades no que se refere à qualidade de dois lotes de produtos importados da Áustria, ou o comportamento dos serviços e do Ministério da Saúde face ao caso, isto sem falar da resposta do Estado português à situação dos hemofílicos contaminados com o vírus do SIDA

Para a bancada comunista, ao contrário da opinião do ministro da Saúde, que ainda muito recentemente anunciou a nomeação de um grupo de trabalho para, segundo as suas palavras, «colocar um ponto final nesta matéria», o essencial das questões está, pois, por esclarecer.

Daí a insistência dos parlamentares comunistas em que o assunto venha a ser objecto de discussão urgente em

plenário, até porque, como referiu Agostinho Lopes, não se compreende como é que uma questão de tamanha gravidade possa arrastar-se tanto tempo ou como é possível não ter havido abertura ao diálogo, disponibilidade e empenho para responder à compreensível aflição, ansiedade e até mesmo às simples perguntas da Associação Portuguesa dos Hemofílicos.

«Como é possível que um ministro da Saúde não arranje ao longo deste processo uns minutos para receber a Associação? Por que funcionou tão mal a Comissão Nacional de Hemofilia? Por que não houve resposta às solicitações do Provedor de Justiça, com a presteza, urgência e

atenção que o caso requeria?» questionou ainda a propósito o deputado do PCP.

Relacionadas de uma forma geral com a insuficiência de verbas do Orçamento de Estado para a Saúde Pública, duas outras questões foram ainda objecto da atenção de Agostinho Lopes: num caso, ocorrido no Curry Cabral, trata-se do recente corte na distribuição gratuita de um medicamento necessário a cerca de cem crianças afectadas por problemas de crescimento; no outro, a história prende-se com o agravamento da situação em muitos Centros de Saúde, a braços com falta de médicos de clínica geral em virtude da passagem de dezenas deles para o internato complementar.

## Problemas de Loures na agenda do PCP

No âmbito da preparação do Orçamento de Estado para 1992, uma representação do Grupo Parlamentar do PCP efectuou no passado dia 24 uma reunião de trabalho com a vereação e técnicos da Câmara Municipal de Loures.

A segurança das populações e protecção civil, nomeadamente o perigo de cheias na região, o problemas das acessibilidades e transportes e a futura organização do concelho, foram algumas das questões abordadas no decorrer do encontro realizado no salão nobre dos Paços do Concelho.

A delegação comunista, constituída pelos deputa-

dos Jerónimo de Sousa, João Amaral e António Filipe, acompanhada por técnicos do Município e por membros da Direcção Regional de Lisboa do PCP, deslocou-se depois a Sacavém para verificar *in loco* alguns dos problemas anteriormente recensados.

Os deputados tiveram então ensejo de constatar os estrangulamentos existentes naquele nó viário, cuja origem é influenciada em larga medida pela não construção das Circulares Interna e Externa de Lisboa (CRIL e CREL), bem como pela não permissão de um acesso à auto-estrada na área compreendida entre Santa Iria e S. João da Talha.

## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

# Os números do Orçamento

## — entrevista a Octávio Teixeira

O aumento brutal dos impostos - mais cerca de 700 milhões de contos do que o cobrado em 1991 - , a par de uma redução das dotações para despesas em áreas sociais, especialmente na habitação e saúde, constituem dois traços fundamentais da proposta de Orçamento de Estado para o ano em curso. Por outras palavras, significa isto que se avizinham dias mais difíceis para a generalidade dos portugueses, particularmente para as classes mais desfavorecidas. Testemunho desta dura realidade, para citar um dos exemplos referidos por Octávio Teixeira, Presidente do Grupo Parlamentar do PCP, nesta breve entrevista ao «Avante!», é o facto de apenas por efeito das alterações às taxas do IVA, cada família portuguesa pagar este ano, em média, mais cinco contos por mês de IVA. Saiba mais pormenores já de seguida.



**AV - Foram adiantados vários números sobre o montante do agravamento da carga fiscal. A Comissão Política do PCP chamou-lhe «ditadura fiscal», outros chamaram-lhe «orgia fiscal», «o pesadelo dos impostos», «todo o poder ao fisco». Baixado o pé das primeiras impressões, quais são os números mais característicos desta ofensiva do Governo aos bolsos dos contribuintes?**

**OT -** Parece-me natural que surjam vários números sobre a matéria fiscal, que só aparentemente podem parecer contraditórios ou divergentes. Depende, muitas vezes, do realce que se pretende dar a determinada vertente da matéria em análise.

Mas respondendo concretamente à questão que me colocas julgo que poderei clarificar a situação da receita fiscal e da carga fiscal constante do Orçamento do Estado para 1992.

O Estado prevê cobrar este ano 4037 milhões de contos de impostos, isto é, mais cerca de 700 milhões do que o cobrado em

1991. Porquê mais estes 700 milhões de contos? Ora bem, se houver aumentos da actividade económica, dos salários, dos lucros, etc., é natural que o Estado receba mais impostos em termos nominais. (Isto sem analisarmos agora a questão de serem ou não excessivos os impostos que os portugueses têm vindo a pagar e que nós, o PCP, nomeadamente no que respeita ao IRS, consideramos que deveriam ser reduzidos).

Mas este ano, o Governo de Cavaco Silva resolveu alterar as taxas de alguns impostos, designadamente a eliminação da taxa zero do IVA e a sujeição dos bens que abrangia a taxa de 5%, e a passagem de outros bens da taxa de 8% para a taxa de 16%, etc.

Ora bem, se considerarmos, e realçarmos, apenas o efeito destas alterações de taxas (e não são apenas no IVA), se enfatizarmos o efectivo aumento da carga fiscal real provocado por aquelas alterações que

decorrem da vontade política do Governo, então diremos que esse aumento da carga fiscal real atinge os 340 milhões de contos.

Em suma, dos cerca de 700 milhões de contos que o Governo prevê cobrar a mais em 1992, cerca de 360 milhões decorrem (em princípio) da evolução esperada da actividade económica, dos salários, etc., e cerca de 340 milhões decorrem exclusivamente da vontade política do Governo de Cavaco Silva.

Trazendo estes números mais «terra a terra»: por efeito, apenas, das alterações às taxas do IVA, cada família portuguesa vai pagar, em média, mais 5 contos por mês de IVA!

Aliás, se considerarmos os impostos sobre o consumo mais corrente (IVA e impostos sobre o tabaco e as bebidas), verificamos que cada família portuguesa pagará em 1992, em média, cerca de 27 contos por mês (320 contos por ano)! E isto sem contarmos com o imposto sobre a gasolina ou sobre os automóveis, nem com o IRS.

**AV - O ministro das Finanças alegou na televisão que não havia agravamento fiscal, mas apenas «harmonização». Percebeu-se que o ministro queria enganar os papalvos. Mas que história é esta da «harmonização»?**

**OT -** Nessa actuação televisiva o ministro tentou tapar o sol com uma peneira. Logicamente não o conseguiu. É impossível esconder que há um brutal agravamento da carga fiscal no Orçamento para 1992. O ministro resolveu apelidar esse agravamento de «harmonização». Trata-se de uma «harmonia» para o Governo mas de uma pesada «desarmonia» para os contribuintes.

Para além do mais, é falso que se trata de uma «harmonização fiscal» com a CEE,

pois que estando previsto vir a fazer-se, a verdade é que neste momento ainda não está nada acordado em definitivo e, por isso, não há qualquer directiva comunitária que tenha de ser cumprida.

E se por acaso houvesse (e ainda não há), era minimamente exigível que compensasse os impostos que tivéssemos de pagar a mais com, por exemplo, a redução substancial do IRS e com o aumento significativo das pensões e reformas e dos salários mínimos para fazerem face a esse aumento. Mas que fique claro: neste momento não há qualquer exigência concreta de «harmonização fiscal». Aliás, é o próprio Governo que escreve que resolveu antecipar essa harmonização.

**AV - O Governo tem feito grande propaganda com o reforço de verbas para a Função Social. O que nos podes adiantar em relação às dotações para Habitação, Saúde e Ensino?**

**OT -** Neste momento não é ainda possível uma análise das dotações para despesas, porque os ministros ainda não foram à Assembleia mostrar em pormenor os respectivos orçamentos.

Mas desde já é claro que o Governo de Cavaco Silva, contrariamente à propaganda para as eleições, abandona por completo a habitação, e em especial a habitação social. Há apenas 5 milhões de contos inscritos e só para realojamentos decorrentes da construção de estradas ou outras obras públicas. Em relação ao Serviço Nacional de Saúde, um crescimento nominal das dotações de apenas 11,5% não chegará certamente para o pagamento dos aumentos salariais do pessoal de saúde e dos aumentos de preços dos medicamentos (agora sujeitos a 5% em IVA).

## Ministro quebra silêncio

# Política educativa decepciona e preocupa

Após um injustificável silêncio do ministro da Educação, Diamantino Durão, durante a apresentação do programa do Governo, eis que finalmente os responsáveis pelo Ministério foram à Comissão de Educação da AR prestar esclarecimentos acerca do seu desempenho futuro.

«O balanço é decepcionante e ao mesmo tempo preocupante», sublinhou recentemente, numa declaração política proferida em nome da sua bancada, a deputada do PCP, Lourdes Hespagnol.

Para aquela deputada, as palavras do ministro da Educação, expressando a sua intenção de «continuar a reforma educativa», uma das questões prioritárias da actual política educativa, significam «colocar novamente a comunidade escolar face a uma reforma que tem avançado de forma desordenada, por peças separadas, sem rigor nem clareza de faseamento quanto às etapas de concepção-experimentação-generalização das inovações a introduzir».

Por outro lado, lembrou mais à frente, «na alteração orçamental, aprovada em Dezembro último pelo PSD e PSN foram totalmente suprimidos programas de investi-

mentos no montante de mais de um milhão de contos.

Acresce a tudo isto, que o Ministério não cumpriu os compromissos com cerca de duas dezenas de escolas do Ensino Básico e Secundário, no âmbito de um concurso financiado pelo Prodep e que se destinava a equipar estas escolas com centros de recursos.

A deputada comunista criticou ainda o recente despacho sobre a avaliação dos alunos do ensino básico, chamando a atenção para a circunstância de este ao «eliminar a expressão pública do insucesso escolar, traduzida nas reprovações», tal não representa um «factor de sucesso», podendo mesmo a «vir a promover o fracasso dos alunos e do sistema educativo».

Por fim, a deputada debruçou-se sobre a falta de cumprimento da legislação produzida pelo Governo, caso do descongelamento de escalões, cuja aplicação estava inicialmente prevista para o mês de Janeiro, mas que está a ser impedida por circulares das Direcções Regionais de Educação ou do Gabinete de Gestão Financeira do Ministério da Educação. Os professores tiveram assim a confirmação do ministro de que não

serão pagos dos descongelamentos, referentes a Janeiro de 92, antes de Abril próximo.

Entretanto, o essencial das questões anteriormente levantadas por Lourdes Hespagnol voltaram a ser chamadas faz hoje uma semana à ordem do dia da sessão plenária, desta feita a propósito de uma interpelação ao Governo sobre política de educação da iniciativa do PS.

Em debate, no fundamen-

tal, estiveram as linhas fundamentais da política delineada pela nova equipa do Ministério da Educação, uma política que a bancada comunista não hesitou em considerar estar condenada ao fracasso, tal como já sucedera com a anterior, pela simples razão de em vez de inflectir no rumo traçado e apontar para a superação dos mais graves problemas existentes, insistir em falsas soluções, acentuar as injustiças e agravar as carê-

ncias e desequilíbrios do sistema educativo.

Aliás, para a bancada comunista, segundo as palavras do seu deputado António Filipe, a mudança completa da equipa ministerial e o silêncio após quatro anos de «pavloviano auto-elogio», constituem em si mesmo um «sintoma evidente da falência declarada da política educativa até ao momento seguida pelo PSD».

Um rotundo fracasso que António Filipe se encarregou

de demonstrar ao lembrar perante a Câmara que, depois de levar anos a anunciar «programas», «expansão», «metas cumpridas e ultrapassadas», o Governo PSD apenas obteve, afinal, uma «reforma educativa falhada», com «situações de ruptura», com «problemas estruturais nunca resolvidos e em vias de agravamento», a que se vêm juntar agora «perspectivas de actuação por parte do Governo que constituem motivo justificado de preocupação».

## PCP repudia aumento de propinas

Tomando posição sobre o anunciado aumento das propinas no ensino superior, propósito governamental que tem concitado variadíssimas manifestações de repúdio, também a Comissão para as questões da Educação e do Ensino do PCP condenou de forma enérgica esta medida, defendendo simultaneamente a adopção de medidas de reforço efectivo da acção social escolar.

Para o PCP, não têm qualquer fundamento as razões invocadas pelo Governo - dificuldades financeiras das Universidades, propinas baixas e não aumentadas há muitos anos - , uma vez que o acesso aos graus mais elevados do ensino constitui um direito constitucionalmente consagrado. É, aliás, para cumprir este e outros direitos, como assinala a nota distribuída à comunicação social, que o «Governo cobra impostos e que o povo português suporta, como se sabe, uma pesadíssima carga fiscal».

Mas a questão subjacente aos verdadeiros propósitos do Governo nesta matéria torna-se tanto mais chocante quanto é sabido que este vem falar em aumentos de propinas, e por conseguinte na redução das contrapartidas sociais da responsabilidade do Estado, no preciso momento em que através do seu ministro das Finanças anuncia uma proposta de Orçamento de

Estado que prevê «um escandaloso aumento de receitas fiscais de 674 milhões de contos, mais 25 por cento do que o previsto no ano passado».

«Constitui, além disso, uma refinada hipocrisia que um Governo cuja política tem sido responsável pelo profundo agravamento das desigualdades na sociedade portuguesa (entre outras, com medidas de benefício fiscal dos detentores de grandes fortunas), invoque objectivos de «justiça social» para proceder a aumentos brutais das propinas dos estudantes», observa a Comissão para as questões da Educação e do Ensino do PCP.

No documento, os comunistas denunciam ainda as concepções governamentais tendentes a reduzir a educação «à categoria de despesa, em vez de ser considerado um investimento social», imputando igualmente ao Governo a responsabilidade pelas actuais dificuldades financeiras das Universidades, sujeitas de há uns anos a esta parte a uma política de estrangulamento, por forma a serem obrigadas a procederem, elas próprias, ao aumento brutal das propinas e a «arcar com a impopularidade de tal medida».

# Associativismo nas Forças de Segurança em actividade crescente

Um processo de reestruturação que poderá levar ao desaparecimento da Guarda Fiscal é neste momento a principal preocupação da Associação Nacional dos Guardas Fiscais (ANGF), apresentada publicamente no passado fim-de-semana e que conta já com 1250 inscritos num total de cerca de oito mil profissionais, segundo informa um despacho da agência LUSA.

A ANGF pretende assegurar os direitos adquiridos e as perspectivas de carreira dos profissionais que representa e com esse objectivo apresentou um programa de audiências às entidades competentes.

O mesmo despacho da LUSA faz igualmente referência ao desenvolvimento do associativismo na Guarda Nacional Republicana, onde se constituiu há alguns meses a Associação dos Profissionais da Guarda. A APG contraria neste momento com cerca de quatro mil associados, num total de 17 mil profissionais, segundo informação do

presidente daquela associação, José Alegria.

Após uma fase inicial em que foi apelidada de «clandestina» pelo Comandante Geral da GNR, a APG foi reconhecida e desenvolve a sua actividade à luz do dia. As suas principais motivações são questionar o carácter militar da Guarda, subsídios de risco e de turno.

## Sindicalistas da PSP recebidos no MAI

Por outro lado, a Associação Sócio-Profissional de Polícia (ASPP), foi recebida pelo secretário de Estado adjunto do Ministério da Administração Interna (MAI), no seguimento de várias movimentações dos polícias e perante a presença de algumas dezenas de agentes fardados à porta do MAI.

Para José Carreira, presidente da ASPP, a audiência foi positiva, embora de concreto apenas se tenha obtido acordo para um calendário de reuniões, o que já acontecera em 1990 para, posterior-

mente, o Governo dar o dito por não dito.

A ASPP conta hoje com mais de dez mil associados nos cerca de 18 mil e 500 agentes. José Carreira afirma que esta luta pelo reconhecimento do sindicalismo, pelo direito negocial com o Ministério da tutela, por aumentos de vencimentos, subsídios de risco e de turno, pela melhoria de diversos aspectos da carreira profissional dos polícias.

Na PSP, a ASPP conta já dez anos de história de luta, em que sobressai a data de 21 de Abril de 1989, quando, em manifestação no Terreiro do Paço, transformou a representação governamental numa vitória dos polícias.

A posição da ASPP foi consolidada em 1990 quando obteve 85 por cento dos votos nas eleições para o Conselho Superior de Polícia.

Também na Polícia Judiciária é significativo o movimento associativo, existindo dois sindicatos representativos do respectivo pessoal: a

Associação Sindical dos Funcionários de Investigação Criminal (ASFIC), criada em 1983, e a Associação Sindical que representa os funcionários administrativos (ASFTAO). O presidente da ASFIC, Manuel Carvalho, afirma que a sua associação representa 94 por cento dos mil e 100 investigadores, enquanto Francisco Patrício, da ASFTAO, diz que a sua associação representa 600 dos 900 técnicos administrativos da PJ.

Melhoria das relações com a direcção da Judiciária e satisfação de diversas reivindicações são objectivos comuns às duas associações.

Na área da Administração Interna existem ainda dois outros serviços: o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, onde estão em desenvolvimento movimentações para a formação de um sindicato, e o Serviço de Informações de Segurança, onde o controlo político governamental tem impedido qualquer desenvolvimento associativo.

## Direitos sindicais nas polícias

Se exceptuarmos o Serviço de Informações de Segurança, em todas as Forças e Serviços abrangidos pela Lei de Segurança Interna desenvolvem-se, hoje em dia, importantes movimentações associativas e sindicais.

É exactamente sobre o carácter dos direitos que assistem a esses profissionais, se sindicais se meramente associativos, que hoje se trava uma importante batalha.

A posição do PCP é favorável ao reconhecimento destes direitos sindicais, uma posição que parte do reconhecimento do carácter policial destas forças, o que as diferencia das Forças Armadas.

O PCP tem intervido na Assembleia da República, muitas vezes, em apoio às movimentações dos polícias pelo direito sindical, mas também pela resolução dos problemas dos profissionais das Forças de Segurança, da ordem democrática, segurança e tranquilidade das populações.

Ao ser apresentada publicamente a Associação Nacional dos Guardas Fiscais, será de referir, a título de exemplo, que o Grupo Parlamentar do PCP apresentou ao Ministério da Administração Interna, em 14 de Janeiro passado, um requerimento em que solicitava um esclarecimento sobre os projectos governamentais de reestruturação da Guarda Fiscal e os respectivos efeitos sobre os seus profissionais, questões que neste momento estão no centro das preocupações dos membros daquela força.

## Luís Albuquerque e Barahona Fernandes Dois homens de ciência e cultura dois democratas

Falecidos no mesmo dia, quarta-feira da semana passada, os professores Luís de Albuquerque e Barahona Fernandes, o primeiro historiador e o segundo psiquiatra, tinham em comum o facto de ambos serem publicamente reconhecidos como tendo contribuído decisivamente para o avanço em Portugal das áreas científicas a que se dedicavam, ao mesmo tempo que não descuravam as suas preocupações cívicas e sociais, tendo ao longo das suas vidas desenvolvido actividade e tomado posições em defesa da democracia e do progresso de Portugal e do mundo.

Luís de Albuquerque era presidente do Conselho Científico da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, comissão que entretanto propôs o seu nome para a criação numa universidade portuguesa de uma cátedra de História da Náutica e dos Descobrimentos.

Autor de uma extensa bibliografia de que sobressai a História dos Descobrimentos, Luís Guilherme Mendonça de Albuquerque, 74 anos, era também engenheiro geógrafo e catedrático de matemática (doutorara-se nesta disciplina em Coimbra, onde foi docente desde 1940-41) reconhecido internacionalmente, estudou na universidade alemã de Gotinga e regeu cursos em universidades

brasileiras, holandesas e inglesas.

Luís de Albuquerque, professor visitante da Faculdade de Letras da Universidade Clássica e da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Nova (ambas de Lisboa), tornou-se membro efectivo da Academia de Ciências de Lisboa, da Academia Portuguesa de História, da Academia da Marinha e da Academia In-



«O Partido Comunista Português, ao tomár conhecimento da triste notícia do falecimento do professor Luís de Albuquerque, insigne historiador, homem de cultura, democrata e cidadão, associa-se ao luto dos seus familiares, a quem manifesta o maior pesar e solidariedade», diz o telegrama enviado à família do professor, falecido ao princípio da tarde de 23 passado no Hospital da Marinha, em Lisboa.

ternacional de Cultura Portuguesa.

Um episódio curioso e geralmente pouco conhecido, foi o facto de, nos anos 40, Luís de Albuquerque ter estado ligado à revista «Vértice». Em determinada altura, quando Joaquim Namorado, director da revista, foi preso pelo regime juntamente com outros responsáveis, Luís Albuquerque assegurou sozinho a publicação da «Vér-



«O Partido Comunista Português, ao conhecer a triste notícia da morte do professor Barahona Fernandes, insigne cientista, homem de cultura, democrata e cidadão, apresenta sentidas condolências à família enlutada e associa-se solidariamente ao seu desgosto» é o texto do telegrama enviado pelo PCP à família de Barahona Fernandes, com 84 anos, falecido na quarta-feira da semana passada no Hospital de Santa Maria. O psiquiatra foi responsável pela introdução em Portugal de novos métodos terapêuticos de psicoses.

«polémicas» entre vários «autores», personagens por si criadas.

Luís de Albuquerque foi o primeiro governador civil de Coimbra após o 25 de Abril.

João Henrique Barahona Fernandes licenciou-se em 1930 na Faculdade de Medicina em Lisboa, onde no ano seguinte começou a leccionar psiquiatria. Entre 1934 e 1936 estagiou em clínicas psiquiátricas alemãs e passou a professor catedrático de Psicologia em 1955.

Barahona Fernandes organizou a Clínica Psiquiátrica do Hospital Júlio de Matos, transformando-o em laboratório de medicina mental.

Perito da Organização Mundial de Saúde, Barahona Fernandes foi presidente da Sociedade de Neurologia e Psiquiatria e reitor da Universidade Clássica de Lisboa, de Abril de 74 a Julho de 1977.

Entre outros estudos publicou: «No Signo de Hipócrates» (três volumes), «Terapêutica Ocupacional em Psiquiatria», em francês, «Filosofia e Psiquiatria», «Textos de Psiquiatria», em dois volumes, «Psiquiatria para a Saúde Mental» e «Gerontopsiquiatria».

Homem com profundas preocupações cívicas e culturais, Barahona Fernandes participou activamente na Associação de Médicos Escritores e em acções de alerta para os perigos da guerra nuclear.



## Estudantes cortam trânsito

São Vicente é padroeiro dos estudantes e comemorou-se na quarta-feira da semana passada. Estudantes, empregados e professores universitários de Lisboa aproveitaram esse dia e interromperam o trânsito frente à Faculdade de Letras, em protesto pela actual situação nas universidades.

Circulação rodoviária, segurança pessoal e estacionamento são alguns dos problemas imediatos com que estudantes, docentes e funcionários ali se debatem. Mas também foram motivo para esta manifestação temas como a propriedade do campus, insuficiência orçamental, o apoio social aos estudantes, as saídas profissionais, as promoções na carreira dos funcionários docentes e não docentes, o pagamento de escalões a docentes, a dignificação das carreiras dos professores, o apoio à investigação e o preenchimento dos quadros do pessoal não docente.

## PODER LOCAL

## As parolices do «Independente»

O anticomunismo parolo dum hipotético jornalismo que por aí anda recebe de vez em quando respostas que envergonhariam qualquer um, quanto mais um qualquer. É o caso que resulta de um protesto da «Sociedade Recreativa Musical 1.º de Agosto Santa Iriense», que nos chegou às mãos com pedido de publicação e que nos limitamos a condensar:

«Lemos no passado dia 3 de Janeiro, no Jornal «Independente» uma notícia intitulada «Loures Ilegais», onde a certa altura dizem: «... Esta autarquia é a que mais verba tem para a cultura. Através dela, são subsidiadas dezenas de Colectividades com ligações ao PCP...»

«Queremos desde já dizer-lhes frontalmente que achamos bem que essa Autarquia, ou seja, a nossa Autarquia, a do Concelho em que muitos de nós nascemos e todos vivemos, tenha a filosofia de distribuir muitas verbas pelas Colectividade.

«Ficamos indignados porque de facto somos bastante auxiliados por essa Autarquia, não por ligações do PCP, mas pelo trabalho, pelo esforço, pela dedicação e empenho que todos os Corpos Gerentes dedicam a esta Colectividade e às suas actividades.

«Ficamos indignados porque de facto somos auxiliados, não por ligações ao PCP, mas porque temos nesta Colectividade a funcionar em actividade uma «Escola de Música» e consequente «Orquestra Leigeira», com cerca de 40 elementos (Escola/Orquestra).

«Ficamos indignados porque de facto somos auxiliados, não por ligações ao PCP, mas porque temos um «Grupo de Canto Coral» com cerca de 20 elementos.

«Ficamos indignados porque de facto somos auxiliados, não por ligações ao PCP, mas porque temos a funcionar uma «Secção de Ginástica», uma «Secção de Ténis de Mesa», uma «Secção de Campismo», um «Posto Médico».

«Os senhores condenam este auxílio.

«Nós achamos pouco. Precisamos de mais.

«Fundamentalmente o auxílio que pedimos não é para fazer nascer as coisas, mas para as desenvolver e não as deixar morrer.

«Muito mais haveria a dizer para expressar a nossa indignação e repúdio pela vossa posição nas ficamos por aqui, sem no entanto acrescentar o seguinte que lhes poderá ser útil:

«Apelamos ao vosso respeito por esta casa, que em Agosto do próximo ano completará um século de vida. Dizer ainda que esta Colectividade tem uma Direcção composta por 11 elementos que não sendo todos do PSD, nem todos do PS, nem tão-pouco do PCP está unida e interessada em manter e desenvolver cada vez mais e melhor a vida desta Colectividade em benefício dos sócios e seus familiares, assim como de toda a população da Freguesia sempre em colaboração com as Autarquias, quer local, quer concelhia de que precisamos sempre de muita ajuda. Felizmente temos tido sempre essa ajuda!»

## Abolir portagem

Autarcas do Concelho de Vila Franca de Xira entregaram ao Presidente da Assembleia da República uma Petição colectiva solicitando medidas no sentido de acabar com as portagens de Sacavém e Alverca do Ribatejo.

«A Petição colectiva insere-se num programa de acção da Assembleia Municipal e dá continuidade à luta desde há muito travada pelas populações do Concelho de V. F. de Xira pela abolição daquelas portagens», refere um officio municipal.

Os eleitos da Assembleia Municipal e outras autarquias do Concelho concentraram-se junto da Assembleia da República, antes da entrega da Petição, subscrita por mais de mil assinaturas.

Depois de vários considerandos, a Petição a apresentar ao Presidente da Assembleia da República refere que «o esforço exigido aos utentes durante mais de 30 anos de pagamento de portagem é mais do que suficiente».

## Dívidas ao Algarve

Os municípios do Algarve deixaram de arrecadar cerca de 1,3 milhões de contos, devido a isenções concedidas pelo Governo, cuja «contrapartida nos termos da lei não foi cumprida», concluíram os presidentes das 16 Câmaras do Algarve.

Reunidos em Monchique, os autarcas lamentaram o facto de se verificarem ainda atrasos injustificados nas cobranças e respectivas entregas aos municípios, o que «põe em causa a execução do anteriormente programado pelas câmaras municipais».

## COMUNIDADE EUROPEIA

# Fundo de coesão beneficia a Espanha?

Projectos espanhóis podem vir a absorver maioria dos financiamentos do fundo de coesão

O novo fundo estrutural da CEE - o Fundo de Coesão - deverá beneficiar particularmente a Espanha, que poderá vir a absorver entre 50 a 70 por cento dos seus financiamentos, informou a Lusa no passado domingo, citando fontes da Comissão Europeia, em Bruxelas.

Recorda-se que o Fundo de Coesão, cuja entrada em vigor está prevista para o próximo ano, foi aprovado na cimeira de Maastricht, na Holanda, com o objectivo de financiar infra-estruturas de transportes e de projectos de protecção do ambiente nos quatro países menos desenvolvidos da Comunidade:

Portugal, Espanha, Grécia e Irlanda. A medida foi na altura apresentada como particularmente favorável a Portugal e compensatória das cedências feitas em domínios lesivos do interesse nacional.

De acordo com as informações agora divulgadas, porém, a «parte de leão» dos financiamentos do novo fundo será canalizada para projectos em Espanha, que desde Maastricht vem alegando estar na iminência de se transformar em contribuinte líquido da CEE, ou seja, começar a pagar mais do que recebe do orçamento comunitário.

Admite-se que os critérios

de acesso aos financiamentos venham a ser definidos em função da necessidade de compensar a Espanha, podendo a população e a extensão do território virem a ser determinantes na repartição das verbas colocadas à disposição do novo fundo.

Segundo um documento de trabalho da Comissão Europeia, citado pela Lusa, o orçamento global do Fundo de Coesão deverá situar-se entre os 7,5 e os 10 mil milhões de Ecus (1,3 a 1,8 mil milhões de contos), nos cinco anos da sua vigência prevista (1993/1997), visando fundamentalmente facilitar a integração na União Económica e

Monetária (UEM) dos países com atrasos estruturais importantes e limitadas capacidades de financiamento (Portugal, Espanha, Grécia e Irlanda). Assim, o Fundo de Coesão deverá ser directamente ligado aos programas de adaptação dos quatro países às condições de convergência necessárias para a sua participação na moeda única europeia, defendendo o documento citado que a atribuição de financiamentos seja condicionada ao cumprimento pelos mesmos das metas fixadas nos programas de convergência, em particular no respeitante ao défice orçamental e à dívida pública.

# Greve de despachantes no espaço comunitário

Trabalhadores do sector aduaneiro privado paralisaram na segunda-feira em nove dos doze países da CEE, incluindo Portugal, em protesto contra a extinção dos seus postos de trabalho a partir da entrada em vigor do Mercado Único, em 1 de Janeiro de 1993.

No conjunto, são 85 mil os trabalhadores que têm os seus postos de trabalho em causa com a livre circulação de mercadorias no espaço comunitário, resultante da supressão de fronteiras a partir daquela data.

Em Portugal, são 8500 postos de trabalho e 591 empresas que estão ameaçados.

Designada por «Jornada de Acção Comunitária», a greve, que em Portugal registou uma adesão de 100 por cento, bloqueou praticamente a circulação de veículos de carga nas fronteiras internas da CEE, impedindo a entrada e saída de mercadorias.

No que respeita ao nosso país, a Jornada levou ainda à paralisação dos despachantes oficiais existentes em Portugal e a uma manifestação de mais de dois mil despachantes e funcionários alfandegários junto ao Centro Cultural de Belém. Os manifestantes deslocaram-se ainda à Presidência da República e ao Conselho de Ministros para entregar *dossiers* sobre a sua situação.

Esta iniciativa culminou num debate público na sede da Câmara dos Despachantes, em que participaram, entre outros, os dirigentes da CGTP-IN e da UGT, Carvalho da Silva e Torres Couto, o deputado comunista Luís Sá e socialista Crisóstomo Teixeira. Na sua intervenção, Luís Sá criticou a ausência do deputado social-democrata convidado para o debate, João Poças, que faltou invocando motivos relacionados com a discussão do Orça-

mento Geral de Estado. O deputado comunista comprometeu-se a interpellar o executivo por não ter recebido em audiência uma delegação da comissão mista Sindicatos/Câmara de Despachantes no âmbito da «Jornada de Acção Comunitária» e alertou para o facto de as dificuldades do sector «não têm a devida projecção no OGE deste ano».

Reagindo a esta acção comum dos funcionários aduaneiros, a comissão eu-

ropeia para as Questões Fiscais, Christiane Scrivener, anunciou segunda-feira que a Comissão Europeia está a preparar medidas concretas que facilitem a adaptação dos funcionários do sector aduaneiro, nomeadamente através de acções de formação. «A Comissão - afirmou - está consciente dos problemas com os quais se confrontam os aduaneiros». Segundo um porta-voz da Comissão, este organismo comunitário vai pressionar os governos e au-

toridades nacionais para que utilizem os fundos colocados à sua disposição no quadro das ajudas regionais para a resolução deste problema.

A questão que se coloca, no entanto, é que a menos de um ano da extinção do sector nada ainda foi feito para criar alternativas aos postos de trabalho em vias de extinção. Em Portugal, como se disse, são 8500, podendo agravar-se com a futura adesão dos países da EFTA à Comunidade.

## Alternativas

As preocupações dos funcionários aduaneiros não são de agora. Já no ano passado a Comissão mista Câmara dos Despachantes/Sindicatos e 4000 outros signatários apresentaram à Comissão das Petições do Parlamento Europeu uma exposição da sua situação, onde se fazia notar que «a harmonização das disposições legislativas, regulamentares e administrativas, que importa levar a cabo até 31 de Dezembro de 1992, representa para os funcionários alfandegários portugueses o desafio máximo, que mobiliza todos os seus recursos técnicos e humanos».

Na ocasião, colocaram quatro questões fundamentais:

1 - Que perspectivas de futuro para um sector praticamente condenado à decapitação, após ter sido um dos principais obreiros da modernização e preparação das Alfândegas portuguesas para o supremo objectivo do grande Mercado Interno?

2 - Que lugar terão os profissionais empenhados na construção de um edifício (Mercado Interno) que vão erguer até à última pedra, como vão ser considerados o esforço, a competência e o elevado profissionalismo demonstrado da primeira à última hora?

3 - Quais as contrapartidas pelos vultuosos investimentos efectuados, sem perspectivas de rentabilidade após 31.12.1992?

4 - Que garantias sociais para os cerca de 8000 trabalhadores e respectivos familiares, cuja fonte de rendimento é uma actividade que, por decisão comunitária e aceite do Governo português, é praticamente extinta às 24 horas do dia 30 de Dezembro de 1992?

A petição foi declarada admissível na reunião de 27 e 28 de Junho de 1991, tendo a Comissão Europeia sido instada a prestar informações sobre a matéria. A resposta chegou em 4 de Outubro, com o seguinte teor:

«A Comissão está ciente do facto de que a realização do Mercado Único em 31 de Dezembro de 1992 irá criar um certo número de problemas nos sectores das actividades directamente relacionadas com a existência das fronteiras, em particular no caso dos despachantes.

«Face a esta situação e após consulta dos representantes das organizações profissionais, a Comissão fez incidir os seus esforços sobre programas de informação e formação, no âmbito, nomeadamente, das intervenções dos fundos estruturais para o apoio a acções destinadas à criação de empregos «alternativos» nas regiões fronteiriças elegíveis. O objectivo destes programas é assegurar uma melhor preparação dos trabalhadores tendo em vista o prazo de 1992.

«Neste contexto, a Comissão sublinha que a realização do Mercado Único não deve ser encarada apenas sob o ponto de vista das adaptações às novas situações económicas. Oferece aos operadores económicos, simultaneamente, importantes possibilidades de exercerem as suas funções. Os despachantes são especialistas cujos conhecimentos abrangem um vasto leque do direito comunitário e, em particular, da legislação dos países fronteiriços. Por conseguinte, deverão ter oportunidade de colocar as suas competências ao serviço de uma gama alargada de clientes.»

Passados quatro meses, nem os funcionários aduaneiros portugueses nem os seus congéneres europeus estão convencidos com a resposta.

## Miséria

○ itocentos milhões de habitantes da Ásia vivem numa situação de total miséria — o que corresponde a quase três quartos da pobreza a nível mundial. Facto que nomeadamente se prende a um êxodo rural para os subúrbios das cidades, o que vem ampliar os bairros degradados. Este um balanço do subdesenvolvimento avançado numa conferência realizada em Manila, e que reuniu especialistas de trinta países asiáticos. Os cálculos aí divulgados indicam que, até ao ano 2000, cinco das dez maiores cidades da Ásia passarão de 700 milhões para 1,2 biliões de habitantes. No sul da Ásia, 600 milhões de pessoas não dispõem de água potável.

## Congo

○ Conselho Superior da República (CSR), parlamento de transição no Congo, adoptou um novo calendário eleitoral que marca para 16 de Fevereiro o referendo constitucional e para Junho as eleições presidenciais.

O calendário estipula que a primeira volta das presidenciais decorra a 14 de Junho e a segunda a 28 do mesmo mês. As legislativas estão marcadas para 10 de Março (primeira volta) e 26 de Abril (segunda volta).

As eleições para o senado estão previstas para 23 de Março e as municipais e locais para 23 de Fevereiro.

Estas primeiras eleições pluralistas servem de corolário ao período de transição de 12 meses para instauração de um estado democrático e de direito no Congo.

O primeiro calendário preconizado pelo governo não foi respeitado por causa do adiamento «sine die» do referendo constitucional.

O período de transição para a democracia no Congo tem decorrido com alguns sobressaltos e ainda esta semana militares ocuparam as instalações da rádio e da televisão oficiais, exigindo a demissão do primeiro-ministro e do secretário de Estado da Defesa.

## Greve

○ s médicos, enfermeiros e pessoal auxiliar da Federação russa fizeram uma greve nacional, anunciou o vice-presidente do Sindicato que agrupa quase quatro milhões de trabalhadores da saúde.

De acordo com Alexander Kuznetsov, os médicos exigem aumentos salariais de acordo com as subidas de preços bem como o aumento das receitas orçamentais destinadas à saúde.

Um outro responsável sindical, Yuri Bazanin, disse que a decisão de convocar a greve foi tomada face à incapacidade do governo russo em resolver os problemas do sector.

Esta greve é o primeiro protesto nacional contra a política económica do presidente Boris Ieltsin.

## Togo

Dezenas de milhar de mulheres desfilaram, durante quase três horas, através das ruas principais de Lomé para protestar contra «a insegurança que reina no país» e lançar «um aviso às forças antidemocráticas».

Observadores salientam que esta foi a maior manifestação feminina alguma vez registada em Lomé, desde a celebre marcha sobre o palácio do governador há 59 anos para protestar contra o colonialismo então vigente no país.

Respondendo a um apelo do colectivo das associações de mulheres, as manifestantes reclamaram ainda, em petição entregue ao presidente do alto conselho da República, Phillipe Sanoko Kpdodzo, o «regresso dos militares às casernas» e o seu compromisso de «não intervir na vida política do país».

## Irlanda

Perito de três mil pessoas concentraram-se, em Londres, por ocasião do vigésimo aniversário do chamado «domingo sangrento» (bloody sunday), data em que soldados britânicos dispararam sobre manifestantes em Londonderry, matando 13 pessoas.

Os manifestantes, que desfilaram sem incidentes desde Hyde Park, no centro de Londres, até Kilburn, na zona norte da cidade, exigiram a retirada imediata das tropas britânicas estacionadas na Irlanda do Norte.

«Há vinte anos, o “domingo sangrento” veio confirmar que a violência é inerente à presença das forças britânicas na Irlanda do Norte», declarou, no início da marcha, o principal promotor da manifestação, Richard Stanton.

## Angola

# Multipartidária marca eleições para Setembro

A reunião multipartidária angolana, que encerrou sábado os seus trabalhos, aprovou medidas que comprometem o governo e os 26 partidos participantes num processo eleitoral que deverá culminar com a realização de eleições, em Setembro.

A decisão definitiva sobre a data das eleições e a simultaneidade ou não das legislativas e das presidenciais deverá ser tomada dentro de mês e meio por nova multipartidária, que terá de fazer a urgente aprovação da lei eleitoral e

a constituição do Conselho Nacional Eleitoral, órgão que superintenderá o processo das eleições.

Como foi sublinhado pelos participantes nesta multipartidária, as eleições só serão viáveis, cumpridas cinco condições fundamentais.

As tarefas em causa são o acantonamento das tropas governamentais e da Unita e subsequente formação das Forças Armadas Angolanas (FAA), libertação incondicional de todos os presos de guerra e de consciência, livre circulação de pessoas e

bens e garantia do registo eleitoral e termo do programa de extensão da administração central a todo o país.

As FAA deverão ser constituídas até Agosto, o registo terá de ser começado dentro de poucas semanas.

No discurso de encerramento da multipartidária, o presidente angolano, José Eduardo dos Santos, lamentou a ausência da Unita desta «primeira experiência concreta de convívio democrático», que declarou «muito positiva». A multipartidária voltará a reunir-

se, afirmou, para que a transição para as eleições gerais «possa ser acompanhada por todos de uma forma activa e responsável».

«O que mais interessa agora é prepararmos juntos o futuro, pondo de parte as discórdias do passado que só levarão à desunião e à infelicidade do nosso povo», disse o presidente, que sublinhou ainda que a multipartidária resultou numa «plataforma mínima de entendimento», considerando o mútuo respeito e o «interesse maior do nosso povo e da nação angolana».

## França e Itália

# Dezenas de milhar contra o racismo

A manifestação anti-racista de dia 25 em Paris foi também de protesto contra a cobertura dada à extrema-direita em órgãos de comunicação social, nomeadamente a televisão

Dezenas de milhar de pessoas manifestaram-se dia 25, em Paris, contra o racismo, contra a extrema-direita, pela igualdade de direitos.

A manifestação foi convocada por mais de 70 associações anti-racistas e humanitárias, a que se juntaram os partidos políticos de esquerda. Deram igualmente a sua adesão mais de uma centena de personalidades da vida artística e cultural do país.

Na base da manifestação está o agravamento do racismo em França, a emergência de ideias da extrema-direita, cujo discurso é baseado no «medo ao estrangeiro», e que faz do imigrante a causa dos problemas que se vivem no país, a maior implantação política da extrema-direita, nomeadamente no plano da sua expressão eleitoral.

A manifestação anti-racista assumiu-se igualmente como forma de protesto contra a aprovação pelo Senado de uma lei, proposta pelo governo socialista, que regula (e limita) a entrada de estrangeiros em França em termos que levaram os próprios senadores socialistas a votar a lei que, facto sem precedentes, foi aprovada graças aos votos da oposição de direita.

De referir que neste momento cerca de 300 estrangeiros, candidatos ao estatuto de refugiado político em França, encontram-se em greve de fome em várias cidades francesas.

Estes estrangeiros, na sua



maioria turcos, viram recusados os seus pedidos e correm o risco de uma expulsão iminente para os seus países de origem.

Também em Milão, na Itália, dezenas de milhar de pessoas manifestaram-se, dia 20, contra qualquer forma de racismo e a favor da solidariedade com os cidadãos do Norte de África que em 22 de Janeiro foram espancados por um grupo neonazi em Roma.

A manifestação, convo-

cada pela central sindical CGIL (a mais importante do país) e a Associação Cristã de Trabalhadores Italianos (ACLI), aderiram 300 associações de toda a Itália.

No fim da marcha, o dirigente da ACLI, Giovanni Bianchi, disse que a manifestação demonstrava a solidariedade com os imigrantes. Salientou, por outro lado, a necessidade de cancelar as dívidas externas aos países em vias de desenvolvimento e, no que se re-

fere à Itália, defendeu a renovação automática das autorizações de residência aos imigrantes e a sua integração na sociedade italiana.

Fausto Bertinotti, dirigente da CGIL, afirmou, por seu turno, que os actuais grupos neonazis, representados pelos cabeças-rapadas, traduzem um «salto na cultura racista», considerando-os «uma forma de violência programada e, portanto, mais dramática».

## França

## CGT em Congresso

## Um imenso esforço de transformação

Termina amanhã o 44.º Congresso da Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) de França, cujos trabalhos decorrem desde dia 26 em Montreuil.

O Congresso reúne cerca de mil delegados que, ao longo destes dias, têm vindo a debater um documento de orientação que prevê uma renovação profunda no seio da maior central sindical francesa.

Isso mesmo é afirmado no preâmbulo do documento, em que se diz: «Queremos desenvolver, com energia, um imenso esforço de transformação da nossa vida sindical.» E alerta: «Hoje, os recuos sociais são graves e a desindustrialização atinge um ponto crítico, a própria existência da CGT está em jogo.»

No documento de orientação, a CGT avança propostas a três níveis.

Antes do mais concebe a sua renovação como uma maior aproximação às pessoas, afirmando-se como «um sindicato para as reivindicações». «A mínima parcela de melhoramento de uma situação individual ou colectiva», afirma-se no projecto de documento, «é a prova da eficácia do sindicato.»

Em segundo lugar, a CGT considera essencial abrir-se de facto aos assalariados, tal como o são hoje, ao mundo, na sua mudança, e a todos, para unir vontades e transformar a realidade.

Neste quadro, dá-se relevo às novas necessidades e exigências. E sublinha-se a

necessidade de ultrapassar «ideias estreitas». «Não nos limitamos às necessidades materiais, de que não substituímos a importância», afirma-se no documento para dizer que se trata de ter em conta as necessidades culturais, éticas, de participação nas decisões.

Em referência directa às reivindicações, pergunta-se: «Devem ser elaboradas para fazer frente às estratégias patronais e governamentais ou a partir das necessidades dos assalariados?» «Não será necessário “aprender melhor a diversidade dos assalariados” e “pensar em novas respostas”?» «Devem ser dadas respostas demasiado globais, sabendo-se que “o que é demasiado genérico acaba por não atingir ninguém”?»



Maquinistas votam, na gare de Saint-Lazare, quando de uma acção reivindicativa em Junho último. E democracia nas lutas e na acção sindical é considerada pela CGT como condição essencial de renovação

Por último afirma-se, como questão central, a necessidade de mais democracia. E o documento refere que se a «CGT sempre concebeu a sua vida interna como as suas relações com os assalariados na base de um máximo de democracia», a verdade é que o abismo «é grande entre os nossos princípios e a nossa prática e este esforço nem

sempre foi apreendido pelos trabalhadores».

E o documento sublinha, a propósito desta questão-chave: «Elaborar as reivindicações em resposta às necessidades expressas pelos assalariados implica escutá-los, ter em conta o que dizem, e também dar-lhes a conhecer as posições e propostas da CGT. Ora, isto não vai de si.»

Uma realidade que tem a ver com a crise, com o patronato, mas também se deve «aos defeitos da nossa própria prática». Na batalha pela sindicalização, a existência de «concepções elitistas do sindicato», de «práticas estreitas», não joga o seu papel? «Estas manifestações constituem sérios entraves para a vida e desenvolvimento da CGT», sublinha-se.

## Europa de Leste

## Inflação, desemprego e um imenso recuo social

A situação socioeconómica nos países que hoje compõem a CEI, e em geral — ainda que com diferentes cambiantes — em toda a Europa de Leste, é hoje particularmente difícil.

A Rússia acaba de aprovar um orçamento trimestral de austeridade, inspirado nas recomendações (e condições) do FMI. Um orçamento, que tem por objectivo principal sustentar o crescimento de massa monetária e prevê uma inflação de perto de 400 por cento.

A Rússia deverá registar ainda uma forte recessão no início deste ano, com o governo a prever uma quebra do PNB de 19% no primeiro trimestre.

As despesas sociais — de 17,6 mil milhões de rublos — foram consideradas ridiculamente baixas pelos parlamentares.

Egor Gaidar — ministro russo da Economia — sublinhou que a aprovação deste orçamento era condição para poder beneficiar da ajuda ocidental. Acrescen-

tando, entretanto, que dentro de três meses não haverá, talvez, «nem governo nem Parlamento» na Rússia.

Este mesmo sentimento de pessimismo é partilhado por larga maioria das populações de diferentes países da CEI. Numa sondagem efectuada entre 11 e 22 de Janeiro pelo Centro para o Estudo da Opinião Pública de Moscovo, 79 por cento dos russos, 83 por cento dos ucranianos e 69 por cento dos czaques afirmaram que o seu nível de

vida era pior ou mesmo muito pior do que há um ano atrás. Trinta e nove por cento dos russos dizem esperar um golpe de Estado.

Um problema maior que hoje se vive no leste europeu e nos países da CEI é o do desemprego, que aumenta a um ritmo alucinante.

No final deste ano, e segundo previsões de diversos peritos, a taxa de desemprego deverá atingir cerca de 20 por cento da população activa na Polónia e na Bulgária, entre 13 e 14 por cento na Hungria e 12 por

cento na Roménia e na Checoslováquia.

Na Jugoslávia, o desemprego poderá atingir um quarto da população, depois do fim da guerra civil e do caos económico e financeiro.

Segundo dados oficiais, o desemprego atingia, no final de 1991, 2,155 milhões de polacos (11,1 por cento da população activa), 523 mil checoslovacos (6,6 por cento), 500 mil búlgaros (10 por cento), 400 mil húngaros (8,3 por cento) e 300 mil romenos (4,4 por cento). Na Jugoslávia, havia cerca de dois milhões de

desempregados no fim de 1991.

Em todos os países do leste europeu, os mais afectados pelo drama do desemprego são os jovens, frequentemente à procura do primeiro emprego, e as mulheres. Na Polónia, por exemplo, entre o total de desempregados no final de 1991, 34,2 por cento eram jovens com idades compreendidas entre os 19 e os 24 anos e mais de 50 por cento eram mulheres.

Factos que representam objectivamente um imenso recuo social.

## Birmânia

## Minoria muçulmana vítima de repressão

Muitas centenas de birmâneses de minoria muçulmana Rohingya morreram asfixiados, neste mês de Janeiro, em campos de concentração superlotados, abertos pela junta militar de Rangoon junto da fronteira do Bangladesh.

Trata-se de um problema antigo, sempre «resolvido» pela força. Quase três milhões de Rohingyas que viviam na Birmânia, maioritariamente budista, foram expulsos da parte birmãnesa quando da divisão do império britânico das Índias em 1947. Em 1962 foram declarados como imigrantes ilegais pelas autoridades de Rangoon.

A tensão tem-se vindo a agravar, de há alguns meses para cá, na fronteira entre

os dois países, onde o governo birmânês está a concentrar tropas. Há já cerca de dois anos que a junta militar está a aumentar a repressão nesta zona, talvez como forma de diversão dos graves problemas internos. Simultaneamente reapareceu um forte movimento de guerrilha islâmico, financiado pela Arábia Saudita.

A junta militar aproveitou a ocasião para lançar uma grande ofensiva contra a população e os grupos separatistas na província de Arakan. Os refugiados denunciam os assassinatos, a prática de tortura e de violação por parte das tropas birmãnesas que procedem à transferência de populações.

Por outro lado, o Partido

Nacional do Bangladesh, no poder em Dacca, está sujeito a forte pressão de um partido islâmico minoritário, o Jamaat-i-Islami. Este partido, que faz parte da maioria governamental, defende uma intervenção armada de Dacca, a pretexto da defesa da minoria islâmica da Birmânia. E simultaneamente empenha-se numa aproximação com o Paquistão, propondo a criação de uma aliança islâmica asiática face à Índia, a grande potência do subcontinente indiano.

Lutas de poderes que poderão degenerar em novos conflitos de que serão os povos da zona a pagar a factura. Nomeadamente com o agravamento da repressão e o reforço do poder dos militares.

## Jugoslávia

## Nem guerra nem paz

Num quadro de instabilidade e de indefinição política quanto ao futuro, a realidade quotidiana da Jugoslávia já não é hoje, entretanto, marcada pelos disparos das armas e os mortos da guerra. O cessar-fogo, em vigor desde o passado dia 3, foi apenas perturbado por incidentes menores.

Mas a situação está longe de estar definida. Antes do mais em termos políticos, no que respeita ao futuro dos povos que compõem uma Jugoslávia em desarticulação. Mas também no processo em curso para fazer calar as armas.

O plano da ONU, que prevê a desmilitarização de três regiões da Croácia sob controlo sérvio, e a sua passagem para o controlo dos «capacetes azuis», parece

estar a avançar, depois de contacto havido com dirigentes autonomistas sérvios da Croácia.

Entretanto, segundo o jornal de Belgrado «Vечernje Novosti», a Alemanha está a armar a aviação croata com Migs soviéticos pertencentes à ex-RDA, tendo posto à disposição da Croácia 38 aviões de combate estacionados na base de Rostock, onde desde Outubro estão a ser treinados pilotos croatas.

Os problemas defrontados pelas populações civis são particularmente dramáticos.

Dados divulgados pela Cruz Vermelha jugoslava indicam que o número de refugiados devido à guerra civil ascendia, em 15 de Janeiro, a mais de 480 mil,

estando o maior número localizado na Croácia — 170 000, e na Sérvia — 155 290. Nos campos de refugiados da Hungria existem 20 000 pessoas provenientes da Jugoslávia.

A estes movimentos em massa de população em fuga acresce o clima de racismo que se instalou. Grupos pacifistas da Croácia consideram que «o racismo contra os sérvios é preocupante, na medida em que constitui um sintoma de um Estado não democrático».

Mas também há reacções populares contra esta situação. Nestes dias, em Pula, ocidente da Croácia, centenas de pessoas manifestaram-se contra o envio de soldados para a frente de combate. É a primeira manifestação contra a guerra assinada na Croácia.

## Em Encontro de Quadros da ORL

# 500 comunistas discutem trabalho do tamanho de Lisboa

Nas instalações da «Voz do Operário», em Lisboa, decorreu no passado sábado um Encontro de Quadros da Organização Regional de Lisboa (ORL) do PCP, envolvendo meio milhar de cama-

radas e discutindo a acção do Partido junto dos trabalhadores e das populações desta importante área do País. Álvaro Cunhal, Secretário-Geral do PCP, encerrou os trabalhos com uma interven-

ção de improviso que condensamos ao lado.

A importância da iniciativa determinou a subdivisão da discussão em duas Secções, que funcionaram, naturalmente, entre duas sessões plenárias, a que iniciou o Encontro e a que, encerrando-o, deu a palavra ao Secretário-Geral do Partido.

A abertura em plenário (como o encerramento) decorreu no prestigiado salão nobre da «Voz do Operário», com José Casanova, membro da Comissão Política do CC do PCP e responsável pela ORL, a introduzir os trabalhos como o primeiro de um conjunto de oradores que explicou os temas grandes do Encontro: Acção Junto dos Trabalhadores/Trabalho Sin-

dical (Marques dos Santos), Acção Junto dos Intelectuais (Elvira Nereu), Acção Junto das Populações/Trabalho Autárquico (Jorge Cordeiro) e Acção Junto da Juventude (Helena Medina).

### O trabalho das Secções

O trabalho por Secções iniciou-se às 11.00 - uma hora depois do início em plenário - e prolongou-se até às 17.30, numa concessão de meia hora sobre as 17.00 previstas para permitir que ficassem menos pessoas por intervir (e, mesmo assim, uma boa meia dúzia dos inscritos não teve tempo para o fazer), o que, só por si, indicia o alto nível de participação desta iniciativa.

A 1ª Secção funcionou no Salão Nobre e subordinou-se ao tema «Acção Junto dos Trabalhadores». As células de empresa, o trabalho sindical e as Comissões de Trabalhadores (CT's) estiveram particularmente em foco, ao longo das 28 intervenções produzidas perante um auditório que, só de participantes inscritos, contou com 202 pessoas.

Estas 28 intervenções, além de numerosas, foram variadas. Produziram-nas dirigentes sindicais, membros de CT's e de células de empresas (Covina, Sorefame, EDP, ECA, TAP, CP e FNAC), da Organização de Direcção de Sectores Profissionais (Função Pública, Transportes, Professores, Sector Oriental de Empresas

de Lisboa e Sector Centro-Norte de Empresas de Lisboa) e dirigentes de Sindicatos (STAL, SITRA, CESL, Função Pública, Hotelaria e Metalúrgicos). As conclusões desta Secção foram aprovadas por maioria, com três abstenções.

A 2ª Secção, que funcionou no Salão Gulbenkian da «Voz do Operário», teve-se sobre a «Acção Junto das Populações» e privilegiou questões ligadas ao trabalho autárquico e ao movimento associativo e popular.

Foi, concretamente, nesta Secção que assistimos ao prolongamento dos trabalhos por mais meia hora, tendo, mesmo assim, ficado «de fora» alguns dos que se inscreveram para falar. Perante 233 participantes inscritos —

e outros mais, que ao longo do dia fizeram questão de se deslocar a este Encontro de Quadros —, falaram 33 camaradas, nomeadamente das Organizações do Partido de Amadora, Lisboa, Sintra, Cascais, Vila Franca de Xira, Loures e Oeiras, diversos autarcas e membros dos sectores dos Intelectuais, Médicos e Comunicação Social, tendo as conclusões desta Secção sido aprovadas por unanimidade.

Refira-se que estas conclusões por Secção deram origem às conclusões finais, apresentadas no plenário de encerramento e já contemplando, naturalmente, as emendas e propostas de alteração propostas ao longo dos trabalhos. Condensamo-las nestas páginas.



## Em jeito de conclusão

Intervindo no final dos trabalhos e na sessão de encerramento do Encontro de Quadros da ORL, António Andrez, membro da Comissão Executiva Nacional do PCP, resumiu os pontos comuns que resultaram das discussões havidas nas duas Secções (uma sobre a acção junto dos trabalhadores, outra sobre a acção junto das populações), afirmando:

«Quer as organizações de freguesia, quer as de empresa vão ter que dar a atenção devida às comemorações do 25 de Abril e do 1.º de Maio; vão intervir intensamente na preparação e construção da Festa do «Avante!», vão participar e dinamizar a concretização do vasto plano de trabalho relacionado com a preparação do XIV Congresso do Partido; vão intervir intensamente nas iniciativas em torno do Aniversário do Partido e especialmente na preparação do Comité de 6 de Março, no Pavilhão dos Desportos, comício onde intervirá o camarada Álvaro Cunhal.» E concluiu:

«Também as questões da informação e propaganda mereceram referências várias: dar continuidade às reuniões distritais que temos vindo a efectuar, esforçando-nos por levar à prática medidas já definidas; preparar convenientemente a participação da ORL na Jornada Nacional de Propaganda de 6, 7, 8 e 9 de Fevereiro; dar forte contribuição para o aumento da venda e da leitura do «Avante!», designadamente levando por diante uma campanha de assinaturas — são algumas medidas que, acompanhadas por decisões como a da criação de dois boletins da ORL, podem ajudar-nos a superar muitos problemas.»

Do Encontro saíram dois importantes documentos, que passamos a referir.

Um, apontando «Algumas medidas essenciais para o reforço das células de empresa e para a acção do Partido nos locais de trabalho e a dinamização do trabalho sindical e das CT's» apresenta um extenso conjunto de itens — mais de 30 — de que destacamos os que vão no sentido de «procurar a unificação da acção de todos os comunistas dentro da empresa — membros de CT's, dirigentes e delegados sindicais — potenciando a acção do Partido e o papel dirigente da célula», de «reforçar a ligação das células do Partido aos trabalhadores de cada empresa, através de uma constante posição de defesa dos interesses dos trabalhadores da empresa e da sua mobilização para as lutas necessárias», de «procurar intensificar e ampliar a difusão do «Avante!», de «tomar a iniciativa no que respeita ao recrutamento de novos militantes (especialmente de jovens)», ou de «envolver em células de empresa, e cada militante em particular, na tarefa da sindicalização, com maior atenção para os muitos trabalhadores com vínculo permanente ainda não sindicalizados, para as novas empresas, o trabalho precário, os jovens e as mulheres, os trabalhadores influenciados pelos divisionistas, como forma do reforço dos sindicatos e fonte de renovação dos quadros e de alargamento da influência do Movimento Sindical Unitário», ou ainda, de «contrariar tendências — no que respeita às questões de unidade — para os entendimentos no topo, em detrimento da convergência e unidade na acção a partir de locais de trabalho em torno de problemas concretos e do combate necessário ao divisionismo».

### A zona autárquica

O outro documento designa-se «Projecto de linhas de orientação para o trabalho do Partido junto das populações» e organiza-se em três grandes pontos.

O primeiro, sobre «Medidas de direcção e de organização no plano do Partido», aponta um diversificado conjunto de medidas que incluem numerosas reuniões e plenários das organizações em todos os Concelhos e Freguesias com vista à sua dinamização, um empenho na discussão mais regular dos problemas locais, uma maior valorização do movimento associativo popular, etc.

O segundo ponto fala do «trabalho nas autarquias em maioria e minoria, onde se aponta, entre outras coisas, para a necessidade de manter e aprofundar a linha de trabalho de massas, prestar uma maior atenção ao atendimento das populações, prosseguir e aprofundar a prática da descentralização, dignificar e valorizar o papel dos órgãos deliberativos, etc.

O terceiro ponto dedica-se às eleições autárquicas de 1993, onde, a par do anúncio da decisão de concorrer a todos os órgãos autárquicos do Distrito de Lisboa, se aponta para a criação, desde já, da Comissão Eleitoral da DORL e a calendarização de um activo conjunto de iniciativas de mobilização e divulgação do trabalho dos comunistas e seus aliados nesta área.

## Álvaro Cunhal:

### «Por muito que digam ao contrário, a luta de classes está no cerne da sociedade»

Como estava previsto, o Encontro de Quadros da ORL foi encerrado pelo Secretário-Geral do PCP.

Álvaro Cunhal, que falou de improviso para uma vasta e atenta assistência que se concentrou no salão nobre da Voz do Operário, fez uma primeira apreciação da iniciativa considerando que «o Encontro confirmou o papel insubstituível do PCP na vida nacional: com os seus ideais, com a sua intervenção presente, com a necessidade do seu reforço que se coloca ante as perspectivas da evolução da situação nacional».

Mas para que o Partido «confirme esse papel insubstituível» Álvaro Cunhal considerou serem necessárias duas condições: «a primeira - especificou - que seja um partido forte, convicto, unido, com um programa solidamente fundamentado; a segunda que seja um partido estreitamente ligado aos trabalhadores, ao povo, às massas».

«Sendo assim - continuou o orador - foi inteiramente correcta a escolha do tema central das análises e debates nas reuniões preparatórias deste nosso Encontro: melhoria e intensificação da actividade do Partido e sua ligação com as massas».

E donde vem esta importância decisiva que o Partido atribui à ligação com as massas? Álvaro Cunhal apontou três razões:

A primeira, porque «o povo, as massas, a defesa dos seus interesses e direitos, a organização da sua luta, constituem a razão de ser da existência e da luta do Partido».

A segunda, porque «o povo, as massas, nomeadamente os trabalhadores, constituem a fonte da vida do Partido e a raiz da sua força».

A terceira, porque «o povo, as massas a sua movimentação, a sua organização, a sua luta, constituem a força capaz de fazer frente à direita, abrir caminho e assegurar finalmente uma alternativa democrática».

### Sobre o movimento sindical unitário

Mais adiante, o Secretário-Geral do PCP abordou as questões sindicais, aliás amplamente discutidas no Encontro, afirmando, nomeadamente, que «o movimento sindical unitário (no concreto, a CGTP-IN) é uma poderosa força dos trabalhadores, uma força integrante da democracia portuguesa e um dos principais bastiões para sua defesa, uma experiência, um exemplo e um projecto de que os trabalhadores portugueses podem ter legítimo orgulho».

Quanto à influência dos comunistas no movimento sindical unitário, «não resulta de qualquer ingerência, pressão ou imposição exterior ao próprio movimento sindical. Resulta sim do papel determinante dos comunistas na formação, criação, desenvolvimento e vida do próprio movimento; e da confiança que os trabalhadores têm tido e têm nos comunistas, da escolha livre dos trabalhadores».

«Temos em alto apreço os militantes sindicalistas que não são do nosso Partido», sublinhou a seguir Álvaro Cunhal,

acrescentando: «Entendemos que nas eleições sindicais é de ter como preocupação permanente o carácter unitário das listas» o que não significa «que o movimento sindical tenha alguma coisa a ganhar, como certa imprensa para aí diz, com a redução do número e da influência dos comunistas nas estruturas responsáveis a todos os níveis». Pelo contrário: «Bom é para o movimento sindical que os comunistas continuem a ter essa influência, pois essa será a melhor garantia da preservação do carácter unitário do movimento, da sua autonomia e da sua democracia interna, características estas de que os comunistas são os mais convictos defensores», acentuou o dirigente do PCP.

Entretanto a evolução do mundo, nomeadamente na Europa com o processo de integração da CEE e o objectivo anunciado, embora contrariado, da coesão económica e social, «coloca novos problemas ao movimento sindical», que «resultam também da situação política portuguesa com a continuação do Governo de direita, a reconstituição dos grupos monopolistas dominantes, as novas formas de exploração e a liquidação em curso de direitos e liberdades dos trabalhadores». E advertiu:

«Nova situação, novos problemas que não podem entretanto levar os trabalhadores a alterar características essenciais do movimento sindical unitário português que são a razão da sua força, da sua capacidade de defesa dos interesses dos trabalhadores, da sua influência, do seu papel na vida nacional».

Há entretanto razões para ter preocupações «com algumas tendências que se manifestam»:

«A tendência para afastar da base, das empresas, da intervenção e participação directa dos trabalhadores, mesmo dos sindicatos, os centros de decisão e as decisões de conflitos laborais.

«A tendência para uma concertação social compreendida não tanto como terreno de luta (e é correcto assim compreendê-

-la) mas como local de conciliação de classes em que inevitavelmente predomina a voz do grande capital e do Governo que o serve.

«A tendência para considerar, defender e por vezes pressionar e impor a diminuição do número e influência dos comunistas nas estruturas sindicais».

«A tendência para aceitar, como condições para a filiação na Confederação Europeia dos Sindicatos (CES), ingerências externas na CGTP, uma pretensa tutela e apadrinhamento da UGT que está adquirindo aspectos de insolência; e a imposição de condições políticas designadamente a diminuição da influência e das posições dos comunistas no movimento sindical e nas suas estruturas».

Para defesa do movimento sindical unitário, para defesa da CGTP, para garantir a sua força, a sua unidade e a sua influência, «são de combater estas tendências», sublinhou, acrescentando:

«É justo sublinhar que para essa batalha, não só contamos com a nossa própria intervenção de comunistas, como fazemos apelo para que conosco participem nela os sindicalistas das mais variadas opções políticas que daqui, deste nosso Encontro, saudamos fraternalmente».

O «forte espírito e consciência de classe da CGTP tem sido uma das suas características básicas e razão da sua força», disse mais adiante Álvaro Cunhal, para considerar que «a política de classe do Governo exige uma resposta de classe dos trabalhadores, do movimento sindical e das outras estruturas como as Comissões de Trabalhadores».

Daí a estranheza que provoca necessariamente uma voz vinda do movimento sindical que acusa a Esquerda de «fazer uma análise não objectiva da política do Governo» e de rotular o Governo como «exclusivamente de direita», que defende a necessidade de «fazer avaliações positivas da actuação do Governo» e gaba as «preocupações de ordem social» de Cavaco Silva.

E de outra voz (esta vinda do Norte) que classifica o Governo de Cavaco Silva como «o governo mais à Esquerda da Europa»...

«A política de classe do Governo exige uma resposta de classe dos trabalhadores, do seu grande movimento sindical, de todas as suas estruturas, das suas outras estruturas unitárias», vincou Álvaro Cunhal, recordando que «é tarefa dos comunistas contribuírem no quadro da autonomia e democraticidade do movimento sindical para que tal resposta seja dada sem tibiezas, com firmeza e convicção».

### Sobre o trabalho autárquico

Classificando o Poder Local democrático como «um dos elementos do regime democrático em que existe a possibilidade (concretizada em numerosos casos onde os comunistas têm maioria) de associar formas de democracia participativa a

formas de democracia representativa» e considerando que «esta característica e a forte influência e as fortes posições do nosso Partido nas autarquias são a razão da ofensiva há muito desenvolvida pela direita contra o Poder Local democrático», o orador achou «justamente salientada a obra realizada pelos comunistas e outros democratas e a abertura a outras forças políticas a responsabilidades na gestão».

Apreciando a abordagem produzida no Encontro sobre esta matéria, Álvaro Cunhal considerou correctamente apontadas as «grandes linhas da actividade dos comunistas no trabalho autárquico: gestão democrática, aberta, participada; ligação dos eleitos às populações; atendimento e resposta pronta às solicitações; desburocratização; ligação aos trabalhadores das autarquias; informação às populações; cumprimento dos compromissos».

Assinalando que o Encontro sublinhara «também justamente a particular importância do trabalho autárquico tendo em vista as eleições autárquicas de 1993 não apenas para as autarquias mas também para as populações, para o regime democrático e para o Partido», o Secretário-Geral do PCP alertou para a importância que os resultados das eleições autárquicas de 1993 poderão ter para a evolução ulterior da situação política nacional, para o reforço da direita e da sua política.

«Mas - afirmou - com o nosso empenhamento, a nossa vontade, o nosso bom trabalho, a nossa determinação, poderão também representar a confirmação e mesmo o reforço da influência e da força do nosso Partido, o reforço também do Poder Local democrático e assim também o reforço do regime democrático português».

Recordando que, com vista às eleições de 1993 o Encontro definira desde já direcções prioritárias para o trabalho autárquico, assinalou ainda que «para que os objectivos sejam alcançados» é necessário compreender que «esta batalha não é apenas dos eleitos, mas de todo o Partido».

### Sobre o PCP — o partido de que Portugal precisa

Assinalando que o Encontro dera implicitamente resposta à questão de saber, o que representa o PCP na vida nacional e quais as perspectivas da sua intervenção, do seu desenvolvimento e do seu futuro, Álvaro Cunhal afirmou, a propósito:

«Se fosse correcta a tese de que, com a derrocada na URSS e nos países do leste da Europa, o comunismo morreu, então teríamos de concluir não haver mais razões para a existência e a luta do nosso Partido. Mas não. O capitalismo não resolve nem resolverá os grandes problemas da humanidade. O capitalismo é a exploração dos trabalhadores e dos povos, são as injustiças e as desigualdades sociais, são os poderes sociais irremediáveis dentro do sistema. Tirando as grandes lições da vida, rejeitando «modelos» que se afastaram de ideais e objectivos fundamentais dos comunistas e conduziram às graves



Os trabalhos do Encontro de Quadros da ORL decorreram em duas secções que funcionaram entre as duas sessões plenárias, de abertura e encerramento



# O Ministério da Saúde está inocente?

Os problemas da saúde estão hoje no centro das grandes preocupações dos portugueses.

A recente apresentação pelo PCP na Assembleia da República de um Projecto de Lei que «garante aos cidadãos de menores recursos o acesso gratuito a medicamentos para doenças crónicas e outros benefícios», o debate iniciado a propósito do Orçamento de Estado para a Saúde, as medidas anunciadas para o alargamento do âmbito das Taxas Moderadoras e a alteração nas comparticipações dos medicamentos são uma boa oportunidade para uma breve reflexão sobre a argumentação e as justificações do Governo PSD/Cavaco Silva para a sua política de saúde. Política que representa a clara negação de um imprescritível direito constitucional dos portugueses: o direito à saúde.

Política que, adicionando-se a outros ataques ao edifício constitucional democrático da República Portuguesa, afecta e fere o regime democrático, onde a **igualdade no acesso à saúde** constitui um princípio inalienável, e, tão essencial como outros direitos sociais e os direitos políticos, económico, e culturais dos cidadãos.

A ofensiva contra os Serviços Públicos de Saúde insere-se na ofensiva antidemocrática da direita, do PSD e do seu Governo contra as conquistas democráticas de Abril em total afrontamento da Constituição da República Portuguesa.

Nessa ofensiva contra a saúde desempenha um papel-chave a enorme mistificação da **«liberdade de escolha dos cidadãos no acesso aos cuidados de saúde»**. O Governo, tendo pretensamente satisfeito as necessidades básicas de saúde do povo português, através de patamares mínimos de prestação de serviços de saúde, propõe-se elevar o nível e a qualidade desses cuidados de saúde, permitindo-se (ou caminhando para permitir-se) agora a cada português a livre escolha, sem qualquer obstáculo económico, do médico, do hospital, da clínica, para tratar das suas maleitas. Garantir esta liberdade «de escolha ou de procura», é, para o **Governo Cavaco Silva**, o grande problema da saúde portuguesa. Quem pode estar contra esta liberdade?! E a enorme mentira rola, rola por cima das carências, das aflições, dos dramas, das doenças de milhares de portugueses para quem cada vez mais o problema é de facto escolher. Escolher sim, mas entre a **bicha no Centro de Saúde** e a falta de consulta médica, entre o amontoado de doentes e feridos na urgência e o não tratamento a tempo e horas, entre o aviar da receita na farmácia e a renda de casa ou a alimentação, entre a espera de meses pela consulta da especialidade, pelas análises, pela radiografia, e o pagamento de uma avultada verba em qualquer clínica ou consultório privados.

Como se o problema fosse escolher entre médicos de família quando **não há** médicos de família disponíveis para milhares de famílias! Como se a escolha fosse entre o **SAP** que não existe no Centro de Saúde e a incomodidade da abarrotada urgência do hospital de alguns grandes centros urbanos. Como se **pudesse escolher** de igual forma o que ganha milhares e o que tem uma pensão de miséria!

Mas outras mentiras e outras farsas se forjam.

Para responder às críticas, problemas, ineficiências, erros e simples dificuldades, o ministro (e os seus deputados na Assembleia da República) desenvolvem toda uma «filosofia» desresponsabilizando o Ministério e o Governo e identificando as bactérias exipatórias das «doenças» do Sistema da Saúde. E determinando com «rigor» os causadores dos estrangulamentos do Serviço Nacional de Saúde (SNS), fácil é estabelecer as soluções. Coisa admirável, essas soluções, adequam-se, integram-se como peça de um **puzzle**, nas orientações estratégicas da política de saúde do Governo: «quem quer a saúde paga-a», o SNS é tendencialmente pago, privatização de serviços, poupança no orçamento dos Serviços Públicos de Saúde!

Para o Governo, os estrangulamentos do Sistema Público de Saúde localizam-se e identificam-se perfeitamente em três grupos: utentes, profissionais de saúde e gestores.

## As tendências hipocondríacas e os médicos que receitam de mais

Os primeiros responsáveis são, sem sombra de dúvida, os portugueses. Possuidores de forte e incontornável tendência ou pendor hipocondríaco (ou, quem sabe, generalizadas apetências sado-masoquistas) resolvem povoar as urgências hospitalares (ou será que estas são contra toda a evidência agradáveis e acolhedores centros de convívio?), insistem numa frequência desmedida dos centros de saúde, com bichas pela noite fora, ao frio e à chuva, e fazem um consumo exagerado de medicamentos e outros bens de saúde (óculos, muletas, calçado ortopédico, etc.).

São estes milhares e milhares de falsos doentes que, segundo o Ministério entopem e encharcam os Serviços de Saúde em Portugal e que sorvem as crescentes verbas para a Saúde do Orçamento de Estado.

Desta constatação decorre com toda a lógica uma primeira orientação para a política governamental de saúde: travar (moderar) a apetência desmesurada dos portugueses pelos cuidados médicos e cortar cerce o gosto desmedido (quase gastronómico) por pílulas, xaropes, supositórios, injectáveis e outros produtos da farmacopeia moderna. É por isso que o Governo agrava as taxas moderadoras e eleva os preços dos medicamentos.

É evidente que ao ministro da Saúde não lhe passa pela cabeça que o recurso às urgências hospitalares de um significativo volume de utentes resulta das deficiências, falhas e estrangulamentos nos Cuidados Primários de Saúde! O sr. ministro não conhece as incapacidades e impotências de tantos Centros de Saúde em assistirem doentes por falta de médicos de família e outros profissionais de saúde, de equipamento, de meios auxiliares de diagnóstico.

O sr. ministro desconhece certamente que os Serviços de Saúde do seu Ministério têm vindo a reduzir drasticamente os Serviços de Atendimento Permanente em diversos Centros de Saúde, com restrições de horários nocturnos e de fim-de-semana, na eliminação dos Cuidados de Internamento, e do sistema de chamadas.

O sr. ministro não ignora que as incapacidades e a impotência dos Centros de Saúde e dos SAP, a demora de resposta e a falta de resposta das unidades de cuidados primários, conduzem os utentes a recorrer às urgências ou, o que é pior, habitam os utentes a considerar inútil a passagem pelo Centro de Saúde!

É não é, certamente, da responsabilidade do Ministério da Saúde e dos governos do PSD o atraso na comercialização dos Medicamentos Genéricos (com legislação publicada há dois anos) ou no uso de um Formulário Nacional de Medicamentos; a demora na revisão das regras de repercussão dos custos de publicidade e **marketing** na formação dos preços dos medicamentos que, «como se sabe são superiores em Portugal a 30 milhões de contos».

Os segundos responsáveis pelos problemas do Sistema de Saúde em Portugal são os profissionais de saúde e, em especial, os médicos, por cujos diagnósticos e prescrições o Ministério da Saúde e alguns deputados do PSD nutrem uma profunda desconfiança. Ou porque prescrevem medicamentos a quem deles não precisa. (O Hospital Curry Cabral estava a tentar criar jogadores de basquete!?)

Ou porque receitam aos doentes «produtos que lhes poderão causar, no imediato, alguma resolução de problemas mas cuja acumulação certamente causará, a prazo, mais problemas do que aqueles que eventualmente possam resolver». Ou ainda porque poderão recomendar «a utilização de dispositivos de compensação de efeito duvidoso, como botas ortopédicas para «correção» de pés planos». E certamente óculos a quem não tenha problemas de visão!

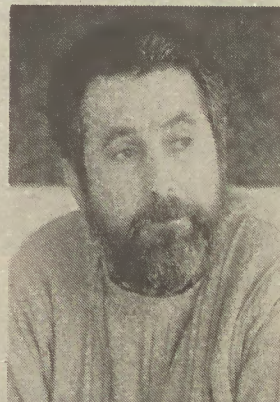
Aliás, as tendências consumistas de medicamentos caros (e de outros bens de saúde) dos utentes do SNS são muito animadas pelos médicos, segundo responsáveis do Ministério. Há mesmo quem proponha que o doente não deve esquecer-se de interpelar e sugerir ao médico a possível existência de alternativas medicamentosas mais baratas, mais acessíveis... e não ir atrás do primeiro e «luxuoso» medicamento que o médico lhe receite!

Foi certamente por causa destes desvios, exageros na medicação, que o Governo estabeleceu recentemente fortes medidas de redução na prescrição de medicamentos aos doentes que são consultados nos Centros de Saúde, impedindo os médicos de família de adoptar as adequadas medidas terapêuticas de combate às doenças, o mesmo se passando com a prescrição de exames complementares de diagnóstico.

Face à identificação desta segunda grande causa dos problemas do Sistema de Saúde Português, as soluções não se apresentam fáceis para o Governo. E, em primeiro lugar, porque será difícil oferecer cuidados de saúde sem a existência de profissionais de saúde..

Mas alguma coisa tem que ser feita e, portanto, há que restringir tanto quanto possível o número de médicos, de enfermeiros e de outros técnicos, não alargando os quadros de pessoal, não abrindo as vagas necessárias, dificultando-lhes a progressão nas carreiras, empurrando-os para fora do Serviço Público de Saúde.

Não é assim de estranhar a ofensiva governamental contra os direitos e regalias dos profissionais de saúde, não cumprindo os pagamentos devidos pelos horários de trabalho e procurando retirar ilegalmente o regime de dedicação exclusiva a milhares de médicos, ao mesmo tempo que é recusado aos enfermeiros.



**AGOSTINHO LOPES**  
Membro da Comissão Política

**A ofensiva contra os Serviços Públicos de Saúde insere-se na ofensiva antidemocrática da direita, do PSD e do seu Governo contra as conquistas democráticas de Abril em total afrontamento da Constituição da República Portuguesa.**

## A caminho de uma gestão empresarial e lucrativa

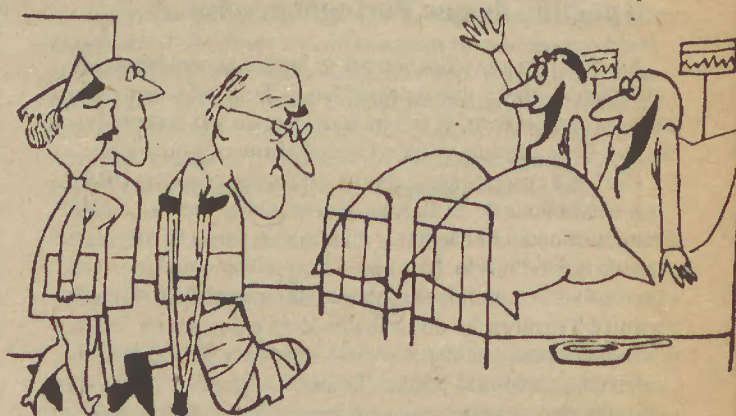
Os terceiros responsáveis pelos males da saúde em Portugal, embora em menor grau que os anteriores, na douta opinião dos responsáveis governamentais pelo sector, são os gestores - administradores, directores e membros de comissões instaladoras, etc. - que dirigem e gerem os estabelecimentos de saúde, e não respeitam a autonomia financeira de que gozam, gastam mais do que deviam, ultrapassando as verbas que o Orçamento de Estado lhes atribui. Continua assim o Ministério isento de culpas e responsabilidades, pois o seu único papel parece ser distribuir as verbas que lhe cabem do Orçamento de Estado, aliás aprovado pela Assembleia da República, pelos diversos Serviços e Unidades do Sistema. Mais hipocrisia não pode haver.

O Governo e a maioria PSD que o apoia falam como se nada tivessem a ver com a liquidação da gestão democrática nos Serviços de Saúde, e a sua substituição por uma gestão partidarizada. Ora hoje, as Administrações Regionais de Saúde e as Instituições Hospitalares, são, em geral, constituídas por pessoas designadas pelo Governo e pelo PSD, segundo critérios exclusivos de confiança partidária, com claro desprezo pelos critérios de competência técnica e profissional. O Governo e o Ministério nada têm a ver com a manutenção anos a fio de Comissões Instaladoras ou pela confusão e falta de transparência criadas pela privatização ou instalação de serviços privados, ou o exercício de clínica privada em unidades públicas de saúde!

Todos os problemas actuais de gestão servem, aliás, de justificação para a escalada governamental na matéria: a entrega a grupos privados da gestão de importantes infra-estruturas públicas do Serviço Nacional de Saúde. Este objectivo de «gestão empresarial e eficiente» dos Serviços de Saúde subverte o direito constitucional à saúde e transforma-o num qualquer bem de consumo, no respeito pelas leis da oferta e da procura, fonte de lucros como em qualquer actividade económica. Quem tiver dinheiro compra os cuidados de saúde e quem não tem fica sujeito à evolução natural da doença.

Fácil é concluir, e em síntese, que os problemas de saúde em Portugal não são da responsabilidade do Ministério da Saúde do Governo do Professor Cavaco Silva. O sr. ministro, os srs. Secretários de Estado, a política definida e apoiada pelo PSD nada tem a ver com a falta de médicos de família e especialistas, com os estrangulamentos financeiros do sistema, com as dívidas a fornecedores, com o corte ou interrupção no abastecimento de medicamentos e prescrição de tratamentos aos utentes do SNS, com a desorganização e desarticulação dos Serviços de Saúde, com a subordinação da política de medicamentos aos interesses das multinacionais da indústria farmacêutica.

Não. A culpa é dos portugueses, dos médicos e outros técnicos de saúde, dos gestores. Como querem demonstrar.



# Fortalecer a organização (IV)

**1. É já no próximo mês que se inicia o período indicado pelo Comité Central para um debate mais intenso e extenso sobre a organização do Partido e, particularmente, sobre a forma de diminuir ou ultrapassar as principais dificuldades com que a organização se debate.**

Durante 30 dias - de 15 de Fevereiro a 15 de Março - serão realizadas muitas reuniões que contarão com a participação dos membros dos organismos executivos do Comité Central e de muitos outros membros do CC e quadros dirigentes.

É necessário desde já preparar essas reuniões de modo a conseguir uma grande participação de membros do Partido.

**2. Nesta série de artigos temos tratado de vários temas que, naturalmente, interessam ser abordados nas reuniões.**

Pode dizer-se que as quatro áreas em que os inúmeros problemas de organização foram classificados são, todos elas, de grande importância.

A que pretendemos hoje abordar é a que se intitula: *a ligação às massas por parte da organização e o seu desenvolvimento*. Trata-se, claramente, de questões essenciais para um Partido que faz da influência entre as massas e a defesa dos seus interesses razões da sua existência.

**3. Se a ligação às massas é uma questão tão essencial - bem se pode dizer que uma organização do Partido que não se liga às massas não se pode desenvolver, pelo contrário, degrada-se e define-se -, então é indispensável, ao debater as questões existentes numa dada organização, conhecer qual a sua inserção no meio em que actua, qual é a ligação dos seus membros aos outros trabalhadores, aos elementos de outras camadas sociais e da população em geral, qual é a influência da organização e como essa influência tem evoluído.**

**4. Isto significa que, ao apreciar qualquer organização de base é necessário perceber qual a actividade que desenvolve para fora da própria célula, seja esta uma célula de empresa, de qualquer outro local de trabalho, de um bairro, de uma localidade ou outra.**

A actividade interna de qualquer organização de base - a sua estruturação quando é necessária, a realização regular da sua Assembleia, o trabalho da sua direcção, as reuniões dos organismos existentes, os plenários, o recebimento das quotas e outras contribuições e a distribuição da nossa imprensa junto dos seus membros - é indispensável e importante. Mas é o contacto estreito com os que não são comunistas que dá vida a qualquer célula, que a torna uma organização actuante e prestigiada.

Por isso, na semana passada se disse que «é militância, e não pouco importante, o facto de um camarada, junto dos seus companheiros de trabalho, dos seus vizinhos ou dos seus amigos, conversar sobre o que os motiva e divulgar as ideias e as posições dos comunistas».

**5. Mas a ligação às massas não se faz só através das células do Partido e também dos jovens comunistas membros dos colectivos da JCP. Faz-se através dos comunistas que fazem parte das Comissões de Trabalhadores e das suas Coordenadoras, do movimento sindical, dos eleitos nos diversos órgãos das autarquias, bem como na Assembleia da República, nas Assembleias Legislativas Regionais e mesmo no Parlamento Europeu, dos comunistas que são membros ou dirigentes de qualquer associação, movimento, colectividade ou iniciativa, de carácter profissional, social, cultural, desportiva ou recreativa.**

Por isso, é importante que tais militantes estejam organizados e voltados exactamente para a sua actividade de massas.

**6. É a acção de massas conduzida por uma dada organização a melhor fonte para o desenvolvimento orgânico, para a elevação do prestígio e da influência do Partido.**

Se é verdade que há membros do Partido que se sentem desmobilizados, não é menos verdade que há muitas outras pessoas que vão compreendendo a necessidade de participarem na defesa de interesses colectivos. Apesar da larga aceitação de valores que caracterizam o individualismo, a própria vida vai mostrando que só a solidariedade e a acção de massas permitem impedir a perda de direitos e melhorar a situação em que vive a grande maioria dos trabalhadores e elementos de outras camadas sociais.

**7. É na actividade junto das massas que melhor se conhecem os quadros e que mais é possível realizar recrutamentos.**

É também tendo em conta a actividade de massas que se pode avançar com maior confiança na constituição de novos organismos, que desempenham importante papel para o fortalecimento da estrutura orgânica.

Por sua vez, os recrutamentos, as experiências colhidas na acção, a formação de mais quadros e a constituição de

novos organismos permitem ampliar as lutas e atingir outras empresas, outros sectores, outras camadas sociais, outras zonas de uma dada região.

**8. A luta de massas e o desenvolvimento da organização têm uma influência recíproca muito grande, a que é necessário estar-se muito atento para se saber aproveitá-la.**

Numa altura em que tem de haver uma particular atenção com os jovens, por exemplo, é indispensável chegar até eles quer através de iniciativas e acções de massas que os mobilizem quer aproveitando o conhecimento e a experiência de outras lutas que lhes possam servir de exemplo para a sua própria actuação.

O mesmo se pode dizer em relação às mulheres, aos operários de certas empresas onde não existe suficiente influência, a amplas camadas de trabalhadores dos serviços, a agricultores, a intelectuais, a reformados, àqueles que participam no movimento associativo, às populações em geral.

**9. As principais dificuldades que se têm de vencer em muitas organizações a respeito da sua inserção entre as massas estão ligadas à falta de compreensão do que caracteriza a maneira de estar e de actuar dos comunistas - a sua preocupação com os trabalhadores, com as camadas desfavorecidas em geral, com a solidariedade, a justiça, o progresso social.**

É claro que estas preocupações não são compatíveis com o sectarismo, com o enconchamento, com qualquer jactância pela forte influência que o Partido tem em certas empresas ou localidades ou com a retracção nos locais e empresas onde a nossa influência é reduzida.

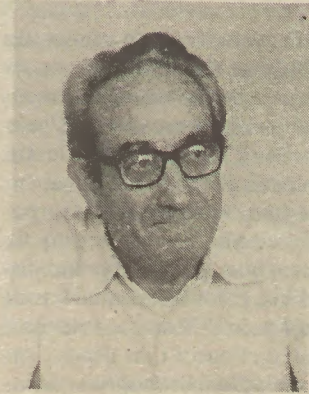
**10. A este respeito podem-se avançar também algumas perguntas úteis para aprofundar o tratamento das nossas dificuldades e deficiências.**

O organismo dirigente, a organização e os seus membros preocupam-se em conhecer, discutir e dar resposta aos problemas que afectam aqueles com quem trabalham e/ou convivem? Trocam com eles opiniões sobre as orientações e propostas do Partido? Como melhorar este trabalho?

Qual a actividade de massas que é desenvolvida pelas células? Quais as dificuldades a esse respeito e a forma de as ultrapassar?

Quais as frentes de trabalho que são acompanhadas e estão organizadas? Como vencer as deficiências existentes neste campo?

Como têm repercutido no desenvolvimento orgânico as acções de massas que têm tido lugar?



**BLANQUI TEIXEIRA**  
Membro do  
Secretariado do CC

Que experiências existem quanto a recrutamentos, à formação de novos quadros, à constituição de mais organismos?

Qual a influência da ligação às massas e das suas lutas a esse respeito?

Subsistem tendências sectárias na organização? O que tem sido feito para as eliminar?

Nota:

No último período do 3º parágrafo do ponto 8 do artigo publicado na semana passada falta uma palavra. O seu começo é: «É particularmente necessário conseguir (...)».



# Educação: um balanço decepcionante

Após um longo e injustificável silêncio do ministro da Educação, perante a Assembleia da República e perante o País, sobre os graves problemas do sistema educativo e sobre as linhas da sua acção futura, os responsáveis pelo Ministério vieram à Comissão de Educação, Ciência e Cultura prestar esclarecimentos acerca do seu desempenho futuro. O balanço é decepcionante e ao mesmo tempo preocupante. As intenções manifestadas, pelo ministro da Educação, no âmbito das poucas questões que abordou, das muitas que lhe foram colocadas, bastaram, contudo, para ampliar o leque de preocupações do PCP no que respeita à Educação e à política educativa. Poucos dias depois, em plenário, no decorrer da interpelação sobre política educativa, avolumaram-se as apreensões quanto às directrizes do Executivo nesta matéria.

Elegeu o ministro da Educação a continuação da reforma educativa como uma das questões prioritárias em matéria de política educativa e pôr em vigor os novos currículos em todas as escolas nos 5º, 7º e 10º anos de escolaridade. E nós perguntamos de que forma, com que garantias, vai avançar a reforma?

Relembramos que se tomarmos à letra as palavras do ministro da Educação, «continuar a reforma educativa» será colocar novamente a comunidade escolar face a uma reforma que tem avançado de forma desordenada, por peças separadas, sem rigor nem clareza de faseamento quanto às etapas de concepção — experimentação — generalização das inovações a introduzir.

Convém mesmo lembrar que na alteração orçamental aprovada em Dezembro último pelo PSD e PSN foram totalmente suprimidos programas de investimentos no montante de mais de um milhão de contos, afectando designadamente, a Educação Especial, os incentivos da expansão de rede-escolar dos Ensinos Básico e Secundário, as intervenções de emergência, a recuperação de edifícios de valor patrimonial e os equipamentos educativos.

Acresce a tudo isto que o Ministério não cumpriu os compromissos assumidos com cerca de duas dezenas de escolas dos Ensinos Básico e Secundário no âmbito de um concurso financiado pelo Prodep e que se destinava a equipar estas escolas com centros de recursos.

Estas medidas de sentido negativo não ajudam a «pôr a reforma no terreno», ao contrário, tornam-se cada vez menos possível...

Para falar de reforma educativa é imprescindível falar de professores e também aqui, pouco caminho se percorreu:

— 27 disposições do Estatuto de Carreira Docente estão por regulamentar; ainda não foi criado um sistema de formação contínua de professores e depois de ouvirmos o ministro da Educação ficámos com dúvidas se vai ser criado.

O ministro acha que «falar de formação contínua de professores é insultar os professores». Será que os professores também pensam assim? Será que o ministro desconhece os diferentes tipos de formação consignados na lei portuguesa e a necessidade de assegurar uma formação de qualidade para todos os professores?

Importa ainda falar do recente despacho sobre a avaliação dos alunos do ensino básico obrigatório que ao eliminar a expressão pública do insucesso escolar, traduzida nas reprovações, não é factor de sucesso escolar enquanto verificação de efectivas aprendizagens pelos alunos e pode mesmo vir a promover, em formas mais extensas do que as conhecidas até hoje, o fracasso dos alunos e o fracasso do sistema educativo.

O novo sistema de avaliação pode ser visto como uma peça fundamental de uma estratégia política que visa assegurar antecipadamente o êxito burocrático da reforma educativa sem ter que promover o seu êxito social efectivo e o sucesso escolar efectivo dos estudantes.

Outras preocupações que se podem arrastar nesta linha de insucesso educativo encapotado têm a ver com o ensino profissional que tem vindo a pôr em causa a efectiva frequência de escolaridade obrigatória por muitos jovens. Importa clarificar que o PCP considera positivo o desenvolvimento de um sistema não formal de ensino em Portugal mas critica a efectiva desresponsabilização do Ministério da Educação no que respeita ao controlo das condições pedagógicas em que são ministrados estes cursos.

O problema do insucesso escolar é de tal forma preocupante que o ministro da Educação

elegeu este tema para o dossier a discutir com os outros ministros da Educação dos países da CEE durante a presidência portuguesa.

As formas de combate ao insucesso têm sido protagonizadas por programas que visam atenuar alguns dos factores que o provocam. No entanto, no distrito de Setúbal, foi drasticamente reduzido um plano de apoio alimentar no âmbito de um plano de emergência que apoiava só no concelho de Almada 2200 alunos distribuídos por 40 escolas.

Esta redução de apoio traduziu-se no encerramento das cantinas escolares e trouxe como consequência muitos casos de abandono escolar. Como foi avaliada esta situação? Que medidas foram tomadas?

A ida do ministro da Educação à Assembleia da República confirma que a Educação Pré-escolar foi efectivamente desvalorizada e colocada em paralelo com o subsídio dos livros ou com a bolsa de estudos para apoiar as famílias.

Como é possível, que num País integrado numa Comunidade de Estados em que a média de taxas de cobertura de educação Pré-escolar ronda os 85%, essa taxa se fique pelos 30% e não sejam tomadas quaisquer medidas no sentido de corrigir esta assimetria?

Há quatro anos que não saem portarias de criação de lugares de Jardins de Infância da rede pública o que a acontecer iria pôr à disposição das crianças 700 lugares docentes, o que corresponderia a mais 17500 crianças no jardim de infância.

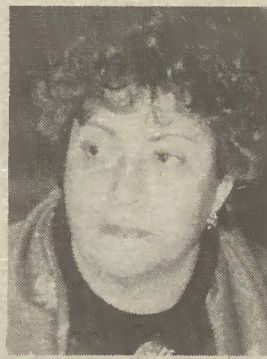
Também os problemas financeiros das Universidades Públicas são um testemunho da aprofundada crise em que o sistema educativo português se encontra mergulhado. Ainda mais grave, porém, do que a natureza e a dimensão do actual desequilíbrio financeiro das Universidades é o facto dessa situação decorrer de uma deliberada política governamental de asfixia do ensino superior público, com o objectivo de impor a crescente privatização desse grau de ensino.

Tal política teve expressão clara nas dotações insuficientes do OE e do PIDDAC para 91 e ainda nos cortes introduzidos no PIDDAC pelo chamado orçamento rectificativo.

O PCP, ao mesmo tempo que sublinha a necessidade de ser alterado o actual sistema de financiamento público do ensino superior, de ser feito o aproveitamento de reservas de eficiência e da capacidade existentes e, sobretudo, de serem aumentadas de modo significativo as dotações para o Ensino Superior Público, alerta para eventuais medidas do Governo, num sentido contrário à democratização da educação e do ensino.

O anunciado aumento brutal de propinas para a frequência do Ensino Superior está a causar justificada preocupação à grande maioria dos estudantes e suas famílias.

O Governo, de há muito tem vindo a procurar ganhar apoios para a aplicação desse aumento, apresentando-o



**LOURDES HESPANHOL**  
Deputada do Grupo Parlamentar do PCP

O novo sistema de avaliação pode ser visto como uma peça fundamental de uma estratégia política que visa assegurar antecipadamente o êxito burocrático da reforma educativa sem ter que promover o seu êxito social efectivo e o sucesso escolar efectivo dos estudantes.

hipocritamente, imagine-se, como uma medida de Justiça Social.

Importa desmentir firmemente essa ideia. Mesmo admitindo como verdade que alguns estudantes poderiam suportar os aumentos brutais de propinas que se anunciam, não é menos verdade que a grande maioria dos estudantes não está em condições de os suportar, como demonstra a enorme contestação estudantil aos anunciados aumentos de propinas.

O Ensino Superior Público, apesar de ter propinas de montante actualmente reduzido, está longe de ser gratuito. Frequentá-lo, implica despesas avultadas para estudantes que na sua maioria dependem exclusivamente de rendimentos familiares. Às despesas elevadas em material didáctico, juntam-se, para milhares de estudantes, as despesas inerentes à deslocação para longe das suas residências, em alimentação e em alojamento, o que representa, por vezes, largas dezenas de contos por mês.

O que pretende o Governo não é aumentar a justiça no acesso ao Ensino Superior, mas restringir a sua frequência apenas aos que podem pagar os elevados montantes de propinas que pretende impor.

Guardei para o fim algumas questões relacionadas com os professores.

Como se pode falar de modernidade quando apresentamos, em matéria tão importante como a valorização da carreira docente, os níveis mais baixos da Europa?

Acresce a este facto o estranho rigor financeiro do Ministério da Educação que não cumpre a legislação que ele próprio produziu em matéria de revalorização material das carreiras docentes e refiro-me ao Decreto-Lei nº 409/89, que no seu articulado determina um descongelamento de escalões no presente mês de Janeiro que está a ser impedido por circulares das Direcções Regionais de Educação ou do Gabinete de Gestão Financeira do Ministério da Educação.

Os professores ficam assim a saber, com confirmação do ministro, que não há pagamentos referentes aos descongelamentos de Janeiro de 92 antes de Abril.

E quanto aos professores provisórios com vínculo? O que lhes vai acontecer nesta «roda de qualidade e de modernidade»? Ficam ou saem do sistema?

E os de habilitações suficientes que leccionam há 10, 15 anos e que são mais de 400 vinculados ao Ministério da Educação? Fazem ou não falta para satisfazer as necessidades do sistema? O PCP afirma que enquanto não houver uma definição clara das carreiras, uma revisão de legislação em matéria de habilitações, um estudo aprofundado das necessidades em termos de professores, toda e qualquer medida que seja tomada é falível porque destituída de fundamento!

Falar de política educativa é também falar dos professores aposentados ou à beira de aposentação, que exigem e têm direito a que se cumpra o artigo 27º do Decreto-Lei nº 409/89 (aposentação pelo escalão seguinte até 31/12/91), e que se proceda à actualização imediata de todas as pensões em ordem a igualá-las às dos professores no activo.

Não pode a Assembleia da República ficar indiferente perante tão graves problemas que afectam o sistema educativo e perante a irresponsabilidade que o Governo tem vindo a demonstrar. Impõe-se de uma vez por todas que se assuma a educação como prioridade não apenas em palavras mas também e sobretudo em actos.



## Sistema eleitoral dos Açores

# Respeitar a proporcionalidade

A necessidade de um novo sistema eleitoral nos Açores, há muito defendida pelo PCP naquela região autónoma, voltou à ordem do dia num momento em que as diferentes forças políticas se preparam para as legislativas regionais.

O PCP/Açores veio assim a público, no passado dia 17, afirmar a urgência de se estabelecer um sistema proporcional, democrático e justo, por forma a que o número de mandatos de cada partido na Assembleia Regional corresponda rigorosamente à vontade expressa pelos eleitores.

Recorda-se, no entanto, que já na reunião plenária da DORAA, realizada em 27 de Outubro do ano transacto, os comunistas concluíram ser premente a revisão da regra estatutária que estabelece o sistema eleitoral e sublinharam que a revisão global do Estatuto deveria ser feita logo após as próximas eleições regionais.

Os comunistas açorianos manifestam a sua total disponibilidade para contribuir para a elaboração de um sistema eleitoral «que consiga respeitar a proporcionalidade regional entre os votos e os mandatos e, ao mesmo tempo, preserve a representatividade de cada uma das ilhas.

Por outro lado, o facto do presidente do Governo Regional concordar com um sistema eleitoral deste tipo, contrariamente à posição que tem defendido desde 1976, leva o

PCP a salientar que «uma alteração neste sentido não constitui qualquer espécie de «engenharia eleitoral» mas antes um imperativo democrático».

Para atingir este objectivo, deverão estabelecer-se negociações entre os vários partidos com a maior urgência, com vista a procurar uma formulação consensual e que garanta, quer a dimensão da Assembleia Regional, quer o respeito rigoroso do princípio da proporcionalidade, quer da representatividade da ilhas.

### Soberania desprezada

Na reunião de 17 deste mês, a DORAA analisou ainda outras questões de carácter regional, com destaque para o despedimento na base das Lajes, matéria em que é notória a ausência de posição quer do primeiro-ministro, quer dos ministros ligados às questões do tratado com os Estados Unidos, à excepção do ministro da República. Esta situação é tanto mais escandalosa quanto, se é verdade que todas as instâncias oficiais negaram a existência de um acordo formal relativo à possibilidade dos despedimentos depois das eleições de Outubro, também é um facto que não recusaram a ocorrência de conversas informais nesses sentidos.

Ora, mesmo informalmente, a aceitação de qualquer abordagem à possibilidade de ser conscientemente violado

o Acordo Laboral após o acto eleitoral, constitui um flagrante acto de capitulação e desprezo pelo conceito de soberania da parte das entidades nacionais e regionais que alegadamente mantiveram tais conversas.

O PCP/Açores reclama que o Governo Regional contribua de forma adequada para o fundo de solidariedade, que tem até agora garantido a remuneração dos trabalhadores despedidos. Os comunistas querem ainda ser informados sobre o conteúdo das negociações para a revisão dos Acordos das Lajes, em especial no que se refere a alterações do Acordo Laboral, a futuros efectivos de trabalhadores portugueses e a eventuais contrapartidas com incidência regional.

Um outro tema abordado pela DORAV prende-se com o nível de retribuição que deverá ser «superior ao praticado no continente» devido aos conhecidos custos de insularidade. Aliás, segundo o PCP, é indicativo desta necessidade o facto de ter sido aprovado por uma maioria de deputados da Assembleia Legislativa Regional o princípio de Remuneração Complementar para as Administrações Regional e Local. Neste sentido, os comunistas recusam o estabelecimento de tectos salariais rígidos e defendem a subida dos salários médios regionais de forma a compensar a inflação e repor o poder de compra perdido.

# PCP denuncia caos no centro histórico do Porto

A Direcção da Organização das Freguesias Ribeirinhas do Porto do PCP denunciou, em conferência de imprensa realizada dia 22, o completo caos em que se encontra o Centro Histórico, o abandono a que estão votadas as suas populações, o aproveitamento cínico e irresponsável que delas é feito nos períodos eleitorais, e o abismo entre as promessas que lhes são então apresentadas e o que na realidade é cumprido.

O PS ganhou a Presidência da Câmara em Dezembro de 1989, garantindo «a reabilitação de mais de 100 habitações por ano na zona histórica da Cidade» (documento da sua campanha eleitoral). Desde então até hoje, o que o PS fez na área da recuperação do Centro Histórico foi, no essencial, montar uma gigantesca operação de propaganda.

Na linha do que vinha fazendo o PSD, nos mandatos anteriores, todos os anos têm incluído verbas nos planos de actividades, que todos os anos, também, não aplica.

### As verbas orçamentadas não são aplicadas

Em 1990 o Plano de Actividades da CMP previa o gasto de 772 mil contos em recuperação de habitações, tendo-se dispendido menos de 114 mil (15%); em 1991 previa-se gastar quase 939 mil contos, mas o ritmo a que se tem processado o investimento (poucas obras foram lançadas) permite antever que haverá igualmente um grande saldo; e para 1992 anunciam-se investimentos de mais de um milhão de contos. Deve realçar-se aqui que a nível global a gerência de 1990 da CMP apresentou um saldo (dinheiro que não foi investido) da ordem dos 6 milhões de contos, e há motivos para crer que o saldo de gerência de 1991 será ainda maior.

Paralelamente, não se desencadearam mecanismos tendentes a reforçar o financiamento da reabilitação do Centro Histórico com verbas provenientes do Poder Central e de fundos comunitários. O ex-CRUARB, organismo camarário a quem incumbe a recuperação, continua seriamente debilitado e sem quaisquer objectivos claros definidos.

A actuação real da Câmara no Centro Histórico tem-se limitado a intervenções ocasionais, e até mesmo a gerir projectos que, não sendo de sua autoria, pretende apresentar como seus. São disso exemplo, nomeadamente, algumas recuperações de edifícios, obras de postos de recepção de lixos e de renovação de arruamentos, transitados do anterior mandato.

### É urgente inverter a política

Não são projectos megalómanos, como os que se vêm anunciando e cuja realização duraria décadas, que resolverão os problemas concretos e quotidianos da população do Centro Histórico. É urgente a definição de

um plano rápido, sério e eficiente de intervenção global nas áreas da Habitação, Equipamentos Sociais, Arruamentos, Ambiente e Zonas Verdes, Trânsito, Combate à Droga e à Pobreza, Defesa do Património, Saúde e Higiene, Cultura, Desporto e Ensino.

### O diálogo é imprescindível

Tal plano só será possível com a intervenção das juntas de freguesia e das associações e colectividades de raiz, ao contrário da actual atitude da CMP de afronta a estas instituições e de fuga ao diálogo, embora propagandeando-o.

Esse plano deve ser orientado pelo princípio básico de que a recuperação deve ser feita para os próprios moradores e nunca contra eles. Não se pode aceitar a actual política, defendida pelo PS (na linha do PSD), de reconstruir casas para depois as vir a atribuir a famílias de elevados rendimentos que, na maior parte das vezes, nem sequer são moradores da zona.

Neste contexto são particularmente preocupantes as afirmações do Vereador do Pelouro, que há muito vem dizendo que pretende vender parte (importante) das casas recuperadas e «modificar a composição social» da Zona Histórica.

Refira-se o exemplo da Lada, que transita do anterior mandato, projecto financiado em grande medida pela Fundação Gulbenkian devido aos objectivos so-

ciais do empreendimento, objectivos esses que agora o Vereador adultera, ao anunciar critérios de atribuição das habitações que se afastam totalmente dos primitivamente anunciados, designadamente com a venda de casas e atribuição de outras à Fundação para o Desenvolvimento do Centro Histórico. (Com que fins? Com que critérios?)

### Comunistas continuam ao lado dos moradores

A Direcção da Organização das Freguesias Ribeirinhas do Porto do PCP manifesta a sua total discordância e repulsa pela actual política do PS, ineficaz, lesiva dos direitos da população de fracos recursos e propagandística. Continua, como sempre o fez, a estar disponível para um esforço sério de recuperação do Centro Histórico, com base no respeito pela população e pelos seus legítimos representantes, promovendo a congregação de meios técnicos e financeiros no sentido da elevação da qualidade de vida no Centro Histórico.

Na conferência de Imprensa participaram os camaradas José Moreira, coordenador da organização do PCP na Zona Histórica, Joaquim Nascimento, presidente da Junta de Freguesia de Miragaia, Carlos Espaim, membro da Assembleia de Freguesia da Vitória, Rolando Gomes, da AF da Sé, António Castro, da AF de S. Nicolau, e Vítor Vieira, da AF de Miragaia.

## Gigantesca operação de propaganda

Quando a Direcção da Organização das Freguesias Ribeirinhas do PCP afirma que a presidência da Câmara e o Vereador do Pelouro alimentam uma gigantesca operação de propaganda sobre o Centro Histórico, não o faz com ligeireza, nem com isso pretende duvidar da boa-fé dos jornalistas, os quais apenas reproduzem as declarações que lhes são prestadas.

Há exemplos concretos que podem ser referidos:

— Plano de emergência para a zona da Sé, anunciado em Janeiro de 91, na sequência da derrocada de dois edifícios na Rua da Bainharia.

— Plano Director (de 4 anos) para a Zona Histórica do Porto, anunciado em Junho de 1990, que preveria a colaboração com as Juntas de Freguesia do Centro Histórico; estas continuam a desconhecê-lo.

— Fundação para o Desenvolvimento do Centro Histórico, anunciada em Fevereiro de 1991, para a qual transitam avultadas verbas sem efeitos visíveis, e sobre a qual pesam dúvidas de legalidade.

— Candidatura do Centro Histórico do Porto a Património Mundial, possibilidade avançada em Outubro de 1990 mas que não teve qualquer sequência conhecida.

— Relançamento do Projecto RECREIA, anunciado em meados de 1991 e que não tem conseguido os propósitos então anunciados.

— Arranque de frente de obras na Rua da Bainharia, anunciado em Setembro de 1991 e ainda não concretizado.

— Urbanização da Escarpa dos Guindais, anunciada há dias sem qualquer fundamentação concreta

no Plano de Actividades para 1992.

— Projecto de 6 anos para mudar a Sé, como anunciado em Fevereiro de 91, não passa de uma frase feita.

— Projectos para a plataforma da Alfândega, anunciados em Janeiro de 1991 e praticamente inexequíveis.

— Frente Urbana de Miragaia, anunciada em Janeiro de 1991, em que ainda não foi iniciada qualquer obra.

— Quiosques turísticos informatizados na Zona Histórica, anunciados em Março de 1991 para o Verão desse ano.

Entretanto, enquanto esta operação de propaganda se desenvolve, acentua-se a degradação do Centro Histórico e a degradação da sua qualidade de vida em relação ao resto da cidade.

6, 7, 8 e 9 de Fevereiro

# Jornada Nacional de Divulgação e Esclarecimento

A temática social no nosso país será o centro das atenções de uma Jornada Nacional de Divulgação e Esclarecimento que o PCP vai efectuar entre seis e nove de Fevereiro e que terá a participação de figuras destacadas do partido, entre membros da Comissão Política e eleitos na Assembleia da República e autarquias.

Um jornal, cartazes de grande formato, cassetes de som, bancas decoradas serão alguns dos elementos desta campanha, imperiosamente necessária numa altura em que, como é sabido, cada vez é mais difícil divulgar as posições e as ideias do Partido Comunista Português através dos grandes meios de comunicação social de massas, seja televisão, seja rádio e jornais.

Impostos, salários, aumentos de preços, redução do horário de trabalho, saúde, educação e agricultura são temas a abordar com maior destaque num pequeno jornal que nesses dias de Fevereiro será distribuído em diversos locais do país. Nele divulgam-se posições e iniciativas do PCP sobre essas matérias e denunciam-se os efeitos negativos da política do Governo PSD de Cavaco Silva, chegando a uma conclusão genérica: «É justo protestar! É necessário lutar», slogan de um cartaz de grande formato (tecnicamente designado por *mini-red*) que será afixado em inúmeros locais do país, que em síntese alerta também para o agravamento das condições de vida e «aponta uma pista» para uma mudança de situação - «PCP, pela justiça social, por uma vida melhor».

Para além do jornal e do cartaz, centralmente esta jornada incluirá como material de divulgação uma cassete de som, um dos elementos de um conjunto de bancas decoradas

- Os efeitos da política cavaquista
- As posições e propostas do PCP
- O seu papel na sociedade portuguesa

com um guarda-sol do PCP onde decorrerão inúmeras iniciativas no âmbito desta campanha. Necessário é chegar mais perto das pessoas, dialogar, explicar, e para isso estão programadas grandes acções públicas para as quais concorrerão as diversas organizações regionais do Partido com materiais próprios.

### Diálogo e esclarecimento

Será nestas acções públicas que vão surgir dirigentes nacionais e locais do PCP, já que o reconhecimento público dessas individualidades facilita o aparecimento do diálogo que conduza a um esclarecimento frutuoso. Por outro lado, o conhecimento da realidade nacional e local de muitos desses dirigentes, proporcionará a todos quantos o desejem a discussão ou o pedido de esclarecimento de dúvidas sobre as mais variadas questões, desta forma não restritas às temáticas gerais pensadas para esta jornada.

Essas acções públicas vão privilegiar os grandes centros urbanos, mas também será dada particular atenção aos mercados, feiras, grandes e médias empresas e outros locais onde se concentram grande número de trabalhadores, com a finalidade de distribuir o jornal, formato *blóide*, propostadamente elaborado e proporcionar o referido diálogo que contribua para um esclarecimento sobre as posições do Partido.

Como objectivos para esta campanha, equacionam-se três componentes: a denúncia da gravidade das decisões tomadas pelo Governo nas mais diversas matérias, o estímulo à intensificação da luta social como forma de contrariar essa política e a afirmação do PCP como um partido profundamente enraizado na sociedade portuguesa.

Para o sucesso desta Jornada de Divulgação e Esclarecimento naturalmente que concorre a participação de todos os militantes comunistas já que o número de actividades a desempenhar é bastante elevado e o esforço colectivo precisa da contribuição de todos.

# e Esclarecimento

## Divulgar também o «Avante!»

A Jornada Nacional de Divulgação e Esclarecimento que se realizará nos próximos dias 6, 7, 8 e 9 de Fevereiro, para além dos objectivos em outro local explicados, servirá igualmente para uma intensa campanha de divulgação do «Avante!», o que inclusivamente motivou que todas as bancas do PCP onde se promoverão acções públicas no âmbito desta jornada, para além de motivos decorativos a aludir ao Partido (como é o caso do já conhecido guarda-sol do PCP), incluirão também um enquadramento gráfico específico do jornal dos comunistas, que assim será «visto» pelos milhares de pessoas que serão sensibilizadas por esta jornada.

Paralelamente as organizações do PCP vão promover iniciativas de venda militante do «Avante!», aproveitando uma maior curiosidade das pessoas, entretanto despertadas para a leitura do jornal dos comunistas através das diversas acções desta campanha.

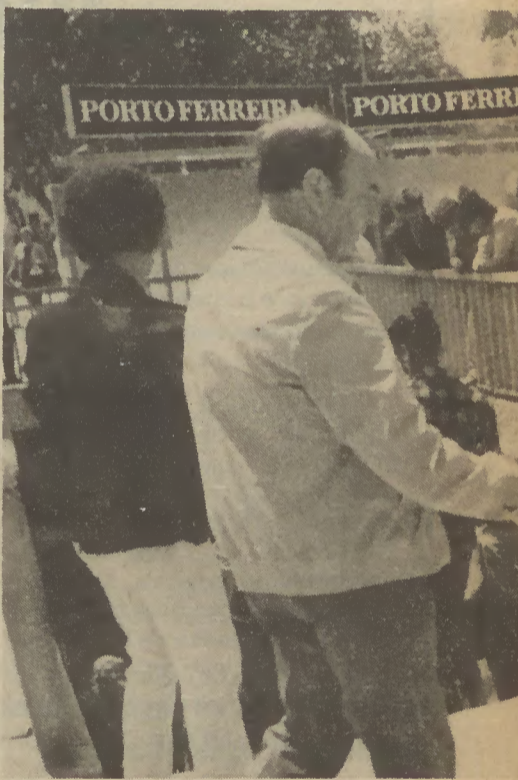
Também aqui a participação de um grande número de militantes comunistas nas diversas iniciativas de venda do «Avante!» será decisiva para o seu sucesso, contribuindo para um aumento do número de leitores do nosso jornal.

GOVERNO AGRAVA CONDIÇÕES DE VIDA

# É JUSTO PROTESTAR! É NECESSÁRIO LUTAR!

PCP

PELA JUSTIÇA SOCIAL POR UMA VIDA MELHOR



# AUMENTOS BRUTAIS DE IMPOSTOS E PREÇOS!

Proposta de Orçamento do Estado põe a política anti-social do Governo. Desmatamento total das promessas eleitorais.

## Quem está a pagar?

Longe vão as promessas eleitorais. Se nos grandes jornais de hoje se lêem promessas de redução de impostos e de melhoria das condições de vida, a realidade é bem diferente. O aumento dos impostos e dos preços é a realidade que os portugueses vivem.

Os aumentos de impostos e dos preços são a realidade que os portugueses vivem. O aumento dos impostos e dos preços é a realidade que os portugueses vivem.

## SAÚDE

Aumento das Propinas. Por trás dos argumentos do Ministro...

Os aumentos de impostos e dos preços são a realidade que os portugueses vivem. O aumento dos impostos e dos preços é a realidade que os portugueses vivem.

## Os Portugueses podem contar com o PCP!

Os portugueses podem contar com o PCP. O PCP é o partido que representa os interesses dos portugueses.

Os portugueses podem contar com o PCP. O PCP é o partido que representa os interesses dos portugueses.

## Nas Lutas

Nas lutas dos portugueses, o PCP está presente. O PCP é o partido que representa os interesses dos portugueses.

Nas lutas dos portugueses, o PCP está presente. O PCP é o partido que representa os interesses dos portugueses.

## Na Assembleia da República

Na Assembleia da República, o PCP está presente. O PCP é o partido que representa os interesses dos portugueses.

Na Assembleia da República, o PCP está presente. O PCP é o partido que representa os interesses dos portugueses.

## MUITOS OUTROS LÁ ESTAVAM

Muitos outros lá estavam. O PCP é o partido que representa os interesses dos portugueses.

## Só a Luta pode derrotar esta política injusta!

Só a luta pode derrotar esta política injusta. O PCP é o partido que representa os interesses dos portugueses.

## É JUSTO PROTESTAR! É NECESSÁRIO LUTAR!

É justo protestar! É necessário lutar! Pela justiça social. Por uma vida melhor.

## Leia Assine Divulgue

Leia Assine Divulgue. O PCP é o partido que representa os interesses dos portugueses.

## PCP PELA JUSTIÇA SOCIAL POR UMA VIDA MELHOR

PCP PELA JUSTIÇA SOCIAL POR UMA VIDA MELHOR. O PCP é o partido que representa os interesses dos portugueses.

Reprodução da maquete de preparação do jornal de quatro páginas que será distribuído durante os dias da Jornada de Divulgação

# O milagre em segunda mão

Ao velho aforismo: *a História nunca se repete*, após Marx um senão: a História repete-se, sim, mas aquilo que como facto novo foi tragédia ou drama, tornou-se farsa quando repetido. De outro modo: o acontecimento a que a História conferiu dignidade por ser historicamente novo, torna-se ridículo ou absurdo se a sua repetição se dá em diferente contexto e com diversa intenção.

Quando o futuro apóstolo Paulo ia a caminho de Damasco, ouviu uma voz dizer-lhe *Saulo, Saulo, por que me persegues?* (Actos, 9, 1). Sentiu-se imerso numa luz tão intensa que cegou e mais tarde, quando *lhe caíram as escamas dos olhos* (idem, idem) pôs-se ao lado dos que até então havia perseguido com um empenhamento que viria a pagar com a vida.

Concorde-se ou não com as suas ideias e motivações, aceite-se ou não a *revelação*, o ulterior e consequente comportamento do apóstolo Paulo confere dignidade humana e histórica ao facto da sua conversão.

Nos tempos que correm há quem se dê igualmente a percorrer a sua estrada de Damasco, ainda que pavimentada a ritmo apressadamente eleiçoeiro. Há quem ouça, não a frase magoada e amarga de Jesus mas a voz velada, o tom monocórdico do Primeiro-Ministro deste torrãozinho de açúcar da Europa dos Doze ou as trombetas do sucesso que por ele falam.

Repetido assim em tom de comédia ligeiríssima dois mil anos depois e num tempo em que mesmo os directamente interessados estão mais virados para a Banca do que para o sobrenatural, o *milagre* pode parecer estranho, obsoleto, um milagre em segunda mão. Contudo, se rejeitarmos a maravilha, como será possível explicar a inesperada e comovente conversão de José Luís Judas às bondades do Governo de Cavaco Silva?

A julgar pelo artigo resultante de um encontro com 3 jornalistas do «Diário de Notícias» (4 de Janeiro p.p.) e de que JLJ foi, não sabemos se alvo, objecto ou vítima, só uma *revelação* (no sentido *teológico*, pois pela simples e humana lógica a coisa é incompreensível) poderá explicar a descoberta de que o Governo de Cavaco Silva tem praticado uma *política favorável*.

É claro que a política de Cavaco Silva *tem sido favorável*; que o digam, por exemplo, os grandes monopolistas, os financeiros a quem tem vindo a ser entregue naco a naco o Sector Público da economia, os detentores do capital estrangeiros que estão a fazer deste país uma coutada dos seus interesses, as grandes multinacionais. Serão estes, segundo JLJ os favorecidos de tal política? Como a frase não acaba, poder-se-ia pensar que sim.

Mas não. É que mais adiante e de forma um tanto embargada, JLJ insiste em que a *política de Cavaco Silva não tem sido liberal* (que ideia, manes de Milton Friedman!) *nem thatcheriana* (o *nem* é gramaticalmente pleonástico e logicamente errado, ao propor como alternativa uma tautologia: os dois adjectivos equivalem-se), i.e., da tal Thatcher a quem a linhas tantas o depoente atribui a *política de modernização do Reino Unido*; JLJ deve estar a referir-se à taxa de desemprego, à perda de direitos e regalias conquistados pelo povo inglês no após guerra, à degradação dos equipamentos sociais, ao descarado encobrimento de escândalos financeiros, corrupção e roubalheiras afins, ao declínio dos serviços de saúde, à baixa de qualidade dos padrões de ensino, à transformação de cidades industriais em cidades fantasmas, etc., a menos que a *modernização* de que fala se situe no Reino mítico de Lilliput.

E vai por aí fora, pensando à classificação de *favorável* a teoria de que a referida política tem sido *antes tendencialmente de direita*, com compromisso ao centro. O que significará isto? Que a política cavaquista cai (tende...) para a direita apoiando-se no centro? Que centro? O PS? O Democrático e

Social? O hípico? O Cultural de Belém? Traduza quem souber e explique igualmente quem souber por que indecifráveis labirintos de raciocínio este comportamento nada tem a ver com o liberalismo, i.e., o thatcherismo.

Linhas adiante, não se apercebe a gente se com regozijo se com desportiva distanciação, acumula JLJ: o *Governo tem neutralizado a ofensiva dos sindicatos com as suas tentativas de diálogo*. Também aqui, sob a forma castrense da frase, o conteúdo é sibilino, pois ficamos sem saber se por *tentativas de diálogo* se entendem, entre outros, o modo exemplarmente cavalheiresco como o Governo encarou a questão do Sindicato da Polícia, a generosa oferta de 6,5% de aumento para a Função Pública com o bónus correlativo e em tom de brincalhona ameaça de uns tantos milhares de despedimentos, a amável cortesia que constitui o novo Pacote Laboral ou a promissora congeminção da futura Lei de Greve, tudo enfim, pachorrentas tentativas de diálogo que só a bruta incapacidade dos trabalhadores não é capaz de descortinar. Talvez os ignaros trabalhadores (que se calhar nem existem...) ainda não tenha percebido o que vozes solícitas lhe têm pressurosamente repetido: a luta de classes é coisa do passado, só a má vontade não percebe que exploradores e explorados são complemento de uma realidade imutável, *ergo*, as classes não existem, o que há e não pode deixar de haver é pobrezinhos, muitos pobrezinhos, porque quantos mais forem os pobrezinhos menos são os mais riquinhos, coisa que até já o Libaninho do «Padre Amaro» sabia quando disse: *Ai filhos! Se houvesse só pobrezinhos isto era o reininho dos Céus!*

A revelação que levou JLJ a ver onde estava o bem permitiu-lhe, com o cair das escamas que lhe obstruíam o olhar e o pensamento, descortinar e apontar o mal: *tem-se assistido a uma intromissão demasiada na vida dos sindicatos pelo PCP*, diz apontando a chaga numa denúncia em que faz coro com tão ilustres predecessores. Mais uma vez, como no resto do artigo, JLJ produz uma afirmação sem se preocupar em garanti-la com provas ou argumentos. Afirma e é tudo, fica-se pelo qualificativo *demasiada*, não diz porquê, em relação a quê, em que condições, sob que formas se manifestam os malefícios da intervenção do PCP, obrigando o leitor que não possui a objectividade das apreciações que reivindica mais adiante como capacidade exclusiva sua, a procurar saber exactamente o que significa aquele *demasiada*. Quererá ele dizer que a intervenção do PCP é *demasiada* para os desejos de neutralização

sindical do professor Cavaco Silva? Excessiva para o espírito de objectiva moderação de JLJ? Inadequada para um Partido que faz da sua intervenção ao lado dos trabalhadores uma das mais fortes razões da sua existência? Acha (agora) que os comunistas devem ser quimicamente puros, afastar-se dos sindicatos, deixá-los aos *especialistas*? Terá sido tão violenta a *revelação* que esqueceu por completo a História e os Princípios de que o PCP não abdicou, não trocou pelo consabido prato de lentilhas nem diluiu no pântano de unanimismo serôdio e bacoco em torno do Governo de Cavaco Silva? É essa atitude decorrente da sua *apreciação objectiva* que JLJ preconiza para os trabalhadores deste País que pelos vistos não foram ainda tocados pela *revelação*?

Nisto de *revelações*, cada um tem as que merece ou de que precisa e também já apóstolos à sua medida. É que, pese a novidade da sua conversão, JLJ tem já pelo menos um seguidor: o dr. Pina Moura, que em recente programa «Nem mais nem menos» (Antena um, 11.01.1992) subscrevia explicitamente a opinião do seu colega de movimento sobre a *política favorável* do Governo de Cavaco Silva.

Talvez tanta confusão (mas será apenas confusão?) no *movimento* advenha de este, segundo Judas, não ter ainda encontrado a *identidade ideológica* (mais ainda há ideologias?) coisa bem estranha vinda de quem se dizia cheio de ideias mas com falta de liberdade e de espaço para as defender e divulgar mas agora que lhe sobra liberdade e tem espaço a mais... não encontra as ideias que lhe faltam. Faz lembrar o indivíduo que passava os dias a magiar na faca que teria quando alguém lhe arranjasse lâmina para um cabo que lhe tinham prometido, problema fácil de resolver em qualquer loja de ferragens. O que não há para venda são as ideologias já feitas, os Partidos prontos a usar.

■ Luís Nogueira



# Tema e variações

«Boa noite! O Orçamento de Estado para este ano será de maior rigor na distribuição dos dinheiros. Vamos ter cortes em algumas despesas para que se consiga reduzir o défice do Estado. A CEE obriga-nos também a acabar com a isenção do IVA, imposto que passa a incidir sobre produtos alimentares, jornais, revistas, livros, etc. Braga de Macedo, ministro das Finanças, entregou esta manhã o Orçamento na Assembleia da República e, em seguida, apresentou-o aos jornalistas. A Marina Ramos estava lá.»

Foi nestes termos que o **Telejornal** de 20.01.92 iniciou a cobertura noticiosa da apresentação pelo ministro das Finanças, em conferência de imprensa, do Orçamento de Estado para 1992. Tratava-se, como acontece em qualquer parte do Mundo, de uma notícia importante do dia, a justificar, naturalmente, honras de primeira página.

Importa, entretanto, analisar a fórmula adoptada pelo **Telejornal** para tratar o desenvolvimento da notícia. Porque o estratagemma utilizado pode ser «esperto», mas é «careca»...

Em vez de apresentar em uma única peça esse desenvolvimento, aquele serviço noticioso doseou-o em seis partes, meticulosamente correspondentes a diferentes capítulos:

- 1) - conferência de imprensa (1ª. «dose») - «necessidade de consenso social»;
- 2) - idem (2ª. «dose») - «aumento das receitas do Estado»;
- 3) - tratamento gráfico + imagens de arquivo - «cortes nas despesas públicas»;
- 4) - idem - «prioridades de investimentos do Governo para este ano»;
- 5) - idem - «primeiras reacções dos partidos da Oposição»;
- 6) - idem - «Portugal vai receber o dobro dos dinheiros que até agora recebia da CEE».

Para os espíritos mais desprevenidos (e a RTP parece lidar com os seus espectadores como se fossem uma imensa mole de cidadãos indiferentes e distraídos) poderia parecer que estávamos perante um tratamento jornalístico ágil e diversificado.

Entretanto, na RTP, «o que parece... não é!» Como sempre acontece em relação ao noticiário sobre a actividade governamental, a RTP nestas ocasiões comporta-se como uma «empresa de prestação de serviços». Ao Governo, claro!

Na realidade, do que se tratou foi de disfarçar o peso relativo do conjunto da «obra» transmitida (8m 27s) em relação à totalidade do tempo do **Telejornal**, na forma de tema e variações, dando a aparência de se tratar de seis notícias diferentes, quando estávamos perante uma - e só uma!

O «tema inicial» foi exposto, a solo, pelo ministro. Como é habitual, nada do que (porventura polémico) tenha sido levantado pelos jornalistas presentes chegou ao conhecimento dos espectadores da televisão. Pelo contrário,

essenciais» (!) o que, representando por parte do ministro (ou da jornalista) uma consideração assaz original, escamoteia o facto essencial de que nada impediria que essa harmonização pudesse ser escalonada ao longo dos próximos anos, de forma gradual e menos brutal.

Por outro lado, em contraste flagrante com a duração das peças que incidiam sobre as propostas orçamentais do Governo e a reprodução reverente das suas posições sobre a matéria, o **Telejornal** apenas achou oportuno conceder a benesse de 37s para a citação (sem qualquer som ou imagem de dirigentes ou porta-vozes) daquilo a que chamou uma «primeira reacção dos partidos da Oposição» (PS, PCP, PSN), ficando agora os espectadores à espera de uma segunda, quiçá de uma terceira ou de uma quarta reacção que, como se sabe, jamais virão!

Não contente com isso, na sexta e última peça, o **Telejornal** colocou imediatamente a seguir às reacções críticas da Oposição, oportunas e «recentes» imagens de arquivo de



■ Francisco Costa

Jacques Delors confraternizando com Cavaco Silva em Lisboa e declarando («in», com som directo): «Como Portugal executa muito bem o seu programa de desenvolvimento, no quadro dos objectivos comunitários o aumento das verbas vai prosseguir, como sempre defendi.»

O gradualismo progressivamente optimista com que a RTP encenou a apresentação pública do «orçamento do Mercado Único» (tal como o cognominou Braga de Macedo) acabava, assim, em beleza!

Não sem que, antes, o *pivot* do **Telejornal** tenha anunciado para o dia seguinte um **Primeira Página** (mais uma vez a solo) com Sua Excelência.

Estava finalmente composto o ramalhete!

## Sinal dos tempos

No **Telejornal** de 21.01.92, a propósito do 68º aniversário da morte de Vladimir Ilitch Lenine, foram apresentadas duas peças (com a duração total de 5m e 43s) que espelham, sem margem para dúvidas, o aventureirismo jornalístico protagonizado por alguns dos mais recentes e proeminentes responsáveis pela Informação da RTP.

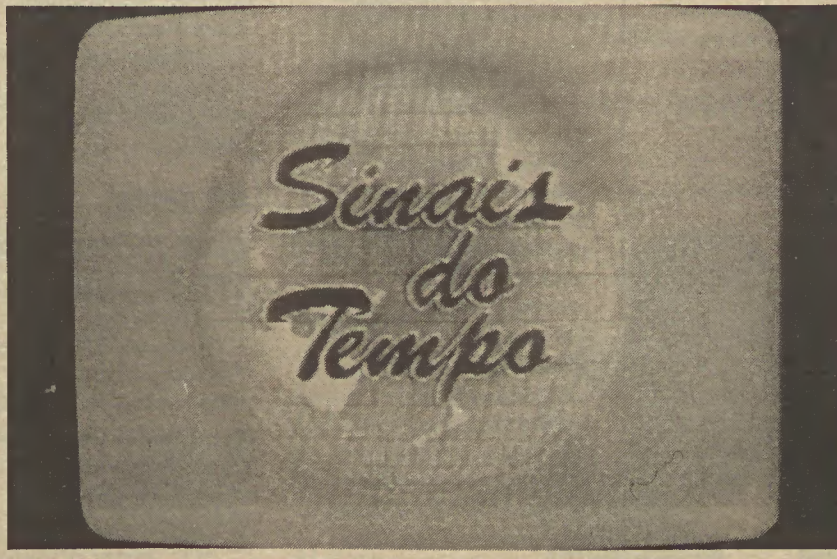
Aparentemente, nada, em princípio, diferenciava aquelas duas peças de tantas outras - «crónicas», «reportagens», «análises» - que inundam quotidianamente os serviços noticiosos. Mas a linguagem utilizada, quase 18 anos passados após a Revolução de Abril, fez desgrazadamente lembrar a linguagem que era o dia-a-dia da televisão fascista de Salazar e Caetano. Percebe-se porquê: ela era destinada a espezinhar e denegrir a estatura e projecção de um revolucionário de excepção e a desmobilizar e confundir aqueles que continuam, convicta e honradamente, a reclamar-se do marxismo-leninismo - ontem, hoje e amanhã.

Não espanta assim que, para além dos protagonistas habituais - a «prata da casa» -, o **Telejornal**, para dar um tom de hipócrita «distanciação» em relação ao tema em questão, tenha ido buscar o apoio e a colaboração, para a segunda peça, do que ele próprio considerou como «ex-revolucionários».

A peça trazia o revelador título «Lenine - Herói ou Vilão» e os «ex-revolucionários», sem se ruborizarem, colaboraram e, como se viu e ouviu, com grande «elevação teórica». Sem mais comentários, remetemos o leitor para as

significativas citações que publicamos nesta mesma página (ver *Registos Magnéticos*).

Na emissão do dia seguinte (22.01.92), e na continuação de uma estratégia friamente perseguida, foi a vez de o Canal 2, no programa **Sinais do Tempo**, iniciar a transmissão de uma série documental austríaca, de quatro documentários, subordinada ao título genérico «A União Soviética - de Lenine a Gorbachov». Pela sua importância e significado, esta série justifica, ao contrário, uma análise aprofundada sob o ponto de vista técnico e histórico, que aqui faremos no final da sua transmissão.



\* «Em Moscovo, alguns saudosos do antigo regime vieram hoje à rua para colocarem flores no Mausoléu de Lenine.» (...)

(Artur Albarran, no texto de abertura da primeira peça sobre o 68º aniversário da morte de Lenine. — **Telejornal**, 21.01.92)

\* (...) «Várias pequenas organizações pró-comunistas, herdeiras do outrora poderoso PC soviético, voltaram hoje, ao fim da tarde, à Praça Vermelha, desafiando abertamente a suspensão de actividade a que está aqui legalmente sujeito o PC» (...)

(Carlos Fino, no texto da mesma peça)

\* (...) «Em Agosto de 91, logo a seguir ao golpe falhado dos duros, as estátuas dos companheiros mais próximos de Lenine foram apea-

das por entre o gáudio popular e povoam hoje um estranho jardim de pedra, quase no centro de Moscovo» (...)

\* «Lenine é vilão ou herói? Como é que o mais mistificado dos líderes do movimento operário ficará na História? É cedo para saber mas, no en-

tanto, já se olha para ele com maior objectividade.» (...)

(Artur Albarran, no texto de abertura da segunda peça - «Lenine, Vilão ou Herói» - sobre o 68º aniversário da morte de Lenine - **Telejornal**, 21.01.92)

\* (...) «A sua actuação (de Lenine) no estabelecimento do terror vermelho e na criação dos goulags e do aparelho de Estado totalitário na União Soviética foi confirmada. O papel histórico de Lenine é hoje objecto de revisão.» (...)

(Do texto «off» da mesma peça - idem)

\* (...) «Do ponto de vista doutrinário, estou convencido que fez que as revoluções dessem um passo atrás na sua dimensão humanística.» (...)

(Medeiros Ferreira, entrevistado na mesma peça)

\* (...) «Este século, em particular os seus últimos anos, são a demonstração de que este não foi o século do leninismo mas o século da falência do leninismo.» (...)

(José Magalhães, idem)

\* (...) «É ainda muito cedo para saber se Lenine ficará na História como um herói ou um vilão. Mas o fim do comunismo permite já ter uma ideia do seu contributo para os tumultuosos acontecimentos do princípio do século.» (...)

(Do texto «off» da mesma peça - idem)



naquilo que a própria RTP designou como **conferência de imprensa**, a declaração inicial de Braga de Macedo foi apelidada pela jornalista Marina Ramos como «discurso inicial», o que, convenhamos, não deixa de ser um curioso *lapsus linguae*... Depois, o texto salientava que o ministro «usou um estilo muito próprio para apresentar aos portugueses o OE para 1992», sendo seguidamente montado o seguinte excerto do «discurso» de Macedo: «Contribuintes portugueses! O Orçamento de Estado é, antes de mais, um contrato de colaboração convosco!» - o que, pela solenidade do tom, fez renascer, das brumas da memória, longínquas e gloriosas declarações do género: «Portugueses! O Santa Maria está connosco!»

Pelo caminho, ficaram citações acrílicas da diligente jornalista como as que referiam ter Braga de Macedo garantido que «os portugueses não vão pagar mais impostos» (afirmação, como se sabe, inteiramente falsa) ou que «o IVA será mais harmonizado com o conjunto da Comunidade Europeia deixando, pela primeira vez, produtos alimentares e outros de ser considerados como sendo

## PONTOS CARDEAIS

## Gazetilha

## Canto e pico

Canto, descanto ao canto do meu canto  
o grã Telejornal, o peito imenso,  
o miosótis, a urtiga, o agapanto  
que inundam o país de aroma intenso.  
Canto e descanto — e quanto! — enquanto  
um governamental e denso incenso  
sobe, envolve, promove, traz consigo  
um soturno ambiente de jazigo.

Gritos, protestos, vão de vento em vento  
mas o telejornal passa um verniz  
e, por milagre, logo num momento  
por mágica poção, no almofariz  
já não existe mal, dor ou tormento  
nem no país há rasto ou cicatriz.  
Está bem. Porém, no harém de tanto crime,  
telejornal com um gesto se redime!

Foi quando, erradicando a jiga-joga,  
nos deu o Professor Cavaco no acto  
no instante perfeito em que ele joga  
atento, isento, religioso, exacto,  
ao fogo, com o assomo de um novato,  
pacote atrás pacote de alta droga.  
Faltou em fundo, pensa cá o mango,  
de tal maldita cocaína o tango.

Lá vai um — grito eu. — É o Amaral!  
Outro — é o Peneda, certamente.  
Mais outro — o Arlindo, um tal sem sal.  
Este, quem o duvida?, é o Valente  
mais o Pinheiro, que arde como tal.  
O Nogueira crepita molemente.  
Finalmente, Cavaco o fogo mira,  
de si próprio um pacote logo atira.

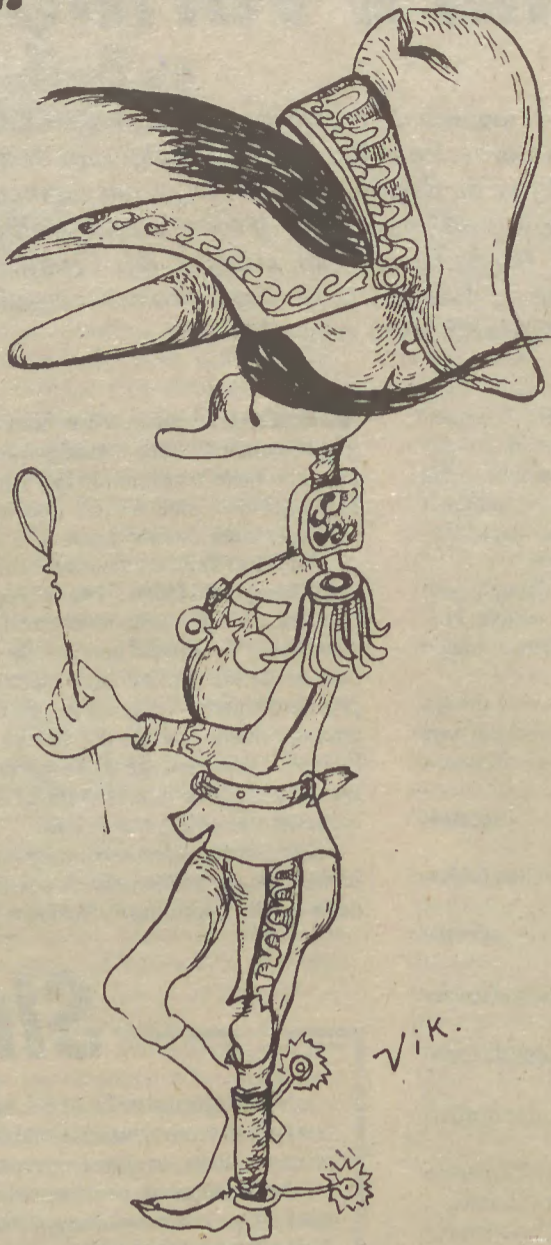
Eis que sou eu a picotar a esmo  
quando de imaginar tanto me abasto  
até ser da ficção puro torresmo  
de que, pastando, me transformo em pasto.  
Pacotes tais ardendo ali são mesmo  
são mesmo droga que escondeu seu rasto  
droga do colombiano fungagá  
droga, só droga, dê, erre, o, guê, a.

Ora, neste país, cada vez mais  
para a História recente de altos danos  
entram todos os dias capitais  
— e grandes çapitais! — colombianos  
lavadinhos, branquinhos, virginais  
quase — meu Deus, perdoa! — franciscanos.  
Assim, a droga, por um lado, arde  
entra, por outro lado, sem alarde...

Canto, descanto, ao canto deste canto  
onde mal chega a luz de um claro dia  
dia a dia a TV morre em quebranto  
da total dependência e hipocrisia.  
Canto, e cantando já nem sei se canto  
ou se choro no seio da poesia,  
o caco, o queque, o quico, o coco, a coca  
da víbora a sair da sua toca.

■ IGNOTUS SUM

## Incrível!



## O desajustado

Jorge Seabra, como secretário de Estado-adjunto do Emprego, era apenas mais um a engrossar o interminável séquito que constitui o austero executivo de Cavaco Silva. Mas o anonimato põe e o génio dispõe. O caso passou-se há dias, em plena sede nacional do PSD. Falando para os TSD sobre questões de segurança e prevenção profissionais e assumindo um louvável plural majestático em nome dos trabalhadores, o secretário-adjunto falou e disse: «Fazemos greve, insultamos, chateamos, fazemos tropelias, por uma diferença de dois contos ao fim do mês» sem pensar que esse dinheiro pode ser utilizado pelo patrão para melhorar a segurança e higiene no trabalho (sendo, portanto, suposto que se «nós», trabalhadores, prescindirmos totalmente dos salários, alcançaremos a segurança total); «A falta de condições nos locais de trabalho cria desgaste, cria tensão familiar, discussões, acabando por ter de se ir jantar fora e gastar 3 ou 4 contos várias vezes ao mês» (está assim explicado por que andam tão atarefados os restaurantes: estão atafalhados de trabalhadores em terapia familiar); «É preferível retirar o trabalhador de um meio agressivo (ou seja, despedi-lo) que vê-lo acomodar-se a um ambiente que lhe trará um futuro terrível de

## desajustamento relativamente ao mercado de trabalho».

Tem, neste último ponto Seabra razão. Há por isso que retirá-lo urgentemente do cargo, porque o seu «futuro terrível de desajustamento» já começou. Pelo menos desde que foi para a Secretaria de Estado.

## Às nove, com moralidade

Quem acompanha o «Encontro às nove» da Antena 1, da RDP, por certo já perdeu a esperança de ver minimamente respeitados os princípios constitucionais para os meios de comunicação social do sector público, designadamente o que manda «assegurar a possibilidade de expressão e de confronto das diversas correntes de opinião». O programa, aliás, tem tal personalidade, que muita gente já o conhece pelo «Encontro dos Secretários de Estado», refrescamento ono-mástico que os seus responsáveis podem, gratuitamente, aproveitar. Acontece, no entanto, que o Encontro mete um pequeno-almoço num hotel de 5 estrelas. Por isso parece justo recordar aos responsáveis da RDP que, a continuar tudo na mesma, não devem esquecer a Constituição: ou há moralidade, ou comem todos...

## Sabores

Vítor Coelho, o novo presidente da RTP,

perguntado pela Comunicação Social sobre o que mais gosta na televisão, esclareceu que lhe seria «muito mais fácil dizer do que não gosta», porque gosta de quase tudo. Mesmo assim destacou os programas informativos, as telenovelas, os desportivos e os programas políticos, que acha «de muito bom gosto». Um gosto laranja, portanto. Entretanto como o novel presidente, além do mais, até confessou «não perceber nada de televisão» nem por que «o tinham nomeado», daqui o descansamos: percebe o suficiente, que consiste em nela identificar, sem hesitações, o bom e assolador sabor a citrino.

## Os francius

«Recommandations importantes: votre code est confidentiel et strictement personnel; il ne doit être connu que de vous; par sécurité, mettez le en lieu sûr, ne le conservez pas sur vous...» etc., etc., etc. Não perceberam? Então é porque não são um dos muitos milhares de agricultores portugueses que receberam estas e outras instruções impressas, em francês, no seu cartão digital enviado pelo Governo para movimentarem o seu subsídio de gásóleo. Apesar de as estatísticas dizerem que 95% dos nossos agricultores são analfabetos, obviamente todos eles sabem francês. E no Governo também, apesar de, nele, a taxa de analfabetismo não ser certamente tão elevada...

## frases da Semana

« (...) na forma como aqui e ali respondeu a esta ou àquela questão ou no humor (quase imperceptível) que utilizou do princípio ao fim da entrevista, o novo ministro deixou adivinhar uma personalidade inquieta e irreverente que não cabe nos padrões comuns. (...) »

☞ (José António Saraiva - «Política à Portuguesa» - «Expresso», 25.01.92)

« (...) «Confirmou-se a impressão de que Braga de Macedo é, de certa forma, um homem pertencente a outra galáxia - um ET. »

☞ (Idem)

« Se (o Congresso) for um concurso de beleza, em que cada um for para lá projectar a sua imagem junto do público, se formos para esse lado, também estou em vantagem: mostro a cara e não apresento noção nenhuma. »

☞ (Álvaro Bezeza, candidato a Secretário-Geral do PS - «O Diabo», 28.01.92)

« A minha fasquia é a maioria absoluta. »

☞ (Basílio Horta, «O Semanário» - 25.01-92)

« Muitos milhares de moços da Mocidade Portuguesa foram esão, em adultos, grandes homens e mulheres que tudo deram para não envergonhar a Pátria que os acarinhou e os ajudou a vencer na vida. »

☞ (Jorge Nogueira da Silva - «O Diabo», 28.01.92)

« (...) A tentação de saber o que é que o futuro reserva é uma atitude ancestral que se mantém viva nos nossos dias. »

☞ (Artur Albarra - Telejornal, 23.01.92)

« Agora que está na moda as pessoas e as empresas consultarem especialistas nos mais diversos assuntos, não deve espantar ninguém que homens e mulheres queiram saber o que o futuro lhes reserva e procurem, nos videntes e cartomantes, os consultores para os mistérios que a vida encerra. »

☞ (Texto «off» da reportagem sobre «Videntes e cartomantes» - Telejornal, 23.01.92)

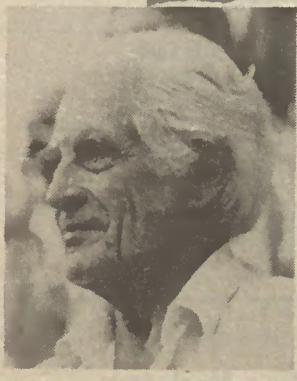


# Agenda

Hoje às 19 horas  
no Centro de Trabalho Vitória

## Encontro-convívio do Sector da Saúde da ORL

com a presença do camarada  
Álvaro Cunhal



### Quinta, 30

#### LISBOA

Encontro-convívio dos camaradas do Sector da Saúde da ORL, com a presença do camarada Álvaro Cunhal: às 19.00, no Centro de Trabalho Vitória.

Debate com a participação de Joaquim Miranda sobre as questões da União Política Europeia/União Económica e Monetária, dirigido a quadros e membros dos organismos de direcção da ORL e dos concelhos e sectores da ORL: das 18.30 às 21.00.

Reunião da célula de Deficientes da Cidade de Lisboa: às 19.30 no CT Vitória.

#### SETÚBAL

Debate sobre a Reforma Educativa: às 20.00, no Snack-Bar do Bonfim (Parque do Bonfim, junto ao lago), com a participação da camarada Manuela Esteves.

### Sexta, 31

#### SETÚBAL

Plenário do Sector da Função Pública - às 18.00 no CT concelho.

#### BARREIRO

Debate sobre «A estrutura e funcionamento do Partido» com a participação do camarada Blanqui Teixeira: às 21.30 no Centro de Trabalho concelho.

#### COIMBRA

Debate público sobre «O acesso ao Ensino Superior», promovido pela Organização dos Professores de Coimbra do PCP e a JCP. No salão das Piscinas Municipais, às 21.30, com a participação dos camaradas António Filipe, Vítor Costa, Luís Aguiar e Francisco Sobral Henriques.

#### GONDOMAR

Na qualidade de deputado, Luís Sá visita a Freguesia de Rio Tinto, tendo cerca das 18.00 um encontro com eleitos locais e representantes da Comunicação Social no Restaurante S. Jorge.

#### PORTO

Debate: o Orçamento do Estado para 1992 e o distrito do Porto - propostas a apresentar pelo PCP na AR, em especial nas áreas de Educação, Investigação e Tecnologia, Justiça e Cultura. Promovido pelo Sector Intelectual do Porto, com a participação de Luís Sá, às 21.30 no Centro de Trabalho da Boavista.

#### ÉVORA

«A situação internacional - que futuro?»: debate com a participação de Domingos Lopes, às 21.00, no Monte Alentejano.

#### S. JOÃO DAS LAMPAS

Plenário de militantes da freguesia, às 21.00, no Centro de Trabalho.

### Sábado, 1

#### BRAGA

Reunião dos quadros dirigentes das principais organizações locais, profissionais e sectoriais do Distrito para discussão e planificação das actividades do Partido na região em 1992. Às 15.00, no CT de Braga, com a participação do camarada Henrique de Sousa.

#### ÉVORA

Encontro sobre questões de Organização com quadros de todo o distrito: a partir das 10 horas, com a participação do camarada José Soeiro.

#### BARREIRO

Os direitos sociais e as organizações dos trabalhadores - debate no CT concelho, a partir das 15.00, com a participação do camarada Rui Paixão.

#### SETÚBAL

Plenário do Sector da Saúde de Setúbal: às 15.00, no CT concelho.

#### SEIXAL

Plenário de militantes da freguesia do Seixal, com a participação do camarada Aboim Inglês. Às 15.00, no Centro de Trabalho.

#### LISBOA

Reunião nacional de activistas comunistas no Movimento Associativo Popular: das 10.30 às 18.00, no Centro de Trabalho Vitória, com a participação do camarada Luís Sá.

Plenário-convívio do Sector da Função Pública da ORL para entrega dos cartões 92-93 do Partido. Às 15.00, no CT Vitória, com a participação do camarada Jerónimo de Sousa.

Almoço-convívio da célula do Metropolitano de Lisboa - às 12.00 no Centro de Trabalho da Av. Duque de Loulé.

Reunião-convívio das freguesias de Campo Grande, Alvalade, S. João de Deus, S. João de Brito, S. Sebastião e Fátima para entrega dos cartões 92-93, com a participação do camarada João Amaral. No CT da Av. António Serpa (2º andar), às 15.00.

Plenário de militantes dos Olivais para entrega dos cartões 92-93, seguindo-se debate sobre jornalismo na actualidade. Na SFUCO, às 15.00.

Jornada de confraternização da organização da freguesia de Arroios, com distribuição dos cartões 92-93. Projectão de um vídeo sobre a História do Partido e beberete. A partir das 15.00, no Centro de Trabalho de Arroios.

Reunião de camaradas de Alfama e Colina da Graça com jovens daquelas freguesias: às 15.00, no CT da Graça.

#### LINDA-A-VELHA

Almoço-convívio da organização local para distribuição dos cartões 92-93, com a participação do camarada Arménio Carlos. Às 13.00, no Centro de Trabalho de Algés.

#### QUEIJAS

Plenário de militantes para distribuição dos cartões 92-93. No Centro de Trabalho de Queijas, às 16.00, com Alexandre Teixeira.

#### CARCAVELOS

Reunião-convívio para distribuição dos cartões 92-93, com a participação do camarada Carlos Grilo. A partir das 15.00, no CT de Carcavelos (R. Luís de Camões - Sassoeiros).

#### LOURES

Reunião-convívio para entrega de cartões 92-93. Às 15.00, no

CT de Loures, com a participação do camarada Jorge Gouveia Monteiro.

Plenário de militantes da freguesia de Sto. António dos Cavaleiros, para distribuição dos cartões 92-93 e discussão da situação política. Na sede da Associação de Moradores, às 15.00, com o camarada Abílio Martins.

### Domingo, 2

#### FARO

Reunião Regional de Quadros do Algarve para discussão de questões de organização e funcionamento do Partido e orientações do trabalho partidário na região em 1992. Na Escola Secundária de Olhão, onde às 17.30 tem lugar uma sessão pública de encerramento que contará com a presença do camarada Carlos Carvalhas.

#### CASCAIS

3ª Assembleia da Organização de Freguesia de Alcabideche. No Salão do Montepio, em Alcabideche, a partir das 14.30, com a participação do camarada José Casanova.

Encontro de militantes da freguesia de S. Domingos de Rana, com a participação do camarada Jorge Cordeiro: às 14.30, no Centro de Trabalho de Tires.

#### VILA FRANCA DE XIRA

Encontro concelhio da JCP: das 14.30 às 17.30, seguindo-se um convívio. No CT do PCP de Alhandra.

#### LISBOA

Almoço-convívio dos militantes da freguesia de Ameixoeira, com distribuição dos novos cartões do Partido 92-93: às 13.00, no CT do Lumiar.

#### SINTRA

Almoço de confraternização da organização de Rio de Mouro, com distribuição dos novos cartões do Partido 92-93. Participa António Cordeiro. No CT de Rio de Mouro.

Convívio dos camaradas de Agualva-Cacém para distribuição dos novos cartões do Partido 92-93. Às 16.00, com a participação de Aurélio Santos.

#### PAREDE

Almoço-convívio para entrega dos novos cartões do Partido 92-93: a partir das 13.00, na Cooperativa Estoril, com a participação do camarada Dias Lourenço.

### Terça, 4

#### LISBOA

Reunião de trabalhadores comunistas na Hotelaria: às 16.00, no CT da Av. Duque de Loulé.

### Quarta, 5

#### SEIXAL

Reunião plenária da organização dos professores - às 21.00, no CT de Arrentela.

Domingo  
na Escola Secundária de Olhão



## Reunião Regional de Quadros do Algarve

com a participação do camarada  
Carlos Carvalhas

Sessão pública às 17.30

## 3ª Assembleia da Organização da Freguesia de Alcabideche



Domingo às 14h30 no Salão do Montepio  
com a participação de José Casanova

## Portugal- -Cuba

Jantar comemorativo  
do 33º aniversário  
do triunfo  
da Revolução  
Cubana

Hoje,  
no Restaurante  
«A Valenciana»

## 33 aniversario del triunfo

Intervenção de Urbano Tavares Rodrigues

Sábado no CT Vitória

## Reunião nacional de activistas comunistas no Movimento Associativo Popular

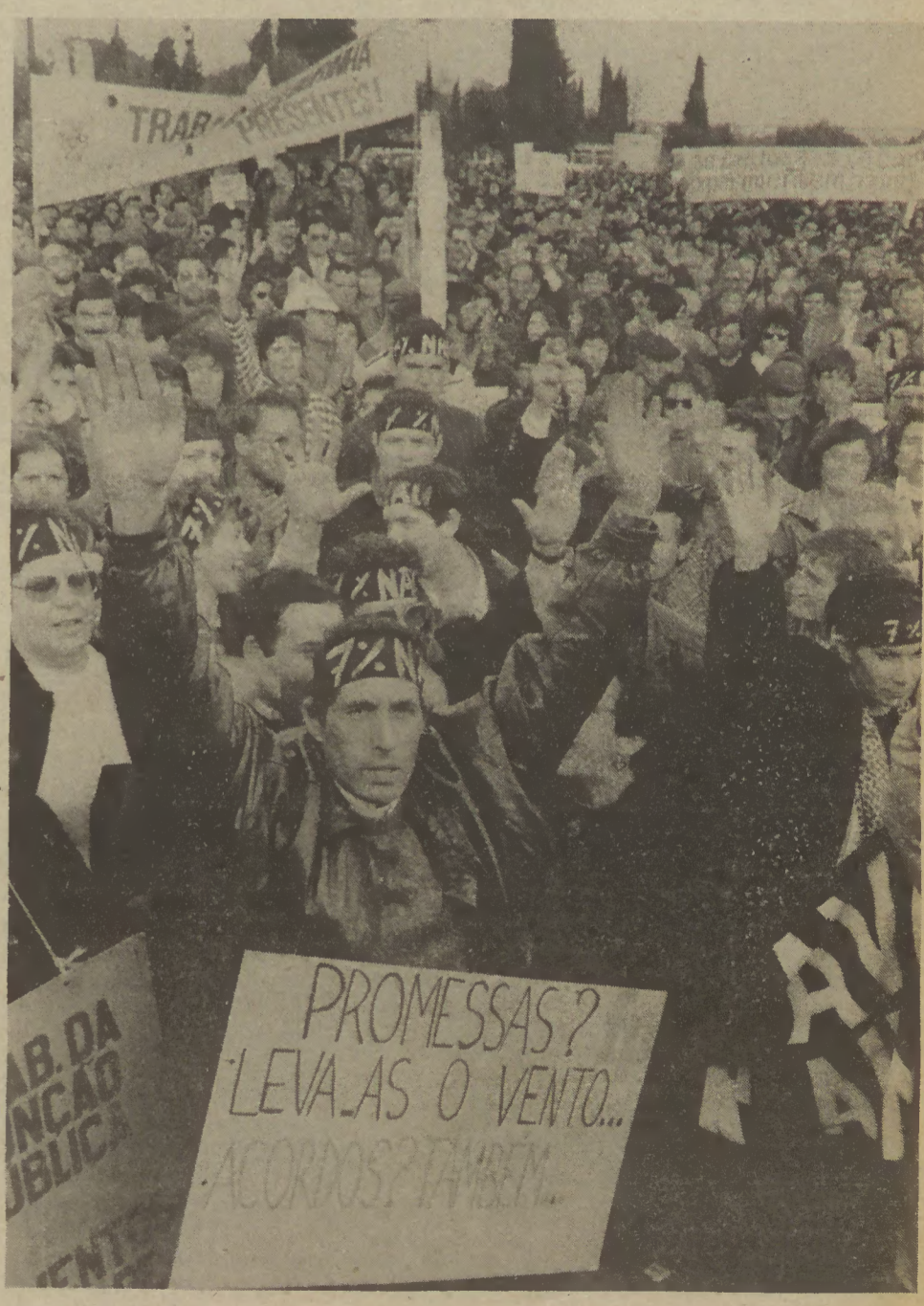
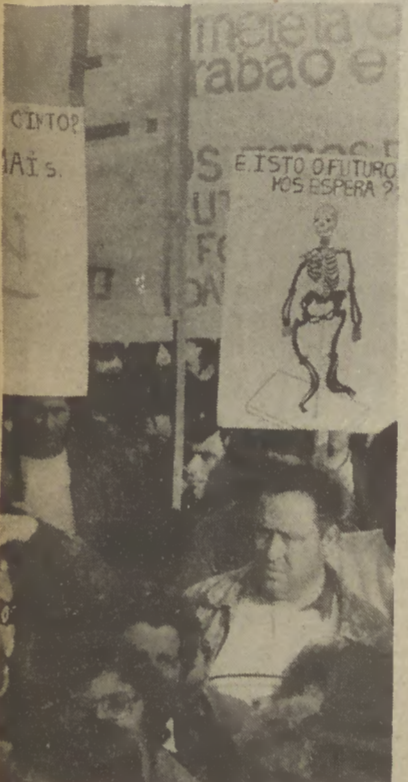
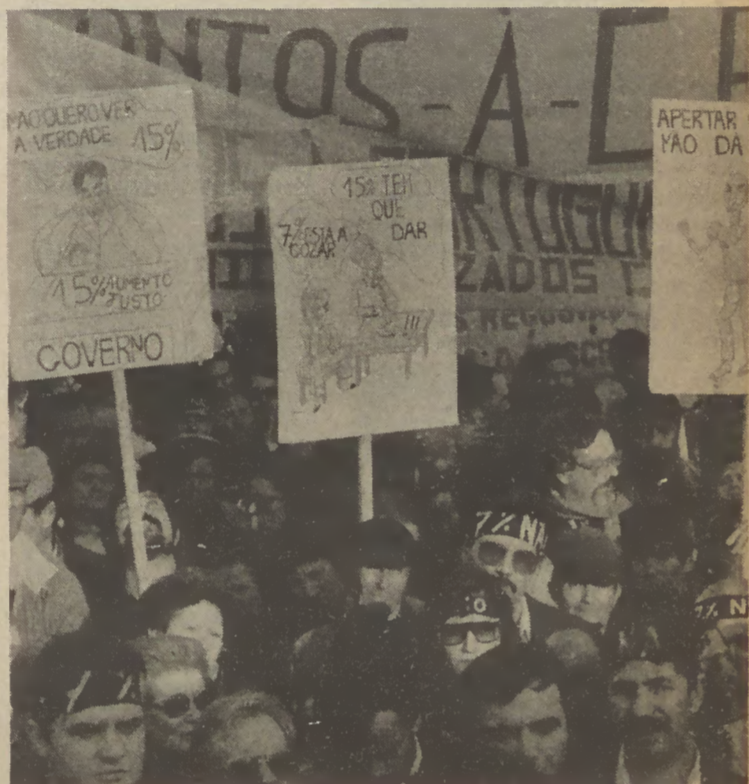
\* Situação política associativa  
e propostas do PCP

\* Contributos para o XIV Congresso

Com a participação de Luís Sá







Podem cair muros e ruir mundos, lançar foguetes e estrelejar vitórias, que o planeta continua a girar com o mesmo rigor heliocêntrico e a vida dos humanos a nele fervilhar sob as mesmas realidades, as que economicamente impõem a exploração do homem pelo homem e, socialmente, inspiram a luta como único caminho contra a opressão e a injustiça.

Neste virar de século e de páginas, continua a ser na rua que desembocam os conflitos, como um caminho eternamente aberto a todas as lutas.

A dos trabalhadores e do povo é por lá que se concretiza, e sempre, mas sempre que através dela acorda a capacidade colectiva de impor a justiça e animar o progresso.

Aqui, a rua é da Administração Pública portuguesa. A luta é contra a vergonhosa tentativa do Governo em impor «aumentos» que diminuem os salários.

# A rua

Fotos de Jorge Caria

## ÚLTIMAS

# a talhe de FOICE

## Vítor Rabbit

*O novo presidente da administração da RTP, Vítor Coelho, tem 71 anos e gosta de desenhos animados.*

*Duas coisas perfeitamente legítimas - a propecta idade e a preferência pelo «Wally Gator» - que no entanto não consta serem condição necessária e muito menos suficiente para ascender a um cargo que à partida se presume de responsabilidade.*

*Se se tiver em conta que o próprio se confessa um ignorante das questões respeitantes à gestão da televisão pública, cabe perguntar: que critérios presidiram à sua escolha para gestor público?*

*As hipóteses são várias.*

*Numa breve retrospectiva, fácil se torna verificar a apetência do governo de Cavaco Silva para colocar em cargos de gestão pessoas perfeitamente a leste dos sectores para que foram indigitadas, quer se trate de hospitais, empresas públicas, centros culturais, secretarias de Estado ou mesmo ministérios. Um médico na agricultura? Um magistrado no ambiente? Um economista na saúde? Para Cavaco Silva pouco importa. O que é necessário é que os escolhidos não percebam nada do assunto, não tenham habilitações específicas para o cargo e, sobretudo, não se manifestem particularmente vocacionados para fazer ondas. Poder-se-ia pensar ser esta uma estratégia do executivo para descobrir novos valores, revelar capacidades insuspeitas, lançar pedradas no charco da administração da res-pública. Mas não. Nem os escolhidos são jovens e promissores quadros nem a sua acção revelou jamais uma pálida sombra de dinâmica, capacidade ou competência.*

*Na pior das hipóteses, estes gestores seleccionados pelo governo ajudaram com a sua inexperiência e ignorância a agravar os problemas do sector para que foram escolhidos. E, na melhor das hipóteses, entraram mudos e saíram calados dos referidos cargos, sem nada terem contribuído para o interesse público. Em qualquer dos casos, não se pode dizer que o país pudesse considerar com bem empregue o capital gasto com a remuneração de tais gestores, que com muita satisfação e poucos escrúpulos aumentaram os seus pecúlios em troco de uma assinatura na tomada de posse. Também se pode pensar que esta foi a fórmula encontrada pelo executivo de Cavaco Silva para pagar alguns favores e satisfazer a sua clientela política, tanto mais que a maioria dos «gestores» tem em comum se não um passado de lealdade ao antigo regime, pelo menos uma afinidade inquestionável com o PSD. Mas no caso vertente tais considerações parecem insuficientes.*

*Postas as coisas neste pé, forçoso se torna concluir que a nomeação de Vítor Coelho - já chamado de Vítor Rabbit pela confessa predilecção pelos desenhos animados - em substituição de um outro Coelho, este Ribeiro, escolhido à luz dos mesmos obscuros critérios para presidir aos destinos do Centro Cultural de Belém, é antes do mais um presente do executivo a Eduardo Moniz, que assim pode continuar a dormir descansado quanto ao seu efectivo domínio dos destinos da RTP.*

*Vindo dos tempos do regime de Marcelo Caetano, de que foi aliás fiel servidor, Vítor Coelho terá sem dúvida um bom gabinete e umas sessões de «Wally Gator» que bastam para fazer as delícias da vida, cimentadas num chorudo ordenado ao fim do mês.*

*Eduardo Moniz não precisa de se preocupar. A «animação» na RTP vai continuar por sua conta.*

■ AF

# Apostando na divisão dos pescadores Governo foge à resolução dos problemas

**O secretário de Estado das Pescas contabiliza as associações de armadores que são a favor ou contra a alteração do actual regime, mas não dá resposta aos grandes problemas da pesca artesanal e dos pescadores.**

Desde o início da semana passada, armadores e pescadores artesanais do Algarve e do Norte desenvolvem acções de luta pela redução das malhagens e o alargamento das áreas de pesca.

Em Vila do Conde e Póvoa de Varzim os armadores da pesca artesanal recusaram-se a sair para o mar desde domingo, dia 19. Desde quinta-feira têm o apoio dos pescadores de amêijoas de Matosinhos. «Antes das eleições, o senhor secretário de Estado falava muito connosco, vinha aqui, e tudo o mais... Agora, tem sempre compromissos inadiáveis, ou tem de ir para Bruxelas» — lamentou-se à Lusa o presidente da Associação dos Armadores da Pesca Artesanal do Norte.

Também desde o início da semana passada estão paradas em terra as embarcações artesanais do Barlavento algarvio. Num plenário que, segundo a Lusa, reuniu dois mil pescadores

em Portimão no dia 22, foi decidido alargar o bloqueio deste porto aos arrastões e traineiras, admitindo a possibilidade de endurecimento das acções. Também o porto de Olhão foi bloqueado nessa quarta-feira à noite, depois de um plenário com 200 pescadores e pequenos armadores; anteontem anunciaram a desmobilização da luta, embora o dirigente da associação de Olhão reafirmasse a solidariedade aos colegas do Barlavento.

Comentando a paralisação das embarcações artesanais no Barlavento algarvio, o Sindicato dos Pescadores do Distrito de Faro sublinhou que o cerne da questão tem a ver «com a política nacional de pescas, que urge alterar». O sindicato reafirma como justa a pretensão dos armadores de reduzir a malhagem, mas «baseando-se em aspectos científicos, tecnológicos e sociais, e não outros». Clarificando que se trata de uma acção desencadeada

por armadores, o sindicato protesta pelo facto de as pescas estarem excluídas da Lei Geral do Trabalho e retoma a reivindicação de um Regime Jurídico do Contrato a Bordo.

O sindicato reconhece «as reais dificuldades dos pequenos armadores/pescadores algarvios, a contas com estrangulamentos de toda a ordem», ressaltando que a sua situação não se pode comparar com a dos grandes armadores de outras regiões.

Em 1987 e 1989 o Governo, invocando a necessidade de defender espécies piscícolas, avançou com a proibição das malhagens inferiores a 80 milímetros. As redes de 60 milímetros passaram a ser autorizadas apenas na costa do Sotavento algarvio. Face ao des-

conhecimento dos armadores do Norte, uma portaria de Fevereiro de 1991 prorrogou a aplicação destas normas para o final de 1992, estendendo de Esposende até à Figueira da Foz a zona aberta à pesca artesanal, e definindo um período de defeso nos meses de Dezembro, Janeiro e Fevereiro.

Ao fazer, anteontem, um balanço das reuniões que teve com representantes dos armadores de todo o País, o secretário de Estado Marçal Alves contabilizou, segundo refere a Lusa, três associações que pretendem alargar as zonas de pesca artesanal e a autorização de redes de 60 milímetros, enquanto oito associações defenderiam a malhagem de 80 milímetros e as zonas actualmente estabelecidas.

## Toxicodependência em Portugal

A toxicodependência foi tema de uma conferência de imprensa promovida ontem pelo PCP, em que participaram Francisco Lopes, da Comissão Política do PCP, António Filipe, deputado e membro do Executivo da Direcção Nacional da JCP, João Camilo, médico e membro da Comissão para as Questões da Saúde do PCP, Paulo Piteira, Vereador da CM de Loures e responsável pelo departamento sociocultural, e José Morais, membro do Secretariado da Direcção Nacional da JCP.

No próximo número, daremos informação detalhada sobre o documento divulgado.

## CNA amanhã em S. Bento Agricultores contra IVA

A Confederação Nacional da Agricultura, CNA, vai amanhã a São Bento para exigir que o Governo reconheça esta confederação como parceiro social de pleno direito. Ao mesmo tempo, a CNA anunciou que vai solicitar aos diversos grupos parlamentares da Assembleia da República que revoguem a medida governamental que aplica taxas do IVA a factores de produção anteriormente isentos e essenciais para o trabalho dos agricultores: gasóleo, adubos, pesticidas e rações são alguns exemplos.

Este ano a taxa aplicável é de cinco por cento mas daqui a dois anos, caso o projecto governamental seja aprovado, poderá ir até aos 15 por cento. Para a CNA, a aplicação do IVA torna «ainda mais difícil a possibilidade de competição dos agricultores

portugueses com os seus parceiros comunitários».

«Até parece que os senhores governantes querem acabar com a agricultura nacional, pois contribuem para fazer baixar tudo aquilo que os produtores vendem, mas fazem subir o preço de tudo o que eles compram», diz a confederação em comunicado esta semana divulgado.

A CNA exige que o subsídio do gasóleo suba de 30 para 45 escudos e volta a insurgir-se, por outro lado, contra o facto de só uma única empresa distribuidora fornecer o gasóleo a preços bonificados para a agricultura. A Confederação defende que o cartão digital distribuído aos agricultores para acesso aos postos de abastecimento, com instruções em francês, seja substituído por senhas.

## Timor Pressão nas Nações Unidas

O primeiro-ministro de Cabo Verde, que ontem participou na reunião do Conselho de Segurança das Nações Unidas, afirmou na véspera, em Lisboa depois de um encontro com o seu homólogo português, Cavaco Silva, que tudo fará «para apoiar os esforços de Portugal» para a resolução do problema de Timor, garantindo que iria falar com o secretário-geral da ONU, Butros Ghali, no sentido de levar a questão ao Conselho de Segurança.

Entretanto foi divulgado um comunicado oficial sobre o encontro entre o ministro dos Negócios Estrangeiros português, João de Deus Pinheiro, e Butros Ghali onde o primeiro propôs a realização de conversações com a Indonésia, a nível diplomático, com a participação dos timorenses. O governo português considera que acontecimentos como o massacre de Santa Cruz podem repetir-se se continuar por resolver a «conclusão do processo de descolonização do território», segundo o referido comunicado.

O barco «Lusitânia Expresso» partiu de Lisboa, na quinta-feira passada, para a Austrália, país onde acolherá uma delegação de cerca de 100 estudantes que depois tentará levar para Timor-Leste.

## Sargentos comemoram 31 de Janeiro — ANS elege corpos sociais

A Associação Nacional de Sargentos comemora no próximo sábado, dia 1 de Fevereiro, a data da Revolta do 31 de Janeiro de 1891, com um almoço-convívio na Voz do Operário.

Também a Delegação Norte da ANS assinala a data com um jantar comemorativo e uma romagem ao cemitério do Prado do Repouso.

Esta classe tem como aspiração a consagração do 31 de Janeiro como o Dia Nacional do Sargento. Aliás, e a este propósito, o Grupo Parlamentar do PCP, numa intervenção proferida por Carlos de Brito na anterior legislatura, revelou a disponibilidade do PCP para encarar a satisfação desta aspiração.

Para além da comemoração do 31 de Janeiro, a ANS realiza a Assembleia Geral Eleitoral (descentralizada) para eleição dos seus Corpos Sociais no biénio 92/93.

Recorda-se que a ANS foi criada em 1990 no quadro duma intensa movimentação desta classe com vista à sua dignificação socioprofissional.